



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ALAGOAS – SR-22

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

MARÇO/2011

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ALAGOAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

ESTEVÃO DE OLIVEIRA VASCONCELOS
Superintendente Regional

ALESSANDRA MÁRCIA COSTA
Superintendente Regional Substituto
Chefe da Divisão de Desenvolvimento

CLAUDEMIRA SILVA DE OLIVEIRA
Chefe da Divisão de Administração

KATIUCIA MENDES SANTOS
Chefe da Divisão de Obtenção de Terras

GABRIEL SILVEIRA ARRRUDA
Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Missão

“Implementar a política de Reforma Agrária e realizar o Ordenamento da Estrutura Fundiária nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável”.

Visão de Futuro

“Ser referência internacional de soluções de inclusão social”.

Regimento Interno - Portaria N° 20 de 8/4/2009.

LISTA DE ABREVIATÖES E SIGLAS

AGU – Advocacia Geral da União

ANOREG - Associação dos Notários e Registradores de Alagoas

ATES – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

CESMAC – Centro de Estudos Superiores de Maceió

ED – Elemento de Despesa

IMA – Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERAL - Instituto de Terras de Alagoas

LIO – Licenças Instalação e Operação

LOA – Lei Orçamentária Anual

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PA – Projeto de Assentamento

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PO 2010 – Programação Operacional do exercício de 2010

PPA – Plano Plurianual

PRA - Plano de Recuperação do Assentamento

RP – Restos a pagar

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SIAFI – Sistema de Administração Financeira

SR – Superintendência Regional

SR-22 – Superintendência Regional do Incra em Alagoas

SIR - Sistema de Informações Rurais

TDA – Título da Dívida Agrária

UMC – Unidade Municipal de Cadastro

UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES ETC.

TABELAS

Tabela 1 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (8384)

Tabela 2 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (8384)

Tabela 3 – ED 8384

Tabela 4 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (8387)

Tabela 5 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (8387)

Tabela 6 – ED 8387

Tabela 7 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (8374)

Tabela 8 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (8374)

Tabela 9 – ED 8374

Tabela 10 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (4460)

Tabela 11 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (4460)

Tabela 12 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (2272-0135)

Tabela 13 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (2272-0135)

Tabela 14 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (8396)

Tabela 15 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (8396)

Tabela 16 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (8398)

Tabela 17 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (8398)

Tabela 18 – Famílias atendidas por PA com serviços de medição e demarcação topográfica em 2010

Tabela 19 – ED 8398

Tabela 20 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (4320)

Tabela 21 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (4320)

Tabela 22 – ED 4320

Tabela 23 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (4358)

Tabela 24 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (4358)

Tabela 25 – ED 4358

Tabela 26 – Documentação de Concessão de Uso expedida em 2010.

Tabela 27 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (2B06)

Tabela 28 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (2B06)

Tabela 29 – ED 2B06

Tabela 30 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (0427)

Tabela 31 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (0427)

Tabela 32 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (2272-0137)

Tabela 33 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (2272-0137)

Tabela 34 – ED 2272-0137

Tabela 35 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (2105)

Tabela 36 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (2105)

Tabela 37 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (4426)

Tabela 38 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (4426)

Tabela 39 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (2272-0138)

Tabela 40 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (2272-0138)

Tabela 41 – ED 2272-0138

Tabela 42 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (4572)

Tabela 43 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (4572)

Tabela 44 – ED 4572

Tabela 45 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (2109)

Tabela 46 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (2109)

Tabela 47 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (1642)

Tabela 48 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (1642)

Tabela 49 – ED 1642

Tabela 50 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (0859)

Tabela 51 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (0859)

Tabela 52 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (2272-1350)

Tabela 53 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (2272-1350)

Tabela 54 – ED 2272-1350

Tabela 55 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (4470)

Tabela 56 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (4470)

Tabela 57 – Famílias atendidas com serviços de ATES em 2010

Tabela 58 – PDA/PRA aprovados em 2010

Tabela 59 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (2272-1427)

Tabela 60 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (2272-1427)

Tabela 61 – ED 2272-1427

Tabela 62 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (2000)

Tabela 63 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (2000)

Tabela 64 – ED 2000

Tabela 65 – Identificação das Unidades Orçamentárias

Tabela 66 – Programação de Despesas Correntes

Tabela 67 – Programação de Despesas de Capital

Tabela 68 – Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Tabela 69 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Tabela 70 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Tabela 71 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Tabela 72 – Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Tabela 73 – Indicadores Institucionais – Divisão de Ordenamento

Tabela 74 – Indicadores Institucionais – Divisão de Obtenção

Tabela 75 – Indicadores Institucionais – Divisão de Desenvolvimento

Tabela 76 – Indicadores Institucionais – Divisão de Administração

Tabela 77 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Tabela 78 – Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Tabela 79 – Composição do Quadro de Recursos Humanos

Tabela 80 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária

Tabela 81 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade

Tabela 82 – Composição do Quadro de Servidores Inativos

Tabela 83 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão

Tabela 84 – Composição do Quadro de estagiários

Tabela 85 – Composição do Quadro de custos de RH nos exercícios de 2008, 2009 e 2010

Tabela 86 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Tabela 87 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Tabela 88 – Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Tabela 89 – Egresso de novos servidores

Tabela 90 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Tabela 91 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Tabela 92 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Tabela 93 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Tabela 94 – Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

Tabela 95 – Estrutura de Controles Internos

Tabela 96 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Tabela 97 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

Tabela 98 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

Tabela 99 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ

Tabela 100 – Gestão de TI

Tabela 101 - Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador

Tabela 102 - Despesa com cartão de crédito corporativo (Série Histórica)

Tabela 103 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Tabela 104 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Tabela 105 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Tabela 106 – Situação das recomendações do OCI pendentes de atendimento no exercício

Tabela 107 – Diagnóstico de pessoal no Setor de Cadastro de imóveis

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ativos X Aposentados

Gráfico 2 – Outras Situações Funcionais

Gráfico 3 – Aposentadorias

Gráfico 4 – Distribuição da força de trabalho por Unidade

Gráfico 5 – Distribuição da força de trabalho por Unidade (nível escolar)

Gráfico 6 – Área de atuação

Gráfico 7 – Distribuição por faixa etária

Gráfico 8 – Perspectivas de aposentadoria

ANEXOS

Tabela I – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Tabela II - Assentamentos com LIO em vigor

Tabela III – Obtenção de Terras – Decisões e acordos judiciais

Tabela IV – Execução da ação 8396 em 2010

Tabela V – Execução da ação 4320 em 2010

Tabela VI – Famílias beneficiadas com crédito instalação em 2010

Tabela VII – Servidores capacitados em 2010

Tabela VIII – Famílias atendidas pela ATES, por prestadora

Declaração I - Da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no SIASG e no SICONV.

Declaração II - Do contador responsável atestando que os demonstrativos contábeis refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial

Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

SUMÁRIO

PARTE A – CONTEÚDO GERAL	16
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	17
2. Objetivos e metas institucionais	18
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	18
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	21
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	21
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento.....	24
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.....	26
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa	29
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	32
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais	32
Principais Ações do Programa	33
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária .	33
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.....	36
2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	38
2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.....	40
2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	41
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	43
Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	43
Principais Ações do Programa	44
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento	44
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.....	47
2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol.....	50
2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento	53
2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária .	56
2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	57
2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	59
2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	61

2.3.3 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	63
Principais Ações do Programa	64
2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.....	64
2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural	66
2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	67
2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	69
2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas	70
2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas	71
2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	72
2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário.....	74
Principais Ações do Programa	75
2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	75
2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo.....	77
Principais Ações do Programa	78
2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	78
2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola.....	80
Principais Ações do Programa	81
2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.	81
2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos	83
2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo	85
Principais Ações do Programa	86
2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo	86
2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	87
2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	88
2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	89
2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	91
Principais Ações do Programa	92
2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	92
2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa	96
2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo	98

2.3.9.1	Ação 2000 - Administração da Unidade	99
2.4	Desempenho Orçamentário/Financeiro	102
2.4.1.	Programação Orçamentária da Despesa	102
2.4.1.1	Identificação das Unidades Orçamentárias	102
2.4.1.2	Programação de Despesas Correntes	103
2.4.1.3	Programação de Despesas de Capital	104
2.4.1.4	Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	105
2.4.1.5	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	106
2.4.2	Execução Orçamentária da Despesa	108
2.4.2.1.	Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	108
2.4.2.2.	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	109
2.4.2.3.	Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	110
2.4.2.4.	Análise Crítica	111
2.4.3.	Indicadores Institucionais	112
3.	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	122
3.1	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	122
3.2	Análise Crítica.....	123
4.	Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	124
4.1	Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores	124
4.2	Análise Crítica.....	125
5.	Informações sobre Recursos Humanos da unidade	126
5.1	Composição do quadro de servidores ativos	126
5.1.1	Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010....	126
5.1.2	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010	127
5.1.3	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010.....	128
5.2	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	129
5.2.1	Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010....	129
5.2.2	Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010	130
5.3	Composição do quadro de estagiários.....	131
5.4	Custos associados à manutenção dos recursos humanos.....	132
5.4.1	Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010	132

5.5	Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	135
5.5.1	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	135
5.5.2	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	136
5.5.3	Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	137
5.6	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	138
6.	Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência	144
6.1	Transferências efetuadas no exercício	144
6.1.1	Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	144
6.1.2	Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	146
6.1.3	Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.... ..	147
6.1.4	Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.....	148
6.1.6	Análise Crítica.....	152
7.	Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.....	153
8.	Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.	154
9.	Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	155
9.1	Estrutura de controles internos da UJ	155
10.	Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.	157
10.1	Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	157
11.	Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.....	159
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	159
11.1.1	Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união	159
11.1.2	Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	160
11.1.3	Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ	161
11.1.4	Análise crítica:	162
12.	Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	163

12.1	Gestão de TI da UJ	163
13.	Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	164
14.	Informações sobre Renúncia Tributária.....	168
15.	Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.....	169
15.1	Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	169
15.2	Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício... ..	171
15.3	Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	172
15.4	Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	182
16.	Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.	185
17.	Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.....	186
	Parte B - Informações Contábeis da Gestão.....	188
18.	Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e odemonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.	189
19.	Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).....	190
	Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA	191
20.	Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:.....	192
21.	Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.	194
	Anexos.....	193

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo/			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
Denominação abreviada: Incra			
Código SIORG: 4144	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 37.30.51	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(082) 3201-1950	(082) 3201-1952	(082) 3201-1951
E-mail: estevao.oliveira@mco.incra.gov.br, alessandra.costa@mco.incra.gov.br, ascom.maceio@mco.incra.gov.br.			
Página na Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Rua do Imperador, nº 105, Centro. Maceió-AL. CEP: 57020-030.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto-lei nº 1.100, de 09 de julho de 1970: cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
37.201	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
37.30.51	37.201		

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

A terra é um meio de produção finito. Ela não se multiplica como um objeto fabricado. Por isso, desenvolver políticas públicas voltadas à estrutura agrária do Brasil é um processo de pelo menos quatro dimensões: econômica, política, social e ambiental. Do ponto de vista econômico, o acesso a terra é um instrumento de fortalecimento da agricultura familiar, setor dinâmico que emprega a maior parte da mão de obra no meio rural e produz 70% da alimentação que o brasileiro consome no seu dia a dia. Do ponto de vista político, é fundamental para a modernização do ordenamento territorial do país e o avanço da regularização fundiária, que garantem soberania nacional e segurança jurídica para a produção. Também porque a reforma agrária ajuda a diminuir a histórica concentração da propriedade da terra que ainda vigora no Brasil. Do ponto de vista social, é uma política de combate à pobreza e de ampliação de direitos, como o acesso à moradia, alimentação, saúde, educação e renda. Finalmente, sob o aspecto ambiental, as políticas de reforma agrária e ordenamento fundiário abrem caminho para uma produção agrícola diversificada, livre de agrotóxicos e capaz de ajudar a preservar as riquezas naturais do país.

Estas políticas passam por programas como o de Assistência Técnica e Capacitação de Assentados (Ates), prestando assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde à implantação dos projetos de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Passam também pela educação, com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), que busca ampliar os níveis de escolarização formal dos assentados, atuando como instrumento de democratização do conhecimento no campo.

Ainda no contexto de desenvolvimento, merece destaque o trabalho de regularização fundiária promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Incra, viabilizando aos agricultores familiares a permanência na terra, por meio da segurança jurídica da posse do imóvel.

Em 2010 foi feita uma pesquisa inédita para avaliar a qualidade de vida, produção e renda nos assentamentos com o objetivo de captar informações sobre as famílias que vivem nas áreas de reforma agrária de todo o país. Esses dados são matéria prima valiosa para dar suporte e continuidade ao planejamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da reforma agrária nos próximos anos.

Nas páginas a seguir, veremos como parte importante do meio rural brasileiro foi estimulada ao longo do ano com novas modalidades de política pública, especialmente ampliação do acesso ao crédito, alimentação, infraestrutura e moradia. Veremos também que um contingente bastante expressivo de famílias saiu de uma condição de invisibilidade social para ser incluído no processo produtivo, com a conquista da terra. Boa leitura!

“Cidadania que brota no meio rural”, texto adaptado de Rolf Hackbart, Presidente do Incra. Extraído da Publicação Especial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) Ano I N° 02 – Dezembro de 2010.

NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

- I. Identificação das Unidades Orçamentárias
- II. Programação de Despesas Correntes.
- III. Programação de Despesas de Capital.
- IV. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.

NÃO HOVE OCORRÊNCIA NO EXERCÍCIO DE 2010 NO ÂMBITO DA UJ

- I. Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária
- II. Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural
- III. Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais
- IV. Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas
- V. Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas
- VI. Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo
- VII. Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social
- VIII. Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária
- IX. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos
- X. Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício
- XI. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Regimentalmente, cabe à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, a responsabilidade das ações contidas no programa 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação as Terras Públicas. A Divisão também é responsável pelo programa 1336 - Brasil Quilombola. Por Ordem de Serviço, essa Divisão é a executora da ação 8398 - Demarcação Topográfica dos Assentamentos. Portanto, tivemos ações específicas no cadastro de imóveis, na regularização de territórios remanescentes de quilombos e na demarcação topográfica.

Na atividade de cadastro de imóveis, o ano de 2010 foi caracterizado por dificuldades de pessoal tanto na área de fiscalização, como na de atualização cadastral. Objetivamente: começamos o ano com cinco servidores no setor, passamos três meses com apenas um servidor, e terminamos o ano com dois servidores e dois estagiários trabalhando em meio expediente.

Dessa forma, não houve condições de abertura de novos processos de fiscalização cadastral, tampouco de dar continuidade aos já abertos. Além disso, como a Sala do Cidadão também estava funcionando precariamente, muitos processos de atualização cadastral foram recepcionados indevidamente, o que provocou muito “re-trabalho” com diligências desnecessárias, que poderiam ser evitadas caso as correções fossem feitas na recepção desses processos.

Existe nesse serviço uma gritante falta de estrutura que precisa ser foco de atenção. Foge ao poder da Chefia da Divisão de Ordenamento, a lotação de mais servidores para suprir as diversas demandas: fiscalização de aquisição de terras por estrangeiros, fiscalização de grandes imóveis rurais, cadastramento de nossos próprios PA's, instrução de processos de descaracterização de imóveis rurais, análise cadastral em processos de certificação e outras demandas.

Para se ter idéia do problema, existe muita demanda por parte de prefeituras por descaracterização de imóveis rurais, visando construção de moradias do programa Minha Casa Minha Vida. Essa demanda é atendida de forma morosa no Incra, por absoluta falta de pessoal para dar seguimento ao processo administrativo. Construtoras também demandam esse tipo de assunto. Portanto, toda a estratégia montada de ter uma equipe que se dedicasse exclusivamente a analisar

processos de atualização cadastral e demais equipes nas outras atividades do cadastro não se efetivou. O trabalho se restringiu unicamente à atualização cadastral.

No início do segundo semestre, o gestor do Cadastro fazia todas as atividades do setor. Obviamente, a eficiência do serviço ficou em segundo plano. No final do ano, houve uma tentativa de efetivar uma nova gestora. Contudo, a servidora atuava também frente à demanda de regularização de lotes, não resolvendo, portanto, o problema da atividade de cadastro.

Outro fato relevante se refere à meta de cadastro. Foi programado o gerenciamento no cadastro de 3000 imóveis. Entretanto, só 1817 processos foram recepcionados na Sala da Cidadania e nas UMC's (Unidades Municipais de Cadastro), ou seja, não houve demanda. Por outro lado, se a demanda existisse, excederia a nossa capacidade de atendimento.

No entender da Chefia de Divisão de Ordenamento, o Serviço de Cadastro, para atender todas as suas demandas, precisa de um gestor e pelo menos mais três servidores (na impossibilidade de deslocamento para o serviço de mais servidores – pelo menos, estagiários para funções administrativas tais como digitação, arquivamento, pesquisas no Sistema Nacional de Cadastro Rural e para atender demandas externas).

Para atingir uma meta mais agressiva, pode ser feita varredura em cartórios para atualização ex-officio em minifúndios. Essa estratégia foi pensada para 2010, porém a deficiência de servidores tornou-a inviável.

Apesar dos problemas apontados, ainda conseguimos prestar assistência às poucas UMC's implantadas, através da realização de três mini cursos para registradores de Unidades Cartorárias em parceria com a ANOREG (Associação dos Notários e Registradores de Alagoas). Esses cursos envolveram pessoal da Cartografia e da Procuradoria Especializada da SR-22.

No programa 1336, foram usados recursos (diárias e combustíveis) para divulgação do programa e da ação do INCRA em algumas comunidades indicadas pelo Instituto de Terras de Alagoas (ITERAL). A estratégia era a seguinte: se houvesse interesse de qualquer membro da comunidade, o gestor do programa na SR-22 se deslocaria para realização de uma reunião informativa. Caso o interesse persistisse, os dirigentes da comunidade eram orientados a formalizar o pedido de demarcação do território para posterior titulação. A partir do segundo semestre, algumas comunidades nos procuraram e efetivamente foram abertos três processos. Eles serão todos levados a pregão em 2011, para contratação de laudo antropológico, uma vez que não temos antropólogo no quadro de pessoal desta Superintendência.

Alguns recursos também foram desprendidos para acompanhar o pessoal técnico da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), em visita às comunidades Quilombolas atingidas pelas enchentes de junho em Alagoas. Havia um entendimento de que o INCRA seria a instituição responsável pela aquisição dos terrenos para construção de novas moradias, destruídas pela cheia. Na ocasião, essas comunidades tiveram conhecimento da nossa real missão no programa Brasil Quilombola.

A estratégia adotada para se executar a demarcação topográfica dos assentamentos foi contratar empresas, através de pregão eletrônico. Ainda que com alguns percalços, esta se revelou a maneira mais econômica de se executar essa ação, fato já relatado no Relatório de Gestão 2009.

Durante o ano de 2010, ocorreram dois pregões eletrônicos e três empresas foram contratadas, devendo concluir suas atividades em 2011, visando o beneficiamento de quase 1691 famílias em 31 assentamentos, o que representa mais que o dobro da meta prevista inicialmente. Tal fato se deve à vontade política da atual gestão local em reivindicar mais recursos junto à Diretoria de Desenvolvimento de Assentamentos e, claro, à sensibilidade da gestão nacional da Instituição. Não se pode deixar de evidenciar a boa capacidade operacional de toda a equipe de fiscalização, que tem acompanhado, passo a passo, o trabalho das empresas.

Um inconveniente dessa modalidade de execução (pregão eletrônico) é a dificuldade de se eliminar empresas com pouca qualificação, que apostam em uma baixa cotação de preços, para posterior realinhamento de preços provocando um aditivo contratual. Entretanto, nossos engenheiros estão atentos ao fato e têm refutado essas iniciativas. Por outro lado, essas empresas problemáticas têm atrasado e até mesmo rompido contrato (tal fato aconteceu com uma empresa em 2009).

Em conversa a esse respeito com a Procuradora Chefe da AGU, ela orientou a Chefia da Divisão de Ordenamento que quando da ocasião do pregão, os engenheiros, se tiverem convicção de que o preço ofertado não é exequível, devem embargar a empresa vencedora. A questão é que tal fato cabe apelação por parte da empresa e a demarcação pode não ser realizada em tempo hábil. Ressalte-se que toda implantação do assentamento depende dessa demarcação.

Em 2010, foram concluídas todas as pendências contratuais de 2008 (contratados, na realidade, em dezembro de 2008 e realizados ao longo de 2009 e 2010). A programação de demarcação de 2009 foi quase toda concluída também. Apenas em dois assentamentos tivemos problemas jurídicos quanto às confrontações.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

Conforme preceitua o art. 107 do Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria N° 20, de 08 de abril de 2009, à Divisão de Obtenção de Terras compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

I - de Obtenção:

- a) proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária;*
- b) participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras;*
- c) atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras;*
- d) coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais;*
- e) acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica;*
- f) promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação;*
e
- g) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências;*

II - de Implantação de Assentamentos:

- a) proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização;*
- b) executar as ações voltadas ao reassentamento de trabalhadores rurais não-índios, ocupantes de terras indígenas;*
- c) providenciar os atos de criação e promoção da implantação de projetos de reforma agrária;*
- d) elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento;*
- e) gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária;*
- f) aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e g) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências;*

III - de Meio Ambiente e Recursos Naturais:

- a) elaboração de mapeamentos temáticos;*
- b) adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA;*
- c) fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas;*
- d) analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária;*
- e) monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária;*
- f) promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e*
- g) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.*

O planejamento da estratégia de atuação da Divisão de Obtenção de Terras para promover o Programa de Reforma Agrária em Alagoas tem por base a análise da concentração fundiária do Estado, a demanda dos movimentos sociais e os dados históricos da execução do programa de Reforma Agrária, como o número de áreas vistoriadas, a quantidade de acampados, a localização dos acampamentos, o número de famílias assentadas, a localização dos assentamentos, a localização das vistorias bem sucedidas, os limites orçamentários, os custos do hectare, o custo por família, as áreas prioritárias, entre outras informações.

Considerando o significativo corte no orçamento somado ao entendimento do INCRA Nacional, que na distribuição do orçamento anual deu maior peso à Diretoria de Desenvolvimento dando prioridade à qualificação dos Assentamentos já existentes, a Divisão de Obtenção sofreu uma drástica redução em seu orçamento. Na ação 8387 - Vistoria e Avaliação-, por exemplo, a diferença entre a Provisão recebida em 2009 e em 2010 é de aproximadamente 66,12%.

Considerando o quadro de dificuldades, a Divisão de Obtenção promoveu reunião com os movimentos sociais para inteirá-los sobre a provisão orçamentária para o exercício de 2010 e planejar as ações dentro dos limites orçamentários e estabelecer prioridades.

Para escolha das áreas mantivemos o foco da estratégia em tentar solucionar áreas consideradas emblemáticas. Essas áreas são circundadas de tensão social e iminentes conflitos. A

solução delas traz uma segurança para os movimentos e uma relativa tranquilidade para que o INCRA possa exercer suas ações.

Para tentar uma saída pacífica, rápida e satisfatória para estas áreas emblemáticas, a Divisão de Obtenção tenta dar celeridade aos processos de obtenção dessas áreas, entretanto nem sempre é possível, pois a maior parte delas não é passível de desapropriação, por motivos diversos (área abaixo do módulo, impedimento judicial para vistoria, entre outros). Nos casos onde a desapropriação não é possível, a Regional tenta encontrar áreas alternativas, quer por desapropriação (Lei 8.629), quer por compra e venda (Decreto 433/92).

A Divisão de Obtenção mantém a postura de realizar um gerenciamento coletivo das ações, onde ouvimos as considerações feitas pelos movimentos, pelo gestor da Superintendência e inclusive por seus próprios técnicos. Apenas depois deste ciclo, a chefia (titular e substituto) toma as decisões sobre as realizações das ações.

Todas as iniciativas visam continuar avançando com a Reforma Agrária no Estado e cada vez com mais qualidade e eficiência nos gastos e resultados das ações.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Conforme preceitua o art. 117 do Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria N° 20, de 08 de abril de 2009, à Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamento, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

“I – De Infra-estrutura:

a) acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia;

b) promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES;

c) proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária;

d) analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos;

e) nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos:

1. elaborar os projetos básicos;

2. analisar e emitir pareceres técnicos;

3. acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços;

4. promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais;

5. acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; e

6. acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos.

f) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

II – De Desenvolvimento de Projetos:

a) selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos;

b) implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento;

c) executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos;

d) analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência;

- e) promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização;*
- f) promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização;*
- g) definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio;*
- h) realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas;*
- i) emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária;*
- j) autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização;*
- k) promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e*
- l) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências;*

III – De Educação e Cidadania:

- a) promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA;*
- b) divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional;*
- c) analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania;*
- d) apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais;*
- e) mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania;*
- f) apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária;*

g) articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária;

h) promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária;

i) promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; e

j) articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; e

k) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.”

A Divisão de Desenvolvimento não apresentou sua estratégia de atuação no ano de 2010, não informando quais alterações foram realizadas ao longo do exercício no seu plano de ação, nem os aspectos que justificaram ou influenciaram a adoção dessas decisões.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

Conforme preceitua o art. 114 do Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria N° 20, de 08 de abril de 2009, à Divisão de Administração compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

“I - De Desenvolvimento Humano:

a) coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal;

b) manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão;

c) instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais;

- d) expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais;*
- e) efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação;*
- f) acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais;*
- g) executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e*
- h) outras atividades compatíveis com suas atribuições.*

II – De Contabilidade:

- a) executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União;*
- b) orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis;*
- c) elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo;*
- d) examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos;*
- e) controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens;*
- f) instaurar processos de Tomada de Contas Especial;*
- g) promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira – SLAFI dos órgãos inadimplentes;*
- h) controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e*
- i) outras atividades compatíveis com suas atribuições.*

III - De Administração e Serviços Gerais:

- a) administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais;*
- b) administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos;*
- c) manter e controlar os serviços de telecomunicação;*
- d) supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância;*
- e) controlar a autorização para transporte de cargas;*
- f) recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional;*
- g) expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA;*
- h) manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos;*
- i) orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e*
- j) outras atividades compatíveis com suas atribuições.”*

A Divisão de Administração não apresentou sua estratégia de atuação no ano de 2010, não informando quais alterações foram realizadas ao longo do exercício no seu plano de ação, nem os aspectos que justificaram ou influenciaram a adoção dessas decisões.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 1 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (8384)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011	Percentual da Meta realizada
21	631	135	8384	A	4	Família assentada (und)	1826	422	0	0,231106243

Fonte: LOA2010, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2010 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 2 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (8384)

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
197.152	159.187	139.704	88	132.704	83	132.704	83

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

A Superintendência não conseguiu atingir o cumprimento da meta de assentamento de famílias que era de 1826 famílias, assentando apenas 422 famílias em 2010 (o que equivale a 23% da meta).

O recurso empenhado equivale a 71% e o realmente pago a 67% do previsto na PO 2010.

O quadro abaixo expõe, de forma sintética, a execução desta ação por elemento de despesa.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas	Empenhos Emitidos	Empenhos liquidados	Crédito Empenhado a Liquidar	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	87.586,00	86.311,60	86.311,60		86.311,60	1.274,40
339030	41.829,00	30.855,14	23.855,14	7.000,00	23.855,14	10.973,86
339033	19.837,00	19.837,00	19.837,00		19.837,00	
339039	9.935,00	2.700,00	2.700,00		2.700,00	7.235,00

Tabela 3 – ED 8384

Devido à natureza da ação, os recursos foram gastos predominantemente em deslocamento de servidores (diárias, combustíveis, locação e manutenção de veículos).

Alguns fatores dificultaram o cumprimento da meta de assentamento de famílias. O primeiro deles é a previsão de que cerca de 54,77% da meta (1.000 famílias) deveria ser cumprida com assentamento de famílias em lotes já existentes (retomadas de lotes/Supervisão IN 47).

A Divisão de Obtenção contribuiu com a Divisão de Desenvolvimento, que é a gestora do programa de regularização de lotes, nas atividades de campo e, inclusive, nas atividades de escritório participando das comissões de vistoria e de supervisão. Entretanto, devido à dificuldade orçamentária da Diretoria de Desenvolvimento não foi possível atingir o número previsto inicialmente.

Outro fator importante, e recorrente, é a existência de entraves judiciais em alguns processos de desapropriação que ainda persistem apesar do empenho da regional. Como por exemplo, a demora na imissão na Posse dos Imóveis Prazeres (Flexeiras), Bom Destino (Cajueiro) e Tauá (Japaratina); além de algumas ações para impedir o INCRA de realizar vistoria.

A demora na emissão das licenças prévias para criação de Projetos de Assentamento também foi obstáculo para a obtenção de terras. O INCRA vem mantendo diálogos e entendimentos com o IMA que já surtiram efeitos, entretanto ainda não sanaram a

situação. O imóvel Prazeres, por exemplo, após a demora na imissão na posse, ainda passou por um longo período de espera e só teve a licença emitida já no exercício de 2011.

Finalmente, outro ponto crucial refere-se novamente à dificuldade orçamentária, pois imóveis que tiveram seus kits de avaliação enviados em meados de outubro do ano passado ainda não tiveram seus pagamentos emitidos (TDAs e Benfeitorias) devido a limitação orçamentária do INCRA em relação aos recursos para indenização de imóveis.

Entretanto, as ações de cadastro das famílias foram realizadas na perspectiva de que a aquisição dos imóveis poderia ser concluída ainda até o dia 31/12/2010, o que não ocorreu.

Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 4 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (8387)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011	Percentual da Meta realizada
21	631	135	8387	A	4	Área vistoriada (ha)	16.708,71	9.179,83	11.164,06	0,549403688

Fonte: LOA2010, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2010 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 5 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (8387)

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
100.252	147.857	127.804	86	125.880	85	125.880	85

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

A Superintendência conseguiu executar vistoria em 9.179,8269ha (23 imóveis), o que equivale a 55% da meta, que era 16.708,71ha, conforme expõe Tabela I, no Anexo deste Relatório.

Quanto à execução financeira, esta SR-22 recebeu 147% do previsto na PO 2010, empenhou 127% e pagou 126% do previsto.

O quadro abaixo expõe, de forma sintética, a execução desta ação por elemento de despesa.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas	Empenhos Emitidos	Empenhos liquidados	Crédito Empenhado a Liquidar	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	71.581,00	63.617,75	63.617,75		63.617,75	7.963,25
339030	21.431,00	14.585,77	14.585,77		14.585,77	6.845,23
339033	10.914,00	10.914,00	10.914,00		10.914,00	
339039	23.117,00	22.524,00	22.250,00	274,00	22.250,00	593,00
339047	6.100,00	1.449,00	1.449,00		1.449,00	4.651,00
339139	14.714,00	14.713,74	13.063,23	1.650,51	13.063,23	0,26

Tabela 6 – ED 8387

Devido à natureza da ação, os recursos foram gastos predominantemente em deslocamento de servidores (diárias, combustíveis, passagens, locação e manutenção de veículos). O restante foi gasto em pagamento de honorários periciais, publicações e pagamento de taxas.

A Divisão de Obtenção de Terras continua trabalhando para, cada vez mais, aumentar a qualidade dos laudos agrônômicos de vistoria. No exercício de 2010, esta Divisão conseguiu implantar algumas mudanças nas rotinas de trabalho, como: elaborar as programações de viagem quinzenalmente; garantir que as viaturas estejam disponíveis um dia antes da viagem para que o dia inicial do deslocamento também possa ser aproveitado em campo; diminuir a quantidade de agrônomos por vistoria de dois para um – como possibilita o manual de obtenção-, o que implicou na significativa mudança no índice de gastos de recursos de vistoria por hectare que teve uma redução de cerca 73,2 % do exercício de 2009 (60,05 R\$/ha) para 2010 (16,10R\$/ha) - (fórmula: Provisão orçamentária recebida dividida pelo número de hectares vistoriados).

O valor definido por Brasília é de R\$ 6,00/ha, por esse motivo a meta prevista era de 16.708,71 hectares, entretanto, em diversas tratativas com Brasília já informamos da inaplicabilidade desse custo devido à características particulares do Estado (inexistência de banco de dados atualizados das bacias hidrográficas, relevo e acesso dos imóveis entre outros), porém a significativa redução nos custos indica que as iniciativas tomadas pela Divisão tem surtido efeito satisfatório.

2.3.1.2 Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 7 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (8374)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011	Percentual da Meta realizada
21	631	135	8374	A	4	Licença ambiental protocolada (und)	19	13	0	0,684210526

Fonte: LOA2010, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2010 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 8 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (8374)

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
304.765	158.725	135.298	85	126.640	80	126.640	80

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

A meta realizada ficou abaixo do previsto (apenas 68%). Essa discrepância pode ser atribuída a um superdimensionamento da meta no momento da sua fixação, pois o passivo de licenciamento estava bastante reduzido, desde que esta SR-22 regularizou a situação de 136

assentamentos quanto à LIO (Licença de Instalação e Operação) no exercício de 2008, através de convênio firmado entre o INCRA e o IMA-AL - Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas (ver Tabela II no Anexo, que expõe a relação de assentamentos com LIO em vigor).

Observamos, no entanto, que a provisão recebida foi apenas 52% do previsto, de forma que a redução do recurso utilizado foi mais expressiva que a redução da meta.

O quadro abaixo expõe, de forma sintética, a execução desta ação por elemento de despesa.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas	Empenhos Emitidos	Empenhos liquidados	Crédito Empenhado a Liquidar	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	62.133,69	41.442,27	41.442,27		41.442,27	20.691,42
339030	22.301,33	19.564,88	18.907,67	657,21	18.907,67	2.736,45
339033	24.710,00	24.710,00	24.710,00		24.710,00	
339039	15.486,00	15.486,00	10.486,00	5.000,00	10.486,00	
339047	26.292,59	26.292,59	26.292,59		26.292,59	
339139	7.801,86	7.801,86	4.801,86	3.000,00	4.801,86	

Tabela 9 – ED 8374

A maior parte dos gastos na ação foi com deslocamento de técnicos (diárias, combustível, locação e manutenção de veículos) e pagamento de taxas de licenciamento.

2.3.1.3 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 10 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (4460)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011	Percentual da Meta realizada
21	631	135	4460	A	3	Área obtida (ha)	12261	203,78	0	0,016620178

Fonte: LOA2010, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2010 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 11 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (4460)

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
34.647.405	49.934	49.786	100	8.262	17	8.262	17

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

Os padrões de monitoramento da ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária - indicam que a meta é considerada realizada após a emissão do TDA (Título da Dívida Agrária) e a conseqüente descentralização de recursos para pagamento de benfeitorias. Nesse sentido, registrou-se como meta apenas os 203,78ha da propriedade Camarões (considerando apenas o orçamento provisionado a esta SR-22), localizada no município de Marimbondo.

A Tabela III, presente no Anexo deste Relatório, apresenta as terras obtidas através de decisões e acordos judiciais, de acordo com informações da Diretoria de Obtenção de Terras.

2.3.1.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 12 Execução Física das ações realizadas pela UJ (2272-0135)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011	Percentual da Meta realizada
21	122	135	2272	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA2010, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2010 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 13 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (2272-0135)

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	600	600	100	600	100	600	100

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

A ação 2272 - Gestão e Administração do Programa - do programa é uma ação de apoio às ações finalísticas do programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais.

Essa ação não possuía previsão orçamentária na PO 2010. No entanto, foi descentralizado R\$ 600,24 (seiscentos reais e vinte e quatro centavos) no elemento de despesa 339033, para custear deslocamento de servidor (compra de passagens). O recurso descentralizado foi completamente empenhado e pago, resultando numa execução de 100%.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc., visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 14 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (8396)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011	Percentual da Meta realizada
21	631	137	8396	A	3	Família atendida (und)	1750	0	6514	0

Fonte: LOA2010, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2010 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 15 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (8396)

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
2.528.239	32.677.692	14.520.663	44	18.157.029	56	0	0

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

As fortes chuvas que “castigaram” o Estado de Alagoas, levando o governo do Estado a decretar estado de calamidade pública em diversos municípios em meados de junho de 2010, acabaram por forçar uma reprogramação de toda a execução da ação 8396 (Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento) no ano de 2010.

A calamidade pública elevou bastante o passivo de recuperação de infraestrutura básica dos projetos de assentamento rural. Visando atender esta demanda, além dos R\$ 14.520.662,72 (quatorze milhões quinhentos e vinte mil seiscentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos) empenhados nesta ação, ainda foi empenhada a quantia de R\$8.699.500,00 (oito milhões seiscentos e noventa e nove mil e quinhentos reais), baseada nos R\$8.822,966,30 (oito milhões oitocentos e vinte e dois mil novecentos e sessenta e seis reais e trinta centavos) provisionados como crédito extraordinário através do Plano de Trabalho 21.244.0137.20EQ.0101.

Todos esses recursos foram utilizados para custear contratação direta de empresas de engenharia visando à implantação e à recuperação de infraestrutura básica de Projetos de Assentamento, através de dispensa de licitação, baseada no estado de calamidade pública do Estado de Alagoas.

Os recursos empenhados nesta ação serão liquidados e pagos apenas no exercício seguinte, de acordo com o cronograma de execução dos contratos. O elevado montante não empenhado nesta ação, no valor de R\$ 18.157.029,00 (dezoito milhões cento e cinquenta e sete mil e vinte e nove reais), se justifica pela tardia descentralização do mesmo, que se deu apenas entre os dias 19 e 20 de dezembro, datas de encerramento para realização de empenho.

A prática de contingenciamento de crédito comumente realizada pelo governo federal acaba por provocar essas dificuldades nas áreas responsáveis pela execução dos créditos. Ora, a realização de empenho dos valores orçamentários está atrelada a uma prévia publicação no Diário Oficial para que o sistema aceite tal empenho. Num curtíssimo espaço de tempo entre a descentralização dos créditos e o prazo final de empenho dos mesmos, essa atividade se vê prejudicada, pois mesmo com a publicação saindo no dia 22 de dezembro, o sistema não mais pode ser reaberto para a concretização dos empenhos, não oferecendo, assim, tempo hábil para operacionalização do referido crédito.

Apesar de a execução orçamentária apresentar números expressivos, a execução da meta física não foi devidamente registrada neste exercício. O módulo Monitoramento e Avaliação do SIR não aponta as metas alcançadas no exercício de 2010: 1600 famílias atendidas com serviços de infraestrutura, conforme pode ser mais bem observado na Tabela IV do Anexo deste Relatório.

Houve dificuldade no repasse de financeiro durante o ano fiscal de 2010 para a concretização das metas físicas e financeiras, dificultando para as diversas empresas a finalização das obras, visto que não tiveram a mesma contrapartida entre trabalhos realizados e trabalhos efetivamente pagos. Diante de tais dificuldades, a Setorial de Infraestrutura justifica que, apesar dos esforços, a alimentação do módulo Monitoramento não pode ser tão eficiente. A Divisão de

Desenvolvimento, mais especificamente sua Setorial de Infraestrutura, tentou um aprimoramento dessas informações num menor espaço de tempo para dirimir as dúvidas e melhorar as informações com maior clareza e celeridade.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 16 -Execução Física das ações realizadas pela UJ (8398)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011	Percentual da Meta realizada
21	631	137	8398	A	4	Família atendida (und)	827	1691	1615	2,044740024

Fonte: LOA2010, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2010 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 17 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (8398)

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
520.739	843.879	814.564	97	129.775	15	129.775	15

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

No final do exercício de 2009, foi firmado contrato com a empresa Tal Topografia da Amazônia, visando beneficiar 982 famílias em 22 Projetos de Assentamento, totalizando uma área de 10.355,5565ha. Esse contrato somado ao passivo de anos anteriores constituía a meta a ser trabalhada no exercício de 2010. Destaque-se que no passivo de 2008 para execução em 2009, uma empresa rompeu com o contrato e os assentamentos não concluídos foram demarcados por execução direta. No próprio exercício de 2010 aconteceram mais duas licitações no segundo semestre e três empresas novas estão trabalhando em 31 assentamentos, com previsão de término ainda no primeiro trimestre de 2011.

A Meta Física Programada estabelecida pela PO2010 na ação 8398 (Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento) apontava uma previsão de atendimento de 827 famílias em Alagoas. Essa meta foi amplamente superada: a execução de serviços de medição e demarcação topográfica beneficiou 1691 famílias espalhadas em 33 Projetos de Assentamento, conforme detalha o quadro abaixo.

Nº	PA	Município	Famílias Atendidas
1	Bom Jesus Talhado	Delmiro Gouveia	80
2	Caldeirões	Flexeiras	51
3	Costa	Olho D'Água do Casado	34
4	Dois Irmãos	Piranhas	24
5	Lagoa da Pedras	Piranhas	40
6	Samambaia	Piranhas	35
7	Todos os Santos/ Chupete	Mata Grande	106
8	Buenos Aires / Santa Rita	Maragogi	243
9	Nova Jerusalém / Faz. Santa Luzia	Maragogi	59
10	Oziel Alves / Aquidaban	Maragogi	110
11	Flor do Bosque	Messias	35
12	Olhos D'Água	Olho D'Água do Casado	110
13	Alexander Cauchi / areias	Porto de Pedras	42
14	Amolar I	Flexeiras	11
15	Amolar II	Flexeiras	5
16	Brioso	São Luís do Quitunde	15
17	Duas Barras I	Flexeiras	40
18	Flexeiras	Fleixeiras	45
19	João Pedro Teixeira / Parariz	Fleixeiras	39
20	Espírito Santo	Joaquim Gomes	8
21	Pedra Cristalina / Pedra Grande	Fleixeiras	42
22	Amor / Amou ou Piedade	São Luís do Quitunde	64
23	Bom Conselho	São Luís do Quitunde	53
24	Catucá	São Luís do Quitunde	59
25	Duas Barras II	São Luís do Quitunde	22
26	Guanabara	São Luís do Quitunde	28
27	Lagoa Azul / Nova Reforma	São Luís do Quitunde	54
28	São João do Bom Conselho I	São Luís do Quitunde	6
29	São João do Bom Conselho II	São Luís do Quitunde	5
30	Sebastião Gomes	São Luís do Quitunde	102
31	Gordo	União dos Palmares	36
32	Boa União	Porto Calvo	80
33	Sonho Meu / Posto Agropecuário	Passo de Camaragibe	8
TOTAL			1.691

Tabela 18 – Famílias atendidas por PA com serviços de medição e demarcação topográfica em 2010

Um dos principais motivos para a grande superação da meta previamente estabelecida foi o provisionamento de R\$323.140,21 (trezentos e vinte e três mil cento e quarenta reais e vinte e um centavos) a mais do que o programado no Caderno de Metas 2010. Nesse sentido, foram

descentralizados recursos no valor de R\$843.879,21 (oitocentos e quarenta e três mil oitocentos e setenta e nove reais e vinte e um centavos), sendo empenhados R\$814.564,22 (oitocentos e quatorze mil quinhentos e sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos) e liquidados e pagos R\$ 129.774,91 (cento e vinte e nove mil setecentos e setenta e quatro reais e noventa e um centavos), resultando num percentual de 15% de valor pago, conforme expõe a tabela abaixo.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas	Empenhos Emitidos	Empenhos liquidados	Crédito Empenhado a Liquidar	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	138.600,00	109.285,01	109.285,01		109.285,01	29.314,99
339039	705.279,21	705.279,21	20.489,90	684.789,31	20.489,90	

Tabela 19 – ED 8398

O baixo percentual de valores liquidados e pagos se justifica pela assinatura dos 03 novos contratos no segundo semestre do exercício de 2010, no valor global de R\$ 705.279,21 (setecentos e cinco mil duzentos e setenta e nove reais e vinte e um centavos), visando beneficiar 1.288 famílias em 31 Projetos de Assentamento, como foi relatado acima. Esses contratos terão impactos na meta física do exercício de 2011, quando se dará a liquidação e o pagamento dos recursos.

As demais despesas custearam o deslocamento de servidores (técnicos, auxiliares e motoristas) do INCRA para fiscalização dos contratos em execução, justificando assim a concentração das despesas em diárias (pessoal civil).

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 20 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (4320)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011	Percentual da Meta realizada
21	691	137	4320	A	4	Família beneficiada (und)	1104	210	789	-

Fonte: LOA2010, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2010 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 21 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (4320)

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
441.573	262.150	261.324	100	119.269	45	119.269	45

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

As despesas da ação 4320 (Terra Sol) visam incrementar a renda dos Projetos de Assentamentos Rurais, através do estímulo de atividades socioeconômicas sustentáveis, que valorizem as características regionais, as experiências e as potencialidades dos assentamentos.

Neste sentido, os recursos aplicados no exercício de 2010, na ação 4320, visaram, sobretudo, atender às despesas oriundas de convênios (celebrados em exercícios anteriores), que visam à instalação e à implementação de várias agroindústrias (fábrica de polpas de frutas, fábrica de beneficiamento de amendoim, fábrica de fubá de milho, fábrica de farinha de mandioca, casa de licor), bem como a realização de feiras territoriais da agricultura familiar. A Tabela V, que se encontra no anexo deste Relatório, apresenta detalhes dos convênios, expondo seus objetos, e público beneficiado.

Observa-se que 03 convênios foram concluídos em 2010, atendendo 326 famílias em 28 Projetos de Assentamento, sendo que o instrumento registrado sob o número CV/AL/10.000/2008, que trata da implementação da Fábrica de Beneficiamento de Amendoim do Projeto de Assentamento Serra Preta, foi parcialmente executado. Concluímos o exercício de 2010, com 03 convênios ainda em execução, que visam beneficiar 673 famílias em 03 Projetos de Assentamento.³

Em relação ao detalhamento da execução orçamentária (quadro abaixo), percebe-se que priorizamos a execução através de despesas de capital, que serviram para a aquisição de equipamentos para a fábrica de farinha de mandioca do Projeto de Assentamento Santa Isabel, localizado no município de Girau do Ponciano e para a fábrica de polpa de frutas da Cooperativa dos Pequenos Agricultores Organizados – COOPEAGRO, localizada no município de Maragogi, implementadas através dos convênios. As despesas do elemento 339039 se relacionaram à reforma da fábrica de fubá do Projeto de Assentamento Paraná, localizado no município de Girau do Ponciano, bem como à elaboração de projetos elétricos. Foram registradas ainda despesas destinadas a cobrir o custeio com o deslocamento (diárias) de técnicos do INCRA até as áreas beneficiadas com os convênios, no intuito de fiscalização dos trabalhos.

³ A interpretação da equipe do programa Terra Sol quanto às metas executadas destoa da interpretação adotada para inserção do módulo Monitoramento do SIR: justifica-se, assim a diferença nos dados afetos à execução de meta física.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas	Empenhos Emitidos	Empenhos liquidados	Crédito Empenhado a Liquidar	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	2.230,20	1.403,88	1.403,88		1.403,88	826,32
339039	22.270,00	22.270,00	14.780,00	7.490,00	14.780,00	
449052	237.649,64	237.649,64	103.084,98	134.564,66	103.084,98	

Tabela 22 – ED 4320

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 23 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (4358)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011	Percentual da Meta realizada
21	631	137	4358	A	4	Documento de titulação expedido (und)	249	426	0	1,710843373

Fonte: LOA2010, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2010 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 24 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (4358)

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=e/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
36.088	41.088	36.736	89	36.736	89	36.736	89

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

A ação 4358 (Titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento) objetiva “transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais

em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas”. Esse processo de transferência se dá, sobretudo, através da concessão de documentação às famílias assentadas, seja a título provisório (concessão de uso) ou a título definitivo (título de domínio). No exercício de 2010, a execução da meta física se deu através da emissão e entrega de Contratos de Concessão de Uso-CCU.

A execução orçamentária realizada em 2010 foi muito próxima da execução programada para o período. As despesas, em sua grande maioria, serviram para custear deslocamentos de técnicos do INCRA, objetivando a realização de saneamento de processos visando à emissão de Contratos de Concessão de Uso – CCU, e a entrega dos CCU’s aos beneficiários, justificando assim a concentração das despesas em diárias (pessoal civil), e em material de consumo (aquisição de combustível), conforme expõe o quadro abaixo.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas	Empenhos Emitidos	Empenhos liquidados	Crédito Empenhado a Liquidar	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	36.544,00	34.852,85	34.852,85		34.852,85	1.691,15
339030	3.772,00	1.883,38	1.883,38		1.883,38	1.888,62
339039	772,00					772,00

Tabela 25 – ED 4358

Já a execução física superou as expectativas, ao garantirmos a expedição de 426 documentos de concessão de uso em 21 projetos de assentamento, conforme evidencia a tabela que segue.

Documento de Concessão de Uso Expedido			
Nº	Projeto de Assentamento	Município	Meta Obtida
1	Alexsander Cauchi / Areias	Porto de Pedras	36
2	Che Guevara/Ribeira I e II e Santa Antonio	Traipu	8
3	Dua Barras I	Flexeiras	29
4	Duas Barras II	São Luis de Quitunde	2
5	Guanabara	São Luis do Quitunde	3
6	Lago Azul / Nova Reforma	São Luís do Quitunde	48
7	Lagoa Comprida	Piranhas	10
8	Limão	União dos Palmares	18
9	Novo Horizonte / Ponte dos Dias	Penedo	29
10	Nova Vida/Poço de Antas	São Luís do Quitunde	19
11	Olho D'Água	Olho D'Água do Casado	16
12	Oziel Alves/Aquidabam	Maragogi	15
13	Pedra Cristalina / Pedra Grande	Maceió	34
14	Pedra Talhada	Joaquim Gomes	13
15	Quinta da Serra	Viçosa	33
16	Riachão	São Luís do Quitunde	9
17	Riacho Grande / Quixaba	Pão de Açúcar	10
18	Santa Fé II	Belo Monte	22

19	Sebastião Gomes	São Luís do Quitunde	28
20	Todos os Santos / Chupete	Água Branca	25
21	Triunfo	São Miguel dos Milagres	19
TOTAL			426

Tabela 26 – Documentação de Concessão de Uso expedida em 2010.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Santa Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto. Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve registro de movimentação nesta ação no exercício de 2010.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando à recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 27 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (2B06)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011	Percentual da Meta realizada
21	631	137	2B06	A	4	Unidade familiar de produção atendida (und)	4	0	469	0

Fonte: LOA2010, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2010 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 28 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (2B06)

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
17.683	17.683	11.345	64	11.345	64	11.345	64

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

Da provisão recebida, no valor de R\$ 17.683,07 (dezessete mil seiscentos e oitenta e três reais e sete centavos), foi empenhado, liquidado e pago o montante de R\$11.344,71 (onze mil trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e um centavos), resultando em uma aplicação de 64% dos recursos orçamentário-financeiros recebidos. O quadro abaixo expõe, de forma sintética, a execução desta ação por elemento de despesa.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas	Empenhos Emitidos	Empenhos liquidados	Crédito Empenhado a Liquidar	Valores Pagos	Crédito Disponível
335041	2.042,59					2.042,59
339014	7.151,09	5.224,71	5.224,71		5.224,71	1.926,38
339030	3.934,99	2.832,00	2.832,00		2.832,00	1.102,99
339033	3.288,00	3.288,00	3.288,00		3.288,00	
339039	1.266,40					1.266,40

Tabela 29 – ED 2B06

As despesas se concentraram no custeio de deslocamento dos técnicos (diárias, combustíveis, locação de veículos e passagens aéreas), visando, sobretudo, o acompanhamento e fiscalização dos 02 projetos em execução na ação.

Um dos projetos, realizado através de convênio com o Movimento Minha Terra, visa beneficiar 203 famílias em 03 Projetos de Assentamento distintos, através de projetos de agroflorestação como alternativa de recuperação em áreas de reserva legal e preservação permanente nos assentamentos. O outro projeto de recuperação ambiental visa beneficiar 266 famílias em 02 PAs, através de convênio com o Instituto Naturagro. Como os projetos ainda estão em fase de execução, não houve meta física concluída no exercício de 2010.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 30 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (0427)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011	Percentual da Meta realizada
21	631	137	427	OP	4	Família atendida (und)	2361	3613	5806	1,530283778

Fonte: LOA2010, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2010 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 31 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (0427)

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
37.527.629	22.290.000	20.372.350	59	7.956.400	36	7.956.400	36

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

A ação 0427 (Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas) é uma Operação Especial, que consiste na concessão de crédito individual aos assentados da reforma agrária, visando oferecer “condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades”.

Apesar de receber apenas 59% da provisão inicialmente programada, a execução da meta física apresentou números bastante significativos: 3613 famílias atendidas através da concessão de crédito instalação no período. A Tabela VI presente no anexo deste Relatório expõe com mais

detalhes a execução da meta física neste exercício. Frisamos que esta tabela só apresenta os dados relativos aos créditos empenhados em 2010, ou seja, ela não abrange as metas executadas com créditos oriundos de outros exercícios.

Cabe destacar que este número de 3613 famílias apresenta dupla contagem de dados, devido à possibilidade de uma família assentada ser beneficiada com mais de uma modalidade de crédito. Por exemplo, uma família beneficiada com o crédito “apoio inicial”, pode ser beneficiada também com o crédito “aquisição de material de construção”. Na contabilização das metas, esta família é contada duas vezes.

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 32 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (2272-0137)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011	Percentual da Meta realizada
21	122	137	2272	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA2010, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2010 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 33 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (2272-0137)

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
374.024	791.877	764.342	97	706.354	89	706.354	89

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

A ação 2272 (Gestão e Administração do Programa) do programa 0137 (Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária) é uma ação de apoio às ações finalísticas. Os recursos aplicados

nesta ação são fundamentais na consecução dos objetivos e metas preconizados das diversas ações finalísticas do citado programa.

Nesse sentido, as despesas, em sua grande maioria, são oriundas de deslocamento de técnicos do INCRA para acompanhamento das ações desenvolvidas em campo. Justifica-se, dessa forma, a concentração das despesas em diárias (pessoal civil), material de consumo (combustível e lubrificante), passagens e locomoção (passagens aéreas) e outros serviços de terceiros pessoa jurídica (manutenção e conservação veicular e publicações na imprensa). Por orientação da Sede desta Autarquia, as despesas de informática foram também alocadas nesta ação. Abaixo, segue quadro que detalha a execução orçamentária desta ação por elemento de despesa.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas	Empenhos Emitidos	Empenhos liquidados	Crédito Empenhado a Liquidar	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	444.487,56	439.995,13	439.995,13		439.995,13	4.492,43
339030	176.380,00	168.755,13	127.458,44	41.296,69	127.458,44	7.624,87
339033	80.990,00	80.990,00	79.640,00	1.350,00	79.640,00	
339036	800,00	800,00	800,00		800,00	
339039	35.765,00	28.325,00	21.298,27	7.026,73	21.298,27	7.440,00
339139	37.500,00	37.500,00	29.185,57	8.314,43	29.185,57	
449052	15.954,00	7.977,00	7.977,00		7.977,00	7.977,00

Tabela 34 – ED 2272-0137

Analisando os dados orçamentários, verifica-se que se revelou insuficiente o total dos recursos orçamentário-financeiros originalmente programados, no montante de R\$ 374.024,00 (trezentos e setenta e quatro mil e vinte e quatro reais). Diante dessa insuficiência, foi necessário um aporte de créditos na ordem de R\$417.852,56 (quatrocentos e dezessete mil oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e seis centavos) descentralizados pelo órgão central.

Da provisão recebida, no valor de R\$791.876,56 (setecentos e noventa e um mil oitocentos e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), foram empenhados R\$764.342,26 (setecentos e sessenta e quatro mil trezentos e quarenta e dois reais e vinte e seis centavos) e liquidados e pagos R\$706.354,41 (setecentos e seis mil trezentos e quatro reais e quarenta e um centavos), resultando em uma aplicação de 89% dos recursos orçamentários.

2.3.3 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁴

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Tabela 35 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (2105)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011	Percentual da Meta realizada
21	125	138	2105	A	4	Imóvel gerenciado (und)	3000	1291	0	0,430333333

Fonte: LOA2010, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2010 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 36 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (2105)

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
27.000	27.000	3.792	14	3.792	14	3.792	14

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

A meta estabelecida para esta ação foi 3000 imóveis gerenciados. De acordo com os critérios definidos nos indicadores de desempenho, em 2010 foram gerenciados 1291 imóveis correspondendo a um total de 43,03% da meta.

Os recursos utilizados, num montante de R\$3.791,66 (três mil setecentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos) foram gastos com deslocamento de servidores (pagamento de diárias). Esse valor ficou muito aquém do previsto (apenas 14%). Percebemos que o percentual do gasto foi menor que o percentual do cumprimento das metas, de forma que a eficiência do gasto foi maior que a prevista.

É preciso esclarecer alguns fatos que ajudam a justificar o baixo desempenho em termos de metas na gestão 2010. No início do ano estavam lotados seis servidores e um estagiário no Serviço de Cadastro da SR-22. Logo uma servidora foi deslocada para outra função na SR apesar de oficialmente ainda ser lotada nesse serviço. O próprio sistema de diárias seria uma boa fonte de consulta para se verificar que a própria passou praticamente todo ano em outras tarefas, fora dessa Divisão. Em seguida, a gestora desta ação saiu em licença médica, fruto de uma gravidez de risco, e, em seguida, de licença maternidade. A partir do mês de julho, mais três servidores se aposentaram, nos tirando completamente a capacidade de atingir as metas programadas.

Tínhamos como estratégia trabalhar para implantação de novas UMC's, como fazer um trabalho inédito junto aos cartórios para atualizar ex-officio pequenos imóveis rurais, o que não foi executado por absoluta falta de pessoal. A chefia da Divisão de Ordenamento Fundiário gerou pelo menos dois memorandos e uma reunião do CDR com o Cadastro, para relatar a situação, porém a SR-22 tem déficit de pessoal.

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibiliza-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando à construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2010.

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Marcelo José Pereira da Cunha.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Tabela 37 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (4426)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	127	138	4426	A	4	Área medida e georreferenciada (ha)	0	0	1005,06

Fonte: LOA2010, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2010 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 38 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (4426)

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	21.758	20.951	96	20.951	96	20.951	96

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

Apesar de não ter previsão na PO 2010, foram descentralizados R\$21.758,35 (vinte e um mil setecentos e cinquenta e oito reais e trinta e cinco centavos), dos quais R\$20.95,49 (vinte mil novecentos e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos) foram empenhados e pagos. Os recursos utilizados foram gastos com deslocamento de servidores, sendo R\$ 14.172,49 (quatorze mil cento e setenta e dois reais e quarenta e nove centavos) com pagamento de diárias e 6.779,00 (seis mil setecentos e setenta e nove reais) com compra de passagens.

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2010.

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2010.

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2010.

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 39 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (2272-0138)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011	Percentual da Meta realizada
21	122	138	2272	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA2010, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2010 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 40 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (2272-0138)

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
42.721	73.789	57.960	79	41.060	56	41.060	56

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

A ação 2272 (Gestão e Administração do Programa) é uma ação de apoio às ações finalísticas do programa 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas.

O quadro abaixo expõe, de forma sintética, a execução desta ação por elemento de despesa.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas	Empenhos Emitidos	Empenhos liquidados	Crédito Empenhado a Liquidar	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	20.199,70	11.246,87	11.246,87		11.246,87	8.952,83
339030	16.300,00	9.440,00	7.940,00	1.500,00	7.940,00	6.860,00
339033	13.829,00	13.829,00	2.829,00	11.000,00	2.829,00	
339039	2.700,00	2.700,00	2.700,00		2.700,00	
449052	20.760,00	20.744,27	16.344,27	4.400,00	16.344,27	15,73

Tabela 41 – ED 2272-0138

Os gastos realizados nesta ação foram com deslocamento de servidores para acompanhamento das atividades das demais ações do programa (diárias e combustível), bem como com compra de equipamento para aparelhamento do setor de Cartografia e participação de servidor em curso de capacitação (inscrição, passagens e diárias).

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário
Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁵

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 42 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (4572)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011	Percentual da Meta realizada
21	128	139	4572	A	4	Servidor capacitado (und)	47	39	0	-

Fonte: LOA2010, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2010 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 43 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (4572)

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=f/b)
44.509	45.821	35.582	78	32.554	71	32.554	71

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

A ação 4572 (Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação) tem por finalidade promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

No INCRA, o programa de desenvolvimento de pessoal está sendo implementado no sentido de desenvolver as competências mapeadas e constantes do Plano Nacional de Capacitação - PNC 2008-2011, de forma coletiva, com a efetiva participação das Superintendências Regionais à luz das diretrizes estratégicas, visando o aperfeiçoamento contínuo dos servidores em suas respectivas áreas de atuação, observando as prioridades determinadas pelas unidades responsáveis pelos macroprocessos.

O monitoramento da execução física desta ação revela que 25 servidores foram capacitados nas 39 oportunidades de capacitação oferecidas aos servidores do INCRA em Alagoas, através de 1237 horas-aula.

Por oportunidade de capacitação entende-se o número de vagas disponibilizadas em eventos de capacitação: cursos presenciais e a distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos. Portanto, conforme esse entendimento, um mesmo servidor pode ter participado de mais de um evento de capacitação no ano de 2010, conforme se pode inferir da análise da Tabela VII, constante no anexo deste Relatório.

A aplicação orçamentário-financeira se deu conforme expõe o quadro abaixo. Dessa forma, os créditos abaixo listados foram utilizados para custear as despesas com os deslocamentos (diárias e passagens) de servidores para participações em cursos de capacitação, bem como com o pagamento de aluguel de auditório para realização da capacitação “Fiscalização do Componente de Função Social do Imóvel Rural”, realizada na capital alagoana no mês de agosto.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas	Empenhos Emitidos	Empenhos liquidados	Crédito Empenhado a Liquidar	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	19.822,15	16.120,63	16.120,63		16.120,63	3.701,52
339033	14.071,36	13.671,36	10.642,88	3.028,48	10.642,88	400,00
339039	11.927,00	5.790,00	5.790,00		5.790,00	6.137,00

Tabela 44 – ED 4572

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁶

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando à capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 45 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (2109)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011	Percentual da Meta realizada
21	631	1120	2109	A	4	Família acampada assistida (und)	13050	13.050	0	1

Fonte: LOA2010, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2010 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 46 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (2109)

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
58.000	180.000	165.211	92	163.137	91	163.137	91

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

Os recursos da ação 2109 (Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas) foram utilizados para garantir a assistência de famílias acampadas, através da distribuição de 91.350 cestas básicas. Essas cestas foram distribuídas durante os meses de abril, maio, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2010. Em cada um desses 07 meses, foram distribuídas cestas para 13.050 famílias, totalizando 91.350 cestas distribuídas durante o ano de 2010. Registrou-se ainda a assistência de 2.500 famílias, através de outras formas de atendimento.

Nesse sentido, as despesas sustentaram, sobretudo, o deslocamento de técnicos do INCRA para realização das ações desenvolvidas em campo, justificando assim a concentração das despesas em diárias (pessoal civil e diárias a colaborador eventual), em material de consumo (combustível) e em passagens e locomoção (em razão do pagamento da parcela do contrato da empresa fornecedora de passagens aéreas, visto ter sido realizado em Alagoas - em parceria com o MDA/ Ouvidoria Agrária Nacional/ CESMAC/ Tribunal de Justiça de Alagoas - o 2º Seminário Nacional de Capacitação em Direito Agrário).

Ainda sobre as despesas com material de consumo, houve gastos com a aquisição de alimentos, de lonas e de arames, visando a assistir o acampado da Reforma Agrária e diminuir um pouco a situação de flagelo dos acampados que se encontram em condições precárias de alojamento e de qualidade de vida e alimentar.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 47 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (1642)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011	Percentual da Meta realizada
21	127	1336	1642	P	4	Comunidade titulada (und)	0	0	0	#DIV/0!

Fonte: LOA2010, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2010 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 48 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (1642)

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
66.763	38.700	16.734	43	16.734	43	16.734	43

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

Do recurso previsto, foi descentralizado apenas R\$16.733,97 (dezesesseis mil setecentos e trinta e três reais e noventa e sete centavos), o equivalente a 25%. Foi empenhado e pago o equivalente a 43% do recurso recebido, pois não houve demanda suficiente por parte do público alvo. Foram abertos três processos, porém já perto do fim do exercício o que gerou demanda para 2011. Aliás, uma comunidade desistiu do processo, após explicarmos os detalhes do mesmo.

O quadro abaixo expõe, de forma sintética, a execução desta ação por elemento de despesa.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas	Empenhos Emitidos	Empenhos liquidados	Crédito Empenhado a Liquidar	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	35.000,00	15.033,97	15.033,97		15.033,97	19.966,03
339030	2.600,00	600,00	600,00		600,00	2.000,00
339033	1.100,00	1.100,00	1.100,00		1.100,00	

Tabela 49 – ED 1642

Os gastos realizados nessa ação foram com deslocamento de servidores para acompanhamento das atividades correspondentes (diárias e combustíveis) e compra de passagem.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 50 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (0859)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011	Percentual da Meta realizada
21	631	1336	859			Área indenizada (ha)	0	0	0	#DIV/0!

Fonte: LOA2010, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2010 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 51 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (0859)

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	2.381.651	2.381.651	100	1.007.267	42	1.007.267	42

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

Todo o recurso descentralizado, num total de R\$2.381.650,85 (dois milhões trezentos e oitenta e um mil seiscentos e cinquenta reais e oitenta e cinco centavos) foi empenhado. No entanto, apenas R\$1.007.266,85 (um milhão e sete mil duzentos e sessenta e seis reais e oitenta e cinco centavos) foi pago, o que equivale a 42% do recurso recebido.

Foram formalizados 03 (três) processos para pagamento de indenização de terras e benfeitorias de áreas reconhecidas, remetidos à Procuradoria para abertura de processo judicial. Apenas no processo do imóvel Fazenda Cafundó foi feito depósito judicial e aguardamos a decisão

judicial. Os outros dois foram ajuizados, porém não houve depósito judicial, pelo fato de a Diretoria Administrativa do INCRA não ter disponibilizado os recursos financeiros.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁸

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2010.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no último período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2010.

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve movimentação nesta ação no exercício de 2010.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 52 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (2272-1350)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011	Percentual da Meta realizada
21	122	1350	2272	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA2009, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2009 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 53 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (2272-1350)

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
25.000	16.560	13.671	83	11.746	71	11.746	71

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

As ações finalísticas do Programa 1350 (Educação no Campo) possuem na ação 2272 (Gestão e Administração do Programa) apoio para a concretização dos seus objetivos. Mesmo não

havendo registro de execução orçamentária nas ações finalísticas do programa 1350 no exercício de 2010, a ação 2272 serviu, sobretudo, para acompanhamento e fiscalização de convênio em execução nesta Superintendência Regional e para capacitar os servidores na tentativa de executar as ações dentro determinações exigidas no Acórdão 2653/2008 e na MP 127/2008.

No âmbito da ação 8370 (Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária), esta Superintendência Regional possui convênio celebrado com a Escola Agrotécnica Federal de Barreiros, para execução do Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, que atualmente capacita 47 pessoas. As despesas relacionadas a este período letivo constam no plano de aplicação do processo nº54360.002060/2008-62 e se referem a despesas inerentes às atividades no tempo, comunidade e escola relacionada ao processo educacional. As despesas incluem diárias, material de consumo, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros pessoa física, conforme discriminação do quadro abaixo.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas	Empenhos Emitidos	Empenhos liquidados	Crédito Empenhado a Liquidar	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	7.631,60	4.880,08	4.880,08		4.880,08	2.751,52
339030	500,00	494,42	494,42		494,42	5,58
339033	6.220,00	6.220,00	4.294,76	1.925,24	4.294,76	
339036	2.208,00	2.076,65	2.076,65		2.076,65	131,35

Tabela 54 – ED 2272-1350

Resta ainda esclarecer que nas ações finalísticas do programa 1350 não houve movimentação em função do Acórdão 2653/2008, que determinou ao Incra que para a execução do Pronera, “*em vez de convênio, valha-se de contrato, precedido de procedimento licitatório*”. Esta determinação impossibilitou a execução de todas as ações do programa em 2010.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura
Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁹

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 55 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (4470)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011	Percentual da Meta realizada
21	606	1427	4470	A	3	Família assistida (und)	3044	10860	0	3,567674113

Fonte: LOA2010, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2010 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 56 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (4470)

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
2.995.987	6.029.562	6.029.562	100	4.508.017	75	4.508.017	75

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

No âmbito da ação 4470 (Assistência Técnica e Capacitação de Assentados) foi empenhada toda a provisão recebida, no valor de R\$6.029.562,47 (seis milhões vinte e nove mil quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta e sete centavos), visando custear convênios plurianuais de assistência técnica, iniciados em 2008 e com previsão de conclusão ao final de 2011.

Tabela 57 – Famílias atendidas com serviços de ATES em 2010

Nº	Nº do PROCESSO	CONVENIENTE	FAMÍLIAS ATENDIDAS	DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONVÊNIO NO D.O.U	DATA DO FIM DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO
1	2.000/08	ZUMBI	2983	16/6/2008	31/12/2011
2	6.000/08	COOATES	1396	28/8/2008	31/12/2011
3	5.000/08	MMT	236	28/8/2008	31/12/2011
4	3.000/08	NATURAGRO	3280	22/7/2008	31/12/2011
5	4.000/08	CPT	634	22/7/2008	31/12/2011
6	8.000/08	CEAPA	1249	16/10/2008	31/12/2011
TOTAL			9778		

Fonte: Setorial de ATES.

A tabela acima apresenta dados dos 06 convênios de assistência técnica em execução no âmbito desta Superintendência Regional celebrados com os seguintes parceiros: Instituto Naturagro, Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares, Central Estadual das Associações de Assentados e de Pequenos Agricultores de Alagoas (CEAPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento Minha Terra (MMT) e Cooperativa Agrícola de Assistência Técnica e Serviços

(COOATES). Através desses convênios, 9.978 famílias foram beneficiadas com assessoria técnica, social e ambiental, de forma integral e continuada em 128 Projetos de Assentamento distintos¹⁰.

Em 2010 devido à inadimplência do convênio com a empresa COOPERAR foram retiradas da ATES 625 famílias atendidas pela respectiva empresa.

Os serviços de Assessoria Técnica Social e Ambiental – ATES, estão sendo desenvolvidos, de modo geral, a contento.

Muita das limitações que a equipe de ATES observa, a partir do contato com os agricultores, tem a ver com a dificuldade que as prestadoras enfrentam devido à inconstância dos repasses feitos pelo próprio INCRA, principal conveniente da maioria. A maior parte das prestadoras tem nos convênios de ATES a principal fonte de recursos. As instituições são obrigadas a reduzir seu quadro técnico, devido aos atrasos sistemáticos de até 06 meses no pagamento das parcelas dos convênios. Muitas atividades se perdem, prejudicando a confiabilidade dos assentados no referido programa.

Mesmo com este quadro desfavorável, a maior parte das prestadoras avaliadas conseguiu desenvolver atividades que contribuíram com a melhoria da qualidade de vida dos assentados. O programa de ATES tem, portanto, um potencial muito maior do que o exposto aqui. Combinado com as demais políticas públicas de crédito, infra-estrutura e comercialização, ele tem a capacidade de viabilizar assentamentos, qualificar os assentados tecnicamente e de desenvolver de forma sustentável a agricultura familiar.

Existem muitos desafios a serem vencidos, como por exemplo, a qualidade dos serviços de algumas prestadoras que deixa, ainda, a desejar. É preciso avançar de forma sistemática num programa de monitoramento e avaliação dos serviços de ATES, buscando corrigir as deficiências apresentadas em cada prestadora, com eficiência e eficácia.

A relação dos Projetos de Assentamento atendidos pela ATES em 2010 estão listados na Tabela VIII, presente no Anexo deste Relatório.

Os convênios de ATES sustentam ainda a elaboração de Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou de Plano de Recuperação do Assentamento (PRA), instrumentos que organizam a capacidade produtiva, social e estruturante dos Projetos de Assentamento, evidenciando suas potencialidades e seus valores sócio-culturais. A tabela que segue apresenta os

¹⁰ Os números de famílias e projetos assistidos apresentados pela Setorial de ATES quando da prestação de contas destoam dos números apresentados pela mesma Setorial quando do “fechamento” do módulo Monitoramento do SIR.

resultados de PDAs e PRAs aprovados no exercício de 2010, quando 958 famílias foram beneficiadas através da aprovação de PDA/PRA de seus Projetos de Assentamento.

Nº	PA	Município	TIPO	Conveniente	Famílias Atendidas	Mês da Aprovação pelo INCRA
1	Lagoa da Cachoeira	Piranhas	PDA	Zumbi	39	Jan a Mar 2010
2	Osiel Alves/Aquidaban	Maragogi	PDA	Zumbi	101	Jan a Mar 2010
3	Santa Maria II	União dos Palmares	PDA	Zumbi	106	Jan a Mar 2010
4	25 de Março/ Criação	Anadia	PDA	Zumbi	12	Jan a Mar 2010
5	Ouricuri II	Atalaia	PDA	Zumbi	80	Jan a Mar 2010
6	São Pedro II	Atalaia	PDA	Zumbi	34	Jan a Mar 2010
7	Cabeceira de Pacavira	Quebrangulo	PRA	Zumbi	50	Jan a Mar 2010
8	Riachão	Traipu	PRA	Zumbi	46	Jan a Mar 2010
9	Padre Cícero	Traipu	PRA	Zumbi	45	Jan a Mar 2010
10	Brasileiro	Atalaia	PRA	Zumbi	27	Jan a Mar 2010
11	Varese	Atalaia	PRA	Zumbi	29	Jan a Mar 2010
12	Ipê Amarelo	Atalaia	PRA	Zumbi	30	Jan a Mar 2010
13	Salgadinho	Inhapi	PDA	Zumbi	34	Abr a Jun 2010
14	Riacho Grande Quixaba	Pão de Açúcar	PDA	Zumbi	20	Abr a Jun 2010
15	Caldeirões/Brilho do Sol	Flexeiras	PDA	Zumbi	50	Abr a Jun 2010
16	Japão II	Girau do Ponciano	PRA	Naturagro	43	Abr a Jun 2010
17	Gordo/Padre Emilio	União dos Palmares	PDA	CPT	38	Agosto 2010
18	Limão	União dos Palmares	PDA	CPT	49	Agosto 2010
19	Olho D'Água	Olho D'Água do C.	PDA	Zumbi	100	Outubro 2010
20	Vale do Surubim	Mata Grande	PRA	Naturagro	25	Outubro 2010
TOTAL					958	

Tabela 58 – PDA/PRA aprovados em 2010

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 59 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (2272-1427)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011	Percentual da Meta realizada
21	122	1427	2272	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA2010, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2010 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 60 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (2272-1427)

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
105.080	162.232	127.025	78	127.025	78	127.025	78

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

Esta ação, como orienta sua finalidade descrita no PPA, constitui um centro de custos administrativos do programa 1427 (Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura), devendo agregar as despesas que não são passíveis de apropriação na ação finalística deste programa.

Conforme expõe o quadro abaixo, as despesas desta ação limitaram-se a custear as seguintes despesas: pagamento de diárias, aquisição de combustíveis, aquisição de passagens aéreas e locação e manutenção de veículos.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas	Empenhos Emitidos	Empenhos liquidados	Crédito Empenhado a Liquidar	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	102.347,65	90.143,70	90.143,70		90.143,70	12.203,95
339030	17.426,00	4.427,73	4.427,73		4.427,73	12.998,27
339033	32.457,96	32.453,96	32.453,96		32.453,96	4,00
339039	10.000,00					10.000,00

Tabela 61 – ED 2272-1427

Essas despesas viabilizaram o deslocamento de técnicos para o acompanhamento e a fiscalização dos convênios em vigor no âmbito da ação finalística do programa 1427: a ação 4470 (Assistência Técnica e Capacitação de Assentados), cujos resultados foram apresentados acima. Em menor proporção, a ação 2272 custeou ainda o deslocamento de técnicos que trabalham com o programa 1427 para participação em cursos e seminários.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹¹

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela 62 - Execução Física das ações realizadas pela UJ (2000)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011	Percentual da Meta realizada
21	122	750	2000	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA2010, PPA2008-2011, Caderno de Metas PO2010 e Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

Tabela 63 - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ (2000)

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
1.200.000	1.424.081	1.176.803	83	985.592	69	979.985	69

Fonte: Caderno de Metas PO2010 e SIAFI.

Revelou-se insuficiente o total dos recursos orçamentário-financeiros originalmente programados para a ação 2000 (Administração da Unidade) do programa 0750 (Apoio Administrativo), no exercício de 2010, no montante de R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). Diante dessa insuficiência, foi necessário um aporte de recursos na ordem de R\$224.080,70 (duzentos e vinte e quatro mil oitenta reais e setenta centavos) descentralizados pelo órgão central.

Esse pequeno excesso do limite orçamentário originariamente definido, justifica-se pelo incremento em atividades de apoio administrativo, diante da expansão do raio de ação das atividades finalísticas, influenciadas pelo crescimento do número de comunidades atendidas por esta Superintendência.

Elemento de Despesa	Provisões Recebidas	Empenhos Emitidos	Empenhos liquidados	Crédito Empenhado a Liquidar	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	8.548,40	5.883,53	5.883,53		5.883,53	2.664,87
339030	32.591,27	22.636,87	13.705,27	8.931,60	13.705,27	9.954,40
339033	8.553,24	7.053,24	4.053,24	3.000,00	4.053,24	1.500,00
339037	714.470,80	633.998,60	541.572,40	92.426,20	535.965,85	80.472,20
339039	619.368,98	466.862,46	407.895,80	58.966,66	407.895,80	152.506,52
339047	3.769,01	3.706,56	3.706,56		3.706,56	62,45
449052	36.779,00	36.661,87	8.775,00	27.886,87	8.775,00	117,13

Tabela 64 – ED 2000

Todo o montante desta ação foi utilizado para custear despesas de natureza administrativa inapropriadas às ações finalísticas e aos programas finalísticos, tais como: contratos de locação de mão-de-obra para apoio administrativo e para vigilância patrimonial, despesas com licenciamento de veículos, aluguel de imóvel, condomínio, fornecimento de água e de energia elétrica, locação de máquinas fotocopiadoras, despesas com telefonia, manutenção de condicionadores de ar,

aquisição de água mineral e de material de expediente, além de outras despesas destinadas, sobretudo, à manutenção da sede desta Superintendência Regional do Incra em Alagoas.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias¹²

Tabela 65 – Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO

Fonte:

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.¹³

Tabela 66 – Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

¹³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.¹⁴

Tabela 67 – Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

¹⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.¹⁵

Tabela 68 – Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

¹⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Tabela 69 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	NA	NA	NA	NA	NA
	Recebidos	373001	492010927200890181	2.757,55	0,00	0,00
		373001	492012112201352272	0,00	0,00	600,24
		373001	492012112201372272	0,00	0,00	775.922,56
		373001	492012112201382272	0,00	0,00	53.028,70
		373001	492012112207502000	0,00	0,00	1.387.301,70
		373001	492012112211204304	0,00	0,00	58.577,92
		373001	492012112213502272	0,00	0,00	16.559,60
		373001	492012112214272272	0,00	0,00	162.231,61
		373001	492012112501382105	0,00	0,00	27.000,00
		373001	492012112701384426	0,00	0,00	21.758,35
		373001	492012112713361642	0,00	0,00	38.700,00
		373001	492012112801394572	0,00	0,00	45.820,51
		373001	492012112811204288	0,00	0,00	105.000,00
		373001	492012142214338402	0,00	0,00	35.711,36
		373001	492012160614274470	0,00	0,00	6.029.562,47
		373001	492012163101358374	0,00	0,00	158.725,47
		373001	492012163101358384	0,00	0,00	159.187,00
		373001	492012163101358387	0,00	0,00	147.857,00
		373001	492012163101372B06	0,00	0,00	17.683,07
		373001	492012163101374358	0,00	0,00	41.088,00
		373001	492012163101378398	0,00	0,00	843.879,21
		373001	492012163101378398	0,00	0,00	180.000,00
		373001	492012169101374320	0,00	0,00	24.500,20
Movimentação Externa	Concedidos	NA	NA	NA	NA	NA
	Recebidos	NA	NA	NA	NA	NA
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	NA	NA	NA	NA	NA
	Recebidos	373001	492012112201372272	15.954,00	0,00	0,00
		373001	492012112201382272	20.760,00	0,00	0,00
		373001	492012112207502000	36.779,00	0,00	0,00
		373001	492012163101354460	0,00	49.934,10	0,00
		373001	492012163101370427	0,00	22.290.000,00	0,00
		373001	492012163101378396	32.677.691,77	0,00	0,00
		373001	4920121244013720EQ	8.822.966,30	0,00	0,00
		373001	492012163113360859	0,00	2.381.650,85	0,00

		373001	492012169101374320	237.649,64	0,00	0,00
Movimentação	Concedidos	NA	NA	NA	NA	NA
Externa	Recebidos	NA	NA	NA	NA	NA

Fonte: SIAFI.

A movimentação dos créditos orçamentários descentralizados a esta SR-22 atenderam de forma satisfatórias as projeções estabelecidas pela executora no exercício de 2010. Esta Superintendência não figura na LOA - Lei Orçamentária Anual-, pois todos os recursos recebidos são de origem interna descentralizados pela Sede em Brasília-DF.

Desta análise, ressalta-se que os créditos recebidos são oriundos da Programação Operacional definida pela Diretoria Colegiada desta Autarquia e detalhada no âmbito das Superintendências Regionais ao momento em que são definidas prioridades e elaborados quando da discussão e formação do planejamento interno das ações a serem desenvolvidas por cada Divisão desta Superintendência Regional no âmbito de suas competências institucionais no exercício sob análise.

No que tange as despesas correntes, os recursos descentralizados foram aplicados de acordo com as ações apresentadas do referido quadro, e, potencializados conforme as condições estruturais e conjunturais desta Autarquia, uma vez que houve ações com resultados integralmente cumpridos, enquanto outras, devido às limitações enfrentadas, tanto de ordem operacional, decorrentes de sérios problemas em seu quadro de pessoal, como relatado em outras análises do presente relatório, quanto aos cortes orçamentários originados do contingenciamento dos recursos implantado pelo Governo Federal no exercício em tela.

Quanto às despesas de capital, as mesmas foram realizadas priorizando melhorias significativas aos serviços de atendimento aos beneficiários da Reforma Agrária em Alagoas, como os investimentos em infraestrutura e as aquisições de equipamentos no âmbito do Programa Terra Sol.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Tabela 70 – Despesas por Modalidade de Contratação dos
Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	4.793.368,68	2.395.699,22	1.391.053,68	1.299.663,52
Convite	42.222,12	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	2.876.346,84	-	-	-
Pregão	1.874.799,72	2.395.699,22	1.391.053,68	1.299.663,52
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	465.176,18	23.709.619,68	425.063,44	6.583.394,55
Dispensa	340.230,62	23.568.438,08	300.117,88	6.445.804,28
Inexigibilidade	124.945,56	141.181,60	124.945,56	137.590,27
Regime de Execução Especial	108.540,15	91.058,90	107.416,74	88.517,42
Suprimento de Fundos	108.540,15	91.058,90	107.416,74	88.517,42
Pagamento de Pessoal	7.272.311,42	7.362.946,40	7.783.326,03	7.873.961,01
Pagamento em Folha	6.338.996,21	6.338.996,21	6.850.010,82	6.850.010,82
Diárias	933.315,21	1.023.950,19	933.315,21	1.023.950,19
Outros	64.905.229,94	29.941.971,14	21.951.578,24	14.588.567,85

Fonte: Relatório de Gestão 2009 e SIAFI.

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Tabela 71 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	8.747.322,30	9.914.344,05	7.505.047,20	7.436.786,55	1.443.576,62	3.614.910,47	6.001.720,37	7.431.180,00
335041 (Contribuições)	5.330.775,55	6.029.562,47	5.330.775,55	4.508.016,57	680.862,82	2.129.102,40	3.096.890,81	4.508.016,57
339039 (Serviços de 3ª Pessoa Jurídica)	1.242.275,10	1.281.779,96	1.242.275,10	518.233,26	762.713,80	1.433.575,57	801.551,61	518.233,26
339014 (Diárias - pessoa civil)	933.315,21	1.023.950,19	933.315,21	1.023.950,19	-	-	933.315,21	1.023.950,19
Demais elementos do grupo	1.240.956,44	1.579.051,43	1.240.956,44	1.386.586,53	-	52.232,50	1.169.962,74	1.380.979,98

Fonte: SIAFI.

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Tabela 72 – Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	4.755.249,40	23.523.195,50	3.855.249,40	6.257.501,75	1.720.222,60	200.451,53	26.415,44	6.257.501,75
449051 (Obras e Instalações)	3.818.568,96	23.220.162,72	3.818.568,96	6.121.320,50	1.682.222,60	18.455,178,37	-	6.121.320,50
449052 (Equipamentos e Material)	36.680,44	303.032,78	36.680,44	136.181,25	-	162.451,53	26.415,44	136.181,25
443051 (Outras obras e instalações)	900.000,00	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	38.000,00	38.000,00	-	-
5 – Inversões Financeiras	57.669.743,25	22.803.786,66	17.879.976,29	8.971.929,27	33.181.296,72	46.957.291,14	2.966.361,19	1.971.929,27
459066 (Concessão de empréstimos)	53.543.725,00	20.372.350,00	14.883.615,10	7.956.400,00	31.441.284,90	43.857.234,90	-	7.956.400,00
459061 (Aquisição de imóveis)	4.126.018,25	2.431.436,66	2.996.361,19	1.015.529,27	1.740.011,82	3.100.056,24	2.966.361,19	1.015.529,27
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

2.4.2.4. Análise Crítica

A principal alteração ocorrida na execução orçamentária no exercício de 2010 se deu devido às fortes chuvas que “caíram” em Alagoas em meados de junho. A calamidade pública elevou bastante o passivo de recuperação de infraestrutura básica dos projetos de assentamento rural, ocasionando um aumento significativo na execução orçamentária da ação 8396.

Cabe destacar alguns pontos que prejudicam a regular execução orçamentária.

O rotineiro contingenciamento orçamentário-financeiro realizado pelo governo federal impactou na Programação Operacional de 2010, planejada pelas áreas, de modo a adiar algumas ações, que acabaram tendo grande parte de sua execução iniciada no final do exercício, elevando os valores inscritos em restos a pagar.

Um fator significativo que prejudica a boa execução orçamentária é o número reduzido de servidores. O fato de termos, por exemplo, apenas 02 (dois) engenheiros lotados nesta Superintendência impacta na execução de convênios de infraestrutura. Isso gera um aumento significativo na inscrição de restos a pagar. Fenômeno idêntico é identificado na ação 0427, onde o número reduzido de servidores para acompanhamento e aplicação das diversas modalidades de crédito instalação dificulta a boa execução desta ação. Isso, sem mencionar o pequeno número de servidores lotados nas áreas meio (administração, planejamento e controle).

2.4.3. Indicadores Institucionais

Tabela 73 – Indicadores Institucionais – Divisão de Ordenamento

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de Imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação (ha) multiplicado por 100.	- Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR: 1.598.562,00 - Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br: 2.776.766,10.	57,6%
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRÁ 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada [1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	- Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais: 4 - Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação: 4	100%
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009,	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de	Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	NA

	regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.								imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	
--	---	--	--	--	--	--	--	--	---	---	--

Tabela 74 – Indicadores Institucionais – Divisão de Obtenção

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^{3]} , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	- Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR - 34.700.110.61 - Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA - 12.607.938.	2752,24
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício ^[5] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente - 7.	185,71%
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais ^[6] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	- Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente - 136. - Quantidade total de PA(s) Federais – Sipra - 164.	82,92%

Tabela 75 – Indicadores Institucionais – Divisão de Desenvolvimento

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR: 1858. • Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sijra – 422.	440,28%
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade de Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de Assentamentos com PDA/ PRA aprovado pelo INCRA – 20 • Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – 158.	12,65%
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR: 1461. • Número total de famílias assentadas no exercício – Sijra – 422.	346,21%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100. • Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR: 569. • Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra – 422.		134,84%
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR: 613	613

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	80%
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATEs (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	14.400,00
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. - 243 - Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR. - 5485	4,43%

Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	• Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	0
---	---	----------------------------------	-----------	---------------	---------	---	---	---

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos [16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidadas, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	0

Tabela 76 – Indicadores Institucionais – Divisão de Administração

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia: 25 / 88.	28,40%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia: 1237 / 88	14,05
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício) multiplicado por 100.	SIAFI e SICONV 7 / 30	23,33%
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconsistências entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconsistências/Quantidade de registros analisados pela AUD, conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	Quantidade de inconsistências - Informado pela AUD, Quantidade de registros analisados -	N

[illegible]

- [1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).
- [2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.
- [3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.
- [4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.
- [5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LJO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.
- [6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LJO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal). assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.
- [8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).
- [10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

Legendas:

N – O Setor responsável não apresentou o resultado do índice.

NA - Não se aplica.

- * A renda média das famílias foi calculada considerando atividades agrícolas, não-agrícolas, pecuária.
- VALOR: R\$ 700,00/830,00/850,00 MÊS- AGRÍCOLA.
- VALOR: R\$ 200,00/250,00/300,00/MÊS- NÃO AGRÍCOLA DA FAMÍLIA.
- APOSENTADORIA R\$ 510,00/MÊS.
- BOLSA FAMÍLIA R\$ 95,00/MÊS.
- VALOR DA RENDA MÉDIA ANUAL = R\$ 14400,00/16200,00/13000,00.

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

3.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Tabela 77 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Passiva - Reconhecimento de passivos por manutenção de créditos e recursos					
Valores em R\$ 1,00					
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
Razões e Justificativas:					

Fonte:

A Divisão de Administração informou que não houve ocorrência de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

3.2 Análise Crítica

A Divisão de Administração informou que não houve ocorrência de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

4.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Tabela 78 – Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2008	620.590,00	0,00	616.900,00	4.500,03
2009	570,00	0,00	516,14	53,86
2010	5.606,55	0,00	0,00	5.606,55
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2008	33.738.970,29	181.167,48	22.577.919,07	10.979.883,74
2009	46.396.632,85	1.448.770,93	16.952.550,75	27.995.311,17
2010	33.572.599,05	0,00	220.124,90	33.352.474,15
Observações: Decreto nº 7.057, de 29/12/2009 e Decreto nº 7.418, de 31 de dezembro de 2011.				

Fonte: SIAFI.

4.2 Análise Crítica

Não há uma estratégia clara para pagamento de Restos a Pagar por parte desta SR-22.

As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro são:

- a) os valores de crédito instalação inscritos em RP, segundo o Setor de Crédito, estão aguardando regularização de pendências (documentação dos beneficiários, atas, abertura de contas correntes, etc) junto às Associações dos Projetos de Assentamentos;
- b) os valores de benfeitorias e sobras de TDAS inscritos em RP, aguardam decisão judicial e/ou recursos financeiros para que sejam pagos;
- c) os valores de convênios de ATES (maioria) e de Infraestrutura dos anos de 2007/2008/2009 já deveriam ter sido cancelados, pois são provenientes de saldos de parcelas já pagas, processos que estão em Tomada de Contas Especial ou tiveram seus prazos de execução expirados. Os valores de 2010 aguardam recursos financeiros para sua liberação;
- d) os valores de obras de infraestrutura de 2010 aguardam a liberação de recursos financeiros na fonte 0100/400 desde o mês de outubro/2010, para que sejam pagos. Há valores inscritos em anos anteriores a 2010 que deverão ser anulados, pois os prazos para execução já expiraram ou tiveram seu objeto concluído;
- e) os valores de contratos administrativos deverão ser cancelados até o final do mês de março/2011, pois ainda restavam algumas faturas a serem pagas do exercício de 2010.

Cabe ainda esclarecer que a inscrições/prorrogações de RP 2007/2008/2009 e 2010 foram autorizadas pelos decretos nº 7.057 de 29/12/2009 e 7.418 de 31 de dezembro de 2010.

A permanência de valores inscritos em RP sem perspectiva de pagamento onera demasiadamente o orçamento do exercício corrente, prejudicando a obtenção de recursos financeiros.

5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do quadro de servidores ativos

5.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010

Tabela 79 – Composição do Quadro de Recursos Humanos

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	75	1	12
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	0	75	0	11
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	74	0	9
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	2
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	1	1
1.4.1 Cedidos	0	0	0	0
1.4.2 Removidos	0	0	1	1
1.4.3 Licença remunerada	0	0	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	0	0	0	0
2 Provimento de cargo em comissão	0	13	0	1
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	10	0	1
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	4	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.2.4 Sem vínculo	0	6	0	1
2.2.5 Aposentado	0	0	0	0
2.3 Funções gratificadas	0	3	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	3	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3 Total	0	88	1	13

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR - Dez/10 e extração SIAPE fev/11.

OBS: 1)O INCRA não dispõe de instrumento aprovando a lotação; 2)O INCRA não dispõe de servidores com contrato temporário; 3)O INCRA dispõe de servidores celetistas (anistiados - Lei 8.878/94).

5.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010

Tabela 80 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	9	15	18	21	75
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	9	15	18	21	75
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	1	3	6	1	13
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	2	5	1	10
2.3. Funções gratificadas	0	1	1	0	3
TOTAL GERAL	10	18	24	22	88

Fonte: Extração SIAPE FEV/2011.

5.1.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010

Tabela 81 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	2	2	4	24	43	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	2	2	4	24	43	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	4	9	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	3	7	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	1	2	0	0	0
TOTAL	0	2	2	4	28	52	0	0	0
LEGENDA Nível de Escolaridade 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

OBS: O nível de escolaridade informado correspondente à tabela de escolaridade do SIAPE.

5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

5.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010

Tabela 82 – Composição do Quadro de Servidores Inativos

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	18	6
1.1 Voluntária	15	0
1.2 Compulsório	0	0
1.3 Invalidez Permanente	3	0
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	15	0
2.1 Voluntária	15	0
2.2 Compulsório	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
TOTAL GERAL	33	6

Fonte: Extração SIAPE FEV/2011.

5.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010

Tabela 83 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	5	0
2. Proporcional	1	1
TOTAL	6	1

Fonte: Extração SIAPE FEV/2011.

5.3 Composição do quadro de estagiários

Tabela 84 – Composição do Quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(Valores em R\$ 1,00)
Nível superior	6	6	7	7	0
· Área Fim	3	3	3	3	0
· Área Meio	3	3	3	4	0
Nível Médio	4	4	4	4	0
· Área Fim	2	2	2	1	0
· Área Meio	2	2	2	3	0
TOTAL	10	10	10	11	51.851,19

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR Dez/10 e Extração SIAPE FEV/11 e Extração DW/2010. OBS: O custo do exercício não está discriminado por nível vez que a rubrica referente à bolsa é a mesma para nível médio e superior.

5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos

5.4.1 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Tabela 85 – Composição do Quadro de custos de RH nos exercícios de 2008, 2009 e 2010

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários		Demais despesas variáveis
Membros de poder e agentes políticos								
2008								0,00
2009								0,00
2010								0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	4.545.711,18		391.406,1	130.836,25	503.695,32	393.660,3		5.965.309,15
2009	4.441.393,46		407.862,06	136.302,66	588.331,13	263.506,32		5.837.395,63
2010	4.594.255,22		413.710,6	129.460,88	682.497,86	530.714,43		6.350.638,99
Servidores com Contratos Temporários								
2008								0,00

2010		15.156,34			9.091,29		24.247,63
------	--	-----------	--	--	----------	--	-----------

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2008	R\$ 225.289,44
2009	R\$ 226.492,86
2010	R\$ 231.501,67

5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

5.5.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Tabela 86 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária													
UG/Gestão: 37.30.51 / 37.201							CNPJ: 00375972/0001-60						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	8.000/2009	01873815000148	01/09/09	31/08/11	8	8					P
2010	L	O	16.000/2010	01182827000126	01/12/10	30/11/11	6	6					A
Observação: A Divisão de Administração não apresentou as medidas adotadas pela UJ para dar cumprimento ao Acórdão TCU n.º 1.520/2006-P.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Informação extraída dos processos que abrigam os contratos, a saber: 54360.001198/2009-25 e 54360.001355/2010-36.

5.5.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Tabela 87 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária													
UG/Gestão: 37.30.51 / 37.201							CNPJ: 00375972/0001-60						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	3	O	7.000/2010	10878081000180	12/07/10	11/07/11	6	2		4			A
2010	1	O	1.000/2010	00080287000107	03/05/10	02/05/11	1	1					A
2010	1	O	2.000/2010	10836886000161	03/05/10	02/05/11			12	12			A
2010	1	O	3.000/2010	01182827000126	03/05/10	05/05/11			4	4			A
Observação: A Divisão de Administração não apresentou as medidas adotadas pela UJ para dar cumprimento ao Acórdão TCU n.º 1.520/2006-P.													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: 54360.000378/2010-23 E 54360.001944/2009-81.

5.5.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Tabela 88 – Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
8.000/2009	8	8	SR-22 (AL)
16.000/2010	7	6	SR-22 (AL)
7.000/2010	3	6	SR-22 (AL)
1.000/2010	1	1	SR-22 (AL)
2.000/2010	1	12	SR-22 (AL)
3.000/2010	1	4	SR-22 (AL)
LEGENDA Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Higiene e Limpeza; 8. Vigilância Ostensiva; 9. Outras.			

5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Não são utilizados indicadores gerenciais relativos a absenteísmo, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, educação continuada, satisfação e motivação, disciplina, níveis salariais e demandas trabalhistas. Com relação à rotatividade é efetuado acompanhamento por parte da Diretoria de Gestão Administrativa dos egressos de servidores que ingressaram no INCRA em razão da realização de concursos públicos realizados em 2004 e 2005. Quanto à disciplina é um dos fatores da avaliação relativa ao período de estágio probatório. No tocante ao desempenho funcional os servidores que não atingiram o último padrão da última classe do respectivo cargo anualmente são avaliados para fins de progressão funcional, sendo que será implantada em 2011 sistemática de avaliação de desempenho individual e institucional para fins de concessão das gratificações de desempenho (GDARA e GDAPA), nos termos do disposto no Decreto nº 7.133/10.

Periodicamente a Diretoria de gestão Administrativa elabora relatórios gerenciais para avaliação da força de trabalho que compõe o Quadro de Pessoal do INCRA. Os últimos demonstrativos elaborados abordaram os seguintes temas (todos relativos ao Incra nacional):

a)ATIVOS X APOSENTADOS (2003 A 2010).

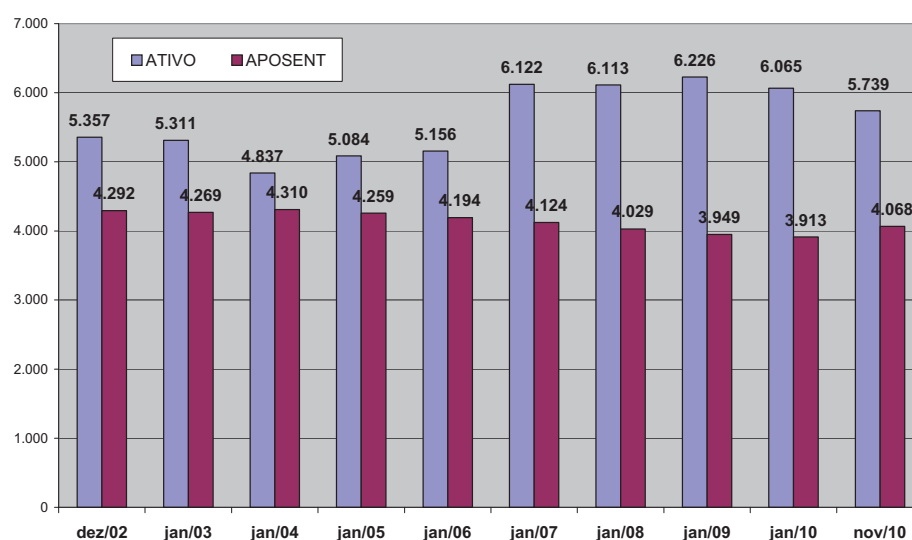


Gráfico 1 – Ativos X Aposentados

b)OUTRAS SITUAÇÕES FUNCIONAIS (2003 A 2010):

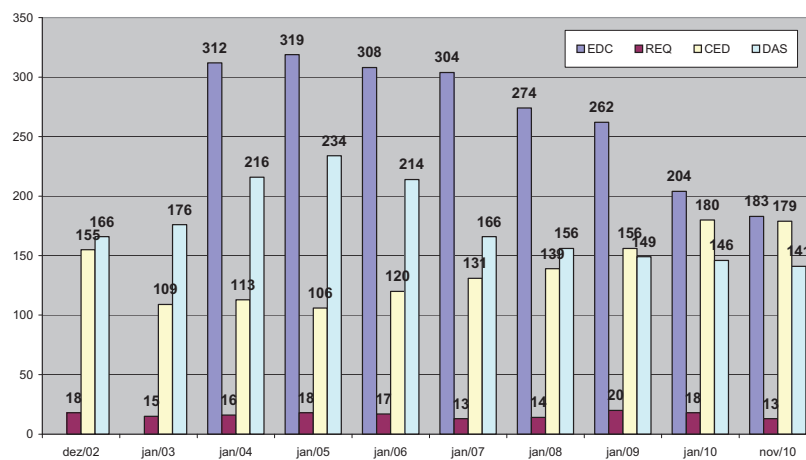


Gráfico 2 – Outras Situações Funcionais

c)APOSENTADORIAS (2003 A 2010)

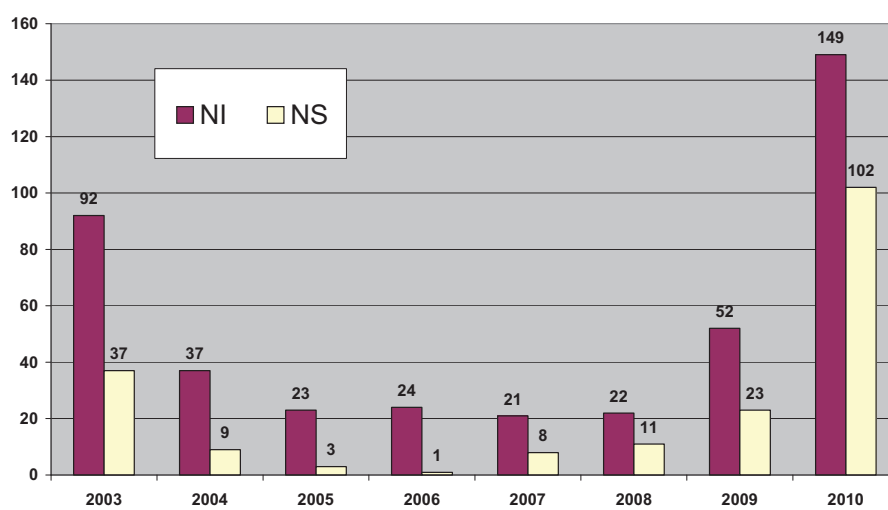


Gráfico 3 – Aposentadorias

d)DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR UNIDADE:

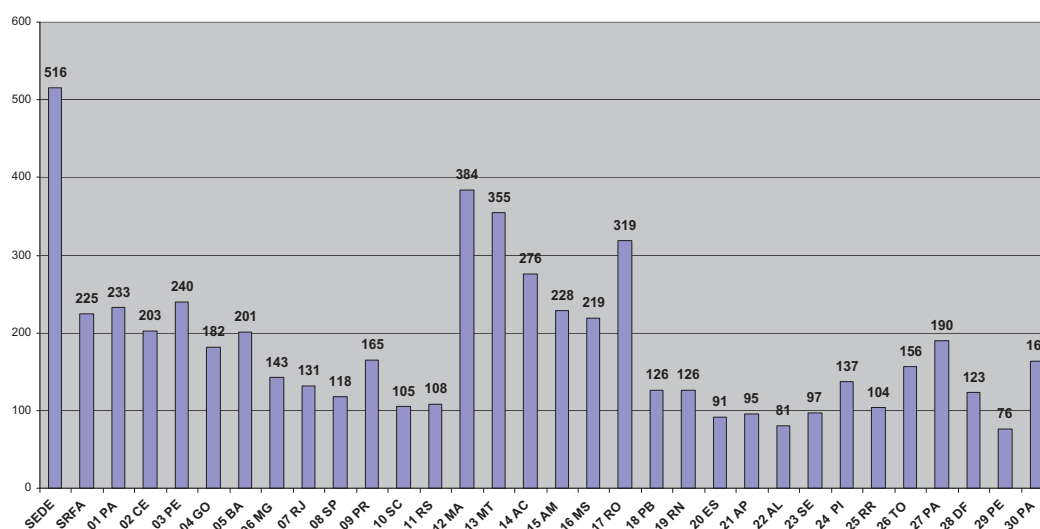


Gráfico 4 – Distribuição da força de trabalho por Unidade

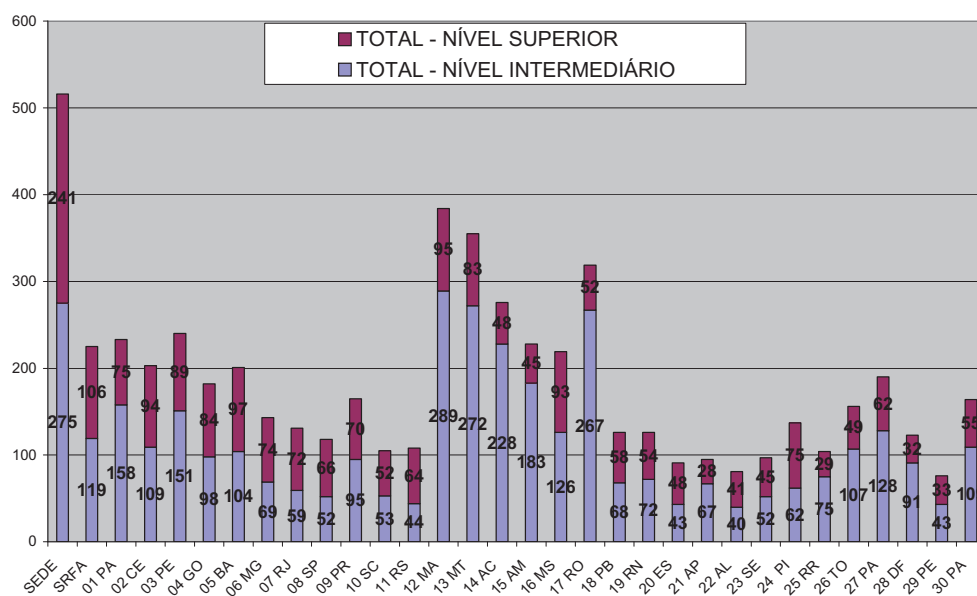


Gráfico 5 – Distribuição da força de trabalho por Unidade (nível escolar)

e)ÁREA DE ATUAÇÃO:

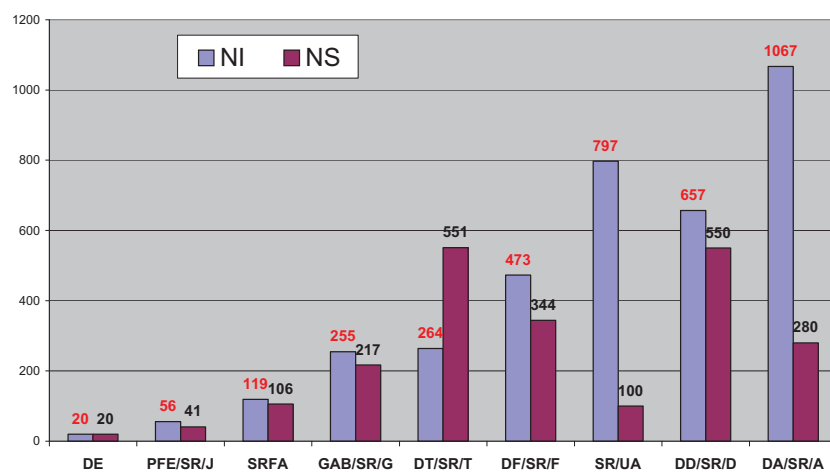


Gráfico 6 – Área de atuação

f)DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA:

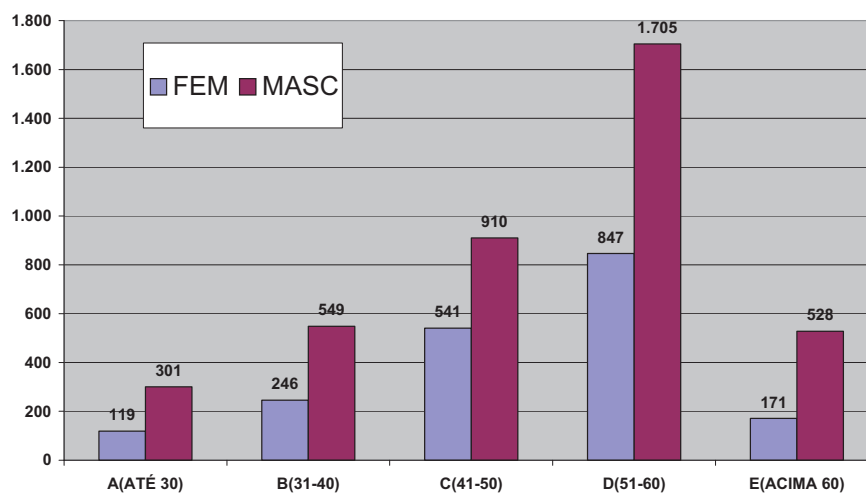


Gráfico 7 – Distribuição por faixa etária

g) PERSPECTIVAS DE APOSENTADORIA:

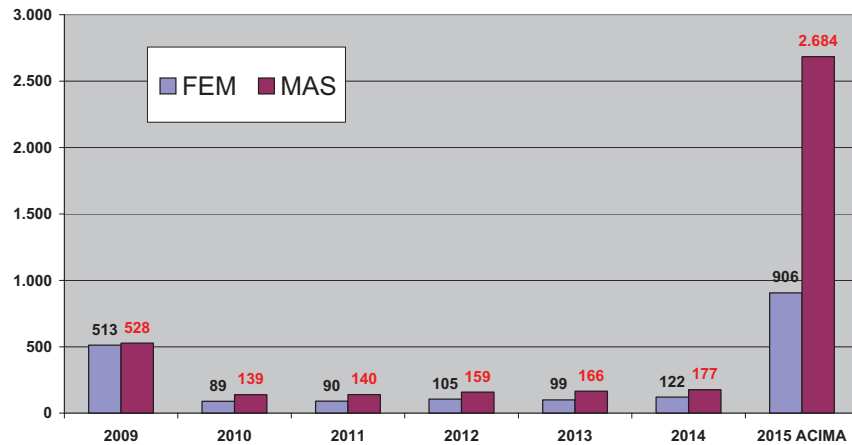


Gráfico 8 – Perspectivas de aposentadoria

h) EGRESSO DE NOVOS SERVIDORES:

CARGO	VAGAS	INGRESSOS	EGRESSOS	MANTIDOS	EGRESSO INGRESSOS
ARDA - ENGENHARIA CIVIL	37	33	22	11	66,67%
ANALISTA ADMINISTRATIVO - ANÁLISE DE SISTEMAS	47	37	22	15	59,46%
CONTADOR	66	51	24	27	47,06%
ANALISTA ADMINISTRATIVO	132	123	52	71	42,28%
ENGENHEIRO	28	28	11	17	39,29%
TECNICO ADMINISTRATIVO	125	108	37	71	34,26%
ADMINISTRADOR	45	44	15	29	34,09%
ARDA - ARQUITETURA	8	6	2	4	33,33%
ESTATISTICO	9	6	2	4	33,33%
ARDA - ANTROPOLOGIA	42	38	11	27	28,95%
ANALISTA ADMINISTRATIVO - JORNALISMO	45	42	12	30	28,57%
ECONOMISTA	34	33	9	24	27,27%
FISCAL DE CADASTRO E TRIBUTACAO RURAL	46	46	10	36	21,74%
ARDA - ENGENHARIA FLORESTAL	53	47	10	37	21,28%
TECNICO EM COMUNICACAO SOCIAL	31	29	6	23	20,69%
TECNICO REFORMA DESENVOLVIMENTO AGRARIO	237	182	36	146	19,78%
ARDA - ANALISTA REFORMA DESENVOLVIMENTO AGRARIO	475	469	88	381	18,76%
ORIENTADOR DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	30	29	5	24	17,24%
ASSISTENTE SOCIAL	30	30	4	26	13,33%
ARDA - ENGENHARIA DE AGRIMENSURA	39	23	3	20	13,04%
ENGENHEIRO AGRONOMO	602	597	77	520	12,90%
GEOGRAFO	25	26	3	23	11,54%
TOTAL	2.186	2.029	461	1.568	22,72%

Tabela 89 – Egresso de novos servidores

As informações constantes dos demonstrativos apresentados, juntamente com outras informações relativas à estrutura organizacional, assistência à saúde suplementar, avaliação de desempenho, capacitação e carreiras que compõem o quadro de pessoal do INCRA, foram apresentadas no encerramento do exercício de 2010, em Encontro Nacional que contou com a presença da Direção do INCRA e dos Superintendentes Regionais.

É evidente a gravidade da insuficiência de recursos humanos que determina uma priorização para as unidades finalísticas em detrimento da área meio.

Assim, a implementação de novos estudos e indicadores só será possível com o ingresso de novos servidores. A Diretoria de Gestão Administrativa avalia que o contingente disponível para atividades relativas à gestão de recursos humanos não atende satisfatoriamente a demanda. Em decorrência, são priorizadas atividades relativas à implantação em folha de pagamento de vantagens decorrentes de decisões judiciais, prestação de esclarecimentos aos órgãos de controle, instrução de pedidos de aposentadoria, pensão, abono permanência, licenças/afastamentos diversos, participação em eventos de treinamento externos, manutenção do cadastro funcional (SIAPEcad e SIAPE), avaliação de estágio probatório e progressão), coordenação e acompanhamento de eventos de capacitação e implementação de benefícios (auxílio-transporte, alimentação, pré-escolar, assistência à saúde suplementar).

6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência

6.1 Transferências efetuadas no exercício

6.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Tabela 90 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária					UG/GESTÃO: 37201				
CNPJ: 00375972/0001-60									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores pactuados		Valores repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulada até exercício	Início	Fim	
1	625737	07365874000191	4.716.663,56	211.153,62	1.853.158,92	2.037.156,86	16/JUN/2008	31/DEZ/2011	1
1	629081	06126351000120	4.488.688,38	217.644,96	2.158.839,06	1.717.346,12	22/JUL/2008	31/DEZ/2011	1
1	629133	00759221000148	1.077.062,47	51.295,62	389.394,95	345.212,00	22/JUL/2008	31/DEZ/2011	1
1	631688	03635713000110	378.853,87	18.531,53	134.394,92	116.646,32	28/AGO/2008	31/DEZ/2011	1
1	631689	03997641000150	1.959.053,42	90.171,92	742.431,76	853.075,66	28/AGO/2008	31/DEZ/2011	1
1	632232	05559308000195	421.495,25	23.096,31	0,00	239.871,33	08/SET/2008	31/DEZ/2011	1
1	633984	35745520000108	1.741.307,59	83.325,33	792.573,72	475.471,90	16/OUT/2008	31/DEZ/2011	1
1	635862	06126351000120	9.762,50	500,00	0,00	9.262,50	03/DEZ/2008	30/JUN/2011	1
1	635889	06126351000120	157.001,00	7.850,00	0,00	149.151,00	05/DEZ/2008	30/JUL/2011	1
1	636493	06126351000120	93.132,00	5.100,00	0,00	88.032,00	11/DEZ/2008	30/JUN/2011	1

1	638328	07365874000191	980.813,04	10.420,00	517.146,52	453.246,52	24/DEZ/2008	30/DEZ/2010	1
1	638485	11390457000176	354.586,19	28.500,00	0,00	182.789,12	24/DEZ/2008	24/DEZ/2011	1
1	654477	06126351000120	73.620,00	3.120,00	70.500,00	0,00	23/DEZ/2009	15/NOV/2010	1
1	655077	05954790000168	59.050,00	2.500,00	0,00	0,00	31/DEZ/2009	29/AGO/2010	1
LEGENDA									
Modalidade:			Situação da Transferência:						
1 - Convênio			1 - Adimplente						
2 - Contrato de Repasse			2 - Inadimplente						
3 - Termo de Parceria			3 - Inadimplência Suspensa						
4 - Termo de Cooperação			4 - Concluído						
5 - Termo de Compromisso			5 - Excluído						
			6 - Rescindido						
			7 - Arquivado						

Fonte: SIAFI.

6.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Tabela 91 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante		UG/GESTÃO: 37201		
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária				
CNPJ: 00375972/0001-60				
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício	Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
		2008	2009	2010
Convênio	16	2.705.704,14	4.432.454,17	6.658.439,85
Contrato de Repasse	0	0	0	0
Termo de Parceria	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0
Totais	16	2.705.704,14	4.432.454,17	6.658.439,85

Fonte: SIAFI.

6.1.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Tabela 92 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária						
CNPJ: 00375972/0001-60			UG/GESTÃO: 37201			
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010	
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011		
Convênio	11	15.397.606,23	12.284.898,14	3.112.798,09	79,78	
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	
Termo de Parceria	0	0	0	0	0	
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0	
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	
Totais	11	15.397.606,23	12.284.898,14	3.112.798,09	79,78	

Fonte: SIAFI.

6.1.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Tabela 93 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente						
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária						
CNPJ: 00375972/0001-60			UG/GESTÃO: 37201			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		0	0	0
		Montante Repassado		0	0	0
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	2	0	0
		Contas NÃO prestadas	Montante Repassado (R\$)	25.116,88	0	0
			Quantidade	0	0	0
2009	Contas prestadas		Montante Repassado (R\$)	0	0	0
			Quantidade	4	0	0
	Contas NÃO prestadas		Montante Repassado (R\$)	606.233,00	0	0
			Quantidade	0	0	0
2008	Contas prestadas		Montante Repassado (R\$)	0	0	0
			Quantidade	13	0	0

		Montante Repassado (R\$)	12.681.385,07	0
		Quantidade	0	0
	Contas NÃO prestadas	Montante Repassado (R\$)	0	0
		Quantidade	1*	0
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Montante Repassado (R\$)	81.648,78	0

Fonte: Setorial de Contabilidade e SIAFI.

* O devido processo de TCE já foi instaurado sob o n° 54360.000424/07-99.

6.1.5 Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

Tabela 94 – Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse				Valores em R\$ 1,00	
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária					
CNPJ: 00375972/0001-60		UG/GESTÃO: 37201			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados	Instrumentos		Contratos de Repasse	
		Convênios			
2010	Quantidade de contas prestadas	2		0	
	Com prazo de análise ainda não vencido			0	
	Quantidade	0		0	
	Montante repassado (R\$)	0		0	
	Contas analisadas	0		0	
	Quantidade Aprovada	0		0	
	Quantidade Reprovada	0		0	
2009	Com prazo de análise vencido			0	
	Contas NÃO analisadas	2		0	
	Quantidade de TCE	25.116,88		0	
	Montante repassado (R\$)				
	Quantidade de contas prestadas	4		0	
	Quantidade Aprovada	2		0	
	Quantidade Reprovada	0		0	
	Quantidade de TCE	0		0	
	Quantidade	2		0	

	analisadas	Montante repassado (R\$)	526.167,00	0
2008	Quantidade de contas prestadas		13	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	2	0
		Quantidade Reprovada	0	0
		Quantidade de TCE	0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	11	0
Exercícios anteriores a 2008		Montante repassado	6.129.270,80	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	21*	0
		Montante repassado	7.373.998,35	0

Fonte: Setorial de Contabilidade e SIAFI.

* Várias prestações de contas não foram analisadas pelo fato dos convênios não terem sido aprovados pela equipe técnica. Apenas depois da aprovação do objeto pela parte técnica é que deve ser procedida a análise contábil do convênio. Vários desses convênios ocasionaram abertura de processo de Tomada de Contas Especial.

6.1.6 Análise Crítica

A principal medida adotada visando aperfeiçoar a gerência das transferências foi a criação de um Grupo de Trabalho com a finalidade de analisar os processos e documentos e elaborar pareceres conclusivos relativos aos convênios vencidos, pendentes de comprovação e aprovação.

Diante do exposto, houve um avanço significativo do trabalho do GT Regional de Alagoas, partindo de uma situação de 43 (quarenta e três) processos pendentes em nossa SR com a seguinte estrutura: 08 (oito) processos a liberar, 15 (quinze) processos a comprovar, 27 (vinte e sete) processos a aprovar, 02 (dois) processos aprovados, 04 (quatro) processos em inadimplência efetiva e 02 (dois) processos em inadimplência suspensa. O trabalho do Grupo conduziu nossa Superintendência para a seguinte situação em dezembro de 2010: ZERO processo a liberar, ZERO processo a comprovar, 32 (trinta e dois) processos a aprovar, 07 (sete) processos aprovados, 06 (seis) processos em inadimplência efetiva e 01 (um) processo em inadimplência suspensa. Isto é, totalizando uma excelente evolução da administração e controle na gerência das transferências. Os processos em face de APROVAR continuam em análise pelo GT.

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

A Declaração encontra-se no Anexo deste Relatório (Declaração I - Da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no SIASG e no SICONV).

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

A Setorial de Recursos Humanos da Superintendência Regional do Incra em Alagoas informou que, quanto às obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, os servidores desta Autarquia entregaram as declarações de bens e renda, ou autorizaram a consulta das mesmas pelos órgãos de controle.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

Tabela 95 – Estrutura de Controles Internos

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

10.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Tabela 96 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? ISSO 9000				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		

9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		X			
<i>Considerações Gerais:</i>					
<u>LEGENDA</u> <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

11.1.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

Tabela 97 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF AL	2	2
	Maceió	2	2
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR			
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: Divisão de Administração.

11.1.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

Tabela 98 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	AL	1	1
	Maceió	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR			
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Divisão de Administração.

11.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ

Tabela 99 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373051	2785 00255.500-4	03	03	200.000,00	13.08.2002	-	-	-
373051	2785 00242.500-3	03	03	360.000,66	09.08.2002	-	-	-
373051	2785 00242.500-3	03	03	410.458,10	09.08.2002	-	-	-
373051	2785 00242.500-3	03	03	55.994,48	12.08.2002	-	-	-
Total							-	-

Fonte: Divisão de Administração.

11.1.4 Análise crítica:

A Divisão de Administração apresenta o seguinte detalhamento sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade:

- Contrato de cessão de uso gratuito entre o Incra e a Secretaria de Patrimônio da União – SPU: imóvel situado à Praça Visconde de Sinimbu nº 105 – Centro, Maceió-AL.
- Contrato de cessão sob a forma de utilização gratuita do Patrimônio Nacional: andares 4º, 5º, 11º e 12º do Edifício Walmap, situado à Rua Senador Mendonça, nº 148 – Centro, Maceió-AL.
- Imóvel locado que serve de garagem para os veículos do órgão fica na Rua Barão de Atalaia, nº 198 – Centro, Maceió-AL.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

12.1 Gestão de TI da UJ

Tabela 100 – Gestão de TI

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Tabela 101 - Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador

Valores em R\$ 1,00					Código da UG: 373051	Limite de Utilização da UG: 380.000,00	
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total		
			Saque	Fatura			
Alexandre Luís de Bulhões Rocha	034.323.284-78	800,00	0,00	922,61	922,61		
Ana Patrícia Sandes Costa	032.701.394-03	800,00	0,00	1.598,89	1.598,89		
Arnaldo Firmino dos Santos	690.124.418-34	800,00	0,00	5.211,52	5.211,52		
Benedito da Costa Carvalho	004.591.271-87	800,00	0,00	2.810,10	2.810,10		
Denis Kleber S Souza	803.480.174-72	800,00	0,00	882,43	882,43		
Eduardo Vasconcelos Medeiros	789.972.324-87	800,00	0,00	1.417,61	1.417,61		
Eraldo Pita Gusmão	210.705.94-53	800,00	0,00	1.711,84	1.711,84		
Fábio Leite Araújo	022.803.384-59	800,00	0,00	255,25	255,25		
Fernando J.F.Lacerda Filho	688.385.814-87	800,00	0,00	501,04	501,04		
Florentino Costa Filho	060.561.304-44	800,00	0,00	3.661,44	3.661,44		
Josan Agostinho de Farias	088.153.564-87	800,00	0,00	4.892,49	4.892,49		
José Carlos da Costa Cardoso	488.818.134-91	800,00	0,00	1.356,54	1.356,54		

José Cláudio Farias de Almeida	088.306.064-72	800,00	0,00	1.884,47	1.884,47
José Everaldo Morais de Lima	068.233.784-68	800,00	712,00	3.287,06	3.999,06
José Monteiro	087.910.074-53	800,00	0,00	1.203,82	1.203,82
José Potiguara Oliveira Filho	141.960.004-44	800,00	0,00	2.480,59	2.480,59
Louredo Barbosa Duarte	168.631.434-53	800,00	0,00	9.709,58	9.709,58
Luiz Augusto Xavier Melo	099.769.572-20	800,00	0,00	8.031,67	8.031,67
Marcos Antonio de Araújo Bezerra	949.901.157-91	800,00	0,00	7.255,33	7.255,33
Maria Izabel dos Santos	700.412.704-44	800,00	0,00	1.460,58	1.460,58
Mário Francisco Pessoa Oliveira	138.529.574-00	800,00	0,00	4.906,15	4.906,15
Oswaldo Rolemberg Lima	243.191.715-00	800,00	0,00	459,33	459,33
Paulo de Jesus Carvalho Brito	099.227.174-68	800,00	0,00	5.673,88	5.673,88
Rosane Maria Medeiros Simões	240.588.074-15	800,00	0,00	283,30	283,30
Vidal Pires Ramos	110.177.754-00	800,00	0,00	89,60	89,60
Suzana dos Santos Teixeira	507.588.783-34	800,00	0,00	2.072,00	2.072,00
Total			712,00	78.965,62	78.965,62

Fonte: SIAFI2010, Auto-atendimento Banco do Brasil.

Tabela 102 - Despesa com cartão de crédito corporativo (Série Histórica)

Exercício	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	
2008	05	1.432,00	26	115.972,90	117.404,90
2009	03	1.068,00	24	106.287,20	107.355,20
2010	01	712,00	23	78.253,62	78.965,62

Fonte: SIAFI2008/2009/2010 e Auto-atendimento Banco do Brasil.

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Tabela 103 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária					4144
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC-000.557/2010-2	5595/2010 – 2ª Câmara			454186756 e 449018307
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária					4144
Descrição da Deliberação:					
Com vista ao saneamento do processo de MONITROAMENTO (TC 000.557/21010-2), com fundamento no art. 11 da Lei nº 8.4438/92, solicito a Vossa Senhoria que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da presente comunicação, encaminhe a esta Secretaria informações sobre o cumprimento da determinação constante dos subitens 1.4.1, 1.4.2 e 1.4.3 do Acórdão 5.595/2010 – TCU – 2ª Câmara.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Administração					
Síntese da providência adotada:					
Aberto o processo de TCE. Por fim, ante a presença dos Avisos de Recebimento dos ofícios e da notificação enviadas, além da publicação no DOU, incluídos nos autos do processo, bem como das respostas encaminhadas pelo agente responsável, consideramos que foram concedidos ao responsável os direitos relativos à ampla defesa e ao contraditório, atendendo ao Art. 5º, inciso LV da Constituição Federal. Como não houve recolhimento aos cofres públicos da importância impugnada, nem apresentação da prestação de contas do convênio, subsistindo o motivo que legitimou a instauração da Tomada de Contas Especial, entendemos que foram esgotadas as providências administrativas com vistas ao ressarcimento do dano ao Erário.					
Síntese dos resultados obtidos					
Conveniente – Prefeitura Municipal de Olho do Casado, com inscrição no CRT/AL Nº 10.000/2004, com inscrição SIAFI nº 540967, encontra-se na situação no SIAFI como INADIMPLÊNCIA EFETIVA; AÇÃO – Processo tramitado para CP-TCE para tomar as providências legais. AÇÃO DO GT/ASSEGURADOR/RESPONSÁVEL– processo tramitado pela CP-TCE já com o relatório do tomador e foi enviado para o gabinete desta SR-22 para tomar ciência e enviar ao Controle Interno do INCRA. Processo encontra-se na CGU. Nº do Processo de TCE – 54360.000424/2007 – 99.					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Nada consta.

15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Tabela 104 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Nada consta.

15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Tabela 105 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Relatório de Auditoria nº 246643	3.1.2.1	Certificado de Auditoria N° 246643
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Verificar o cumprimento de todas as exigências contidas nos artigos 11 e 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como regularizar todas as pendências do Convênio CV/AL/2000/2009, principalmente a assinatura do Termo de Convênio por todos os representantes do conveniente, antes da liberação de qualquer parcela de recursos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setorial de Infraestrutura			
Síntese da providência adotada:			
O convênio foi cancelado no SICONV por não atender a determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal.			
Síntese dos resultados obtidos			
O convênio foi cancelado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
POSITIVOS: Mais servidores trabalhando na busca de soluções; NEGATIVO: Perda de recursos.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Relatório de Auditoria nº 246643	6.3.1.1	Certificado de Auditoria N° 246643
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Conforme acordado na Reunião de Busca Conjunta de Soluções, a SR-22 do INCRA criará uma "força tarefa" para regularização das pendências de recebimento de obras e da parte contábil, inclusive atendendo ao que foi informado por essa Superintendência em relação aos convênios CRT/AL n°s: 12.000/2004, 14.000/2004, 4.000/2005, 5.000/2005, 6.000/2005, 9.000/2005, 11.000/2005 e 12.000/2005.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Desenvolvimento.			
Síntese da providência adotada:			
Criado um Grupo de Trabalho com a finalidade de analisar os processos e documentos e elaborar pareceres conclusivos relativos aos convênios vencidos, pendentes de comprovação e aprovação. Firmados sob a vigência da INSTRUÇÃO NORMATIVA STN/MF/N° 01/1997 e demais correlatas.			
Síntese dos resultados obtidos			

Em relação ao CRT:

- I. CRT/AL Nº 12.000/2004 - AÇÃO – A entidade foi notificada como também o responsável. A pessoa responsável pela entidade compareceu e solicitou um prazo de 15 dias conforme descrito em ATA de nº 46/2010. Porém, o responsável pela assinatura do convênio requereu uma dilatação de prazo de 15 (quinze) dias a ser contado a partir do dia 26 de dezembro de 2010, requerendo para o exercício de sua ampla defesa. Foi ampliada a dilatação do prazo para 30 dias, conforme solicitação exposta no OFICIO SEINFRA nº 1938/2010 – GS. A entidade apresentou sua defesa através do OFICIO SEINFRA Nº 0081/2011 – GS. Então, em consenso do GT foi determinado à seguinte ação: o processo foi tramitado para a setorial contábil e depois para o Setor de Engenharia com a finalidade de realizar uma pré-análise das defesas com intuito de observarmos as pendências existente no convênio e depois desta pré-análise oficializar a entidade para marcarmos uma reunião com URGÊNCIA. Prazo para conclusão da pré-análise 31/MAR/2011.
- II. CRT/AL Nº 14.000/2004 - AÇÃO DO GT/ASSEGURADOR/RESPONSÁVEL - processo em face de análise pela área técnica.
- III. CRT/AL Nº 4.000/2005 - AÇÃO – A entidade foi notificada por irregularidades na área técnica e contábil, compareceu e solicitou um prazo para apresentar sua defesa. Então, a entidade através do ofício GP Nº 164/10 solicitou uma vistoria técnica em que o GT despacha o processo para o Engenheiro tomar as providencias legais em relação ao recebimento da obra - AÇÃO DO GT/ASSEGURADOR/RESPONSÁVEL– o processo está em análise pelo Setor de Engenharia.
- IV. CRT/AL Nº 5.000/2005 – AÇÃO – A entidade e a pessoa responsável foram notificadas por irregularidades na prestação de contas compareceu e apresentou sua defesa. AÇÃO DO GT/ASSEGURADOR/RESPONSÁVEL – O responsável apresentou sua defesa, que foi analisada pela setorial contábil e aprovou a mesma.
- V. CRT/AL Nº 6.000/2005 – AÇÃO – A entidade e pessoa responsável foram notificadas por não prestação de contas. Porém, não compareceram. Então, processo foi tramitado para CP-TCE para tomar as providências legais. AÇÃO DO GT/ASSEGURADOR/RESPONSÁVEL– foi aberto o processo de TCE sob nº 54360.001927/2010 – 87.
- VI. CRT/AL Nº 9.000/2005 – AÇÃO – A entidade foi notificada por irregularidades na área técnica e contábil, compareceu a solicitou um prazo para apresentar sua defesa. Então, a entidade, através do ofício PMT/EM Nº 180/10, solicitou uma vistoria técnica em que o GT despacha o processo para o Engenheiro tomar as providencias legais em relação ao recebimento da obra, como também, solicita prorrogação de prazo de 30 dias para cumprimento de todas as exigências da setorial contábil que é acatada pelo Senhor Ordenador. AÇÃO DO GT/ASSEGURADOR/RESPONSÁVEL– Encontrado pendências pela área técnica, notificaremos o conveniente para sanar as pendências.
- VII. CRT/AL Nº 11.000/2005 – AÇÃO – A entidade foi notificada por irregularidades na área técnica e contábil. Compareceu, trazendo sua defesa. AÇÃO DO GT/ASSEGURADOR/RESPONSÁVEL – processo em análise pela área contábil e técnica.
- VIII. CRT/AL Nº 12.000/2005 – AÇÃO – A entidade foi notificada por irregularidades na área técnica e contábil. Compareceu e entregou cópias do comprovante de pagamento e o demonstrativo do diário (SIAFI) que se refere ao pagamento. Solicitou nova vistoria técnica. Então, a entidade através da ATA DO GT nº

43/2010 solicitou uma vistoria técnica em que o GT despachou o processo para o Engenheiro tomar as providencias legais em relação ao recebimento da obra. AÇÃO DO GT/ASSEGUADOR/RESPONSÁVEL– o processo está em análise pelo Setor de Engenharia.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Quantitativo de pessoal para análises dos processos, acarretando a morosidade de análise e conclusão dos processos.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	Relatório de Auditoria nº 246643	6.3.1.1	Certificado de Auditoria N° 246643
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Manter o acompanhamento permanente desde a formalização até a análise das prestações de contas dos convênios e sua respectiva aprovação ou abertura de tomada de contas especial, de forma a EVITAR:			
a) Saldos contábeis "A COMPROVAR" por mais de 60 dias após o fim da vigência do convênio ou expirado o prazo para a prestação de contas parcial do mesmo;			
b) Saldos contábeis "A APROVAR" por mais de 60 dias após a sua respectiva comprovação;			
c) Formalização e repasse de recursos de transferências voluntárias a entidades que estão com parcelas de outros convênios pendentes de comprovação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Desenvolvimento			
Síntese da providência adotada:			
Criado um Grupo de Trabalho com a finalidade de analisar os processos e documentos e elaborar pareceres conclusivos relativos aos convênios vencidos, pendentes de comprovação e aprovação. Firmados sob a vigência da INSTRUÇÃO NORMATIVA STN/MF/N° 01/1997 e demais correlatas.			
Síntese dos resultados obtidos			
Diante do exposto, houve um avanço significativo do trabalho do GT Regional de Alagoas, onde começamos em nossa pasta com um estoque de 43 (quarenta e três) processos pendentes em nossa SR com a seguinte estrutura: 08 (oito) processos a liberar, 15 (quinze) processos a comprovar, 27 (vinte e sete) processos a aprovar, 02 (dois) processos aprovados, 04 (quatro) processos em inadimplência efetiva e 02 (dois) processos em inadimplência suspensa; PASSANDO PARA A SEGUINTE SITUAÇÃO EM DEZEMBRO/2010: ZERO processo a liberar, ZERO processo a comprovar, 32 (trinta e dois) processos a aprovar, 07 (sete) processos aprovados, 06 (seis) processos em inadimplência efetiva e 01 (um) processo em inadimplência suspensa. Isto é, totalizando uma excelente evolução da administração e controle da nossa equipe de trabalho. Porém, os processos em face de APROVAR continua em análise pelo GT.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Há alguns pontos negativos em nosso trabalho como: a viagem do Engenheiro de nossa SR para realizar serviços em outra SR (procedimento esse determinado pela Diretoria da Administração de Brasília, com isso fazendo uma lacuna em nosso trabalho, fato narrado e descrito na ATA DO GT N° 25/2010) e falta de mão-de-obra. Entretanto, como ponto positivo tem excelente evolução da administração e controle da nossa equipe de trabalho, ou seja, o trabalho de toda nossa equipe: Ordenador, Chefes de Divisão, Administrador, Membros de GT, Asseguradores e responsáveis pelos convênios.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Relatório de Auditoria nº 246643	6.3.1.2	Certificado de Auditoria N° 246643
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Conforme acordado na Reunião de Busca Conjunta de Soluções, criar efetivamente a referida "força tarefa" para a regularização de pendências na área de infraestrutura e na área contábil.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Desenvolvimento			
Síntese da providência adotada:			
Criado um Grupo de Trabalho com a finalidade de analisar os processos e documentos e elaborar pareceres conclusivos relativos aos convênios vencidos, pendentes de comprovação e aprovação. Firmados sob a vigência da INSTRUÇÃO NORMATIVA STN/MF/Nº 01/1997 e demais correlatas.			
Síntese dos resultados obtidos			
Em relação aos convênios houve um avanço significativo nas análises processuais, acarretando uma evolução na situação dos convênios em face de análise, como exemplo trazendo processos a comprovar para a aprovar e a aprovar para aprovado. E outros que não alcançaram os resultados esperados, foram abertos processos de TCE.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Há alguns pontos negativos em nosso trabalho como: a viagem do Engenheiro de nossa SR para realizar serviços em outra SR (procedimento esse determinado pela Diretoria da Administração de Brasília, com isso fazendo uma lacuna em nosso trabalho, fato narrado e descrito na ATA DO GT Nº 25/2010) e falta de mão-de-obra. Entretanto, como ponto positivo tem excelente evolução da administração e controle da nossa equipe de trabalho, ou seja, o trabalho de toda nossa equipe: Ordenador, Chefes de Divisão, Administrador, Membros de GT, Asseguradores e responsáveis pelos convênios.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	Relatório de Auditoria nº 246643	6.3.1.2	Certificado de Auditoria Nº 246643
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Verificar a possibilidade de ajustar o quadro funcional, remanejando os contadores da SR-22 que se encontram em outros setores para o setor de contabilidade, com vistas a comporem a referida força tarefa ou, caso isto não seja possível, solicitar ajuda a outras superintendências regionais ou ao INCRA Sede.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Desenvolvimento			
Síntese da providência adotada:			
Criado um Grupo de Trabalho com a finalidade de analisar os processos e documentos e elaborar pareceres conclusivos relativos aos convênios vencidos, pendentes de comprovação e aprovação. Firmados sob a vigência da INSTRUÇÃO NORMATIVA STN/MF/Nº 01/1997 e demais correlatas.			
Síntese dos resultados obtidos			
Os contadores foram incluídos na força tarefa, ou seja, no Grupo de Trabalho com a finalidade de analisar os processos e documentos e elaborar pareceres conclusivos relativos aos convênios vencidos, pendentes de comprovação e aprovação. Firmados sob a vigência da INSTRUÇÃO NORMATIVA STN/MF/Nº 01/1997 e demais correlatas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Positivo: a criação do GT regional. Ponto negativo: faltando mão-de-obra (concurso público).			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
005	Relatório de Auditoria nº 246643	6.3.1.2	Certificado de Auditoria Nº 246643
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	4144
Descrição da Recomendação:	
Para os convênios onde não houve prestação de contas após expirado o prazo de comprovação ou para aqueles nos quais a prestação de contas não foi aprovada em virtude de desvio ou má aplicação dos recursos, modificar imediatamente a situação do convênio para "Inadimplência Efetiva" e abrir o respectivo processo de Tomada de Contas Especial.	
Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Divisão de Desenvolvimento	
Síntese da providência adotada:	
Criado um Grupo de Trabalho com a finalidade de analisar os processos e documentos e elaborar pareceres conclusivos relativos aos convênios vencidos, pendentes de comprovação e aprovação. Firmados sob a vigência da INSTRUÇÃO NORMATIVA STN/MF/Nº 01/1997 e demais correlatas.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em relação ao CRT:	
I. CRT/AL Nº 2.000/2001 - Situação no SIAFI: INADIMPLÊNCIA EFETIVA; AÇÃO DO GT – Processo tramitado para CP-TCE para tomar as providências legais. Nº do Processo de TCE – 54360.000421/2007-55; II. CRT/AL Nº 2.000/2002 - Situação no SIAFI: INADIMPLÊNCIA EFETIVA; AÇÃO DO GT – Processo tramitado para CP-TCE para tomar as providências legais. Nº do Processo de TCE – 54360.000429/2007-11; III. CRT/AL Nº 14.000/2003 - Situação no SIAFI: APROVAR, porém, foi solicitado a setorial contábil para alterar para situação para INADIMPLÊNCIA SUSPensa; AÇÃO – A entidade regularizou o seu pagamento em atraso, referente ao termo de acordo (reconhecimento de dívida), cobramos também a mudança da situação no SIAFI para APROVAR para INADIMPLÊNCIA SUSPensa até o cumprimento dos pagamentos em sua totalidade. AÇÃO DO GT/ASSEGURADOR/RESPONSÁVEL– A entidade regularizou o pagamento e o processo original foi tramitado para o Setor de Desenvolvimento para ficar acompanhando o pagamento. Continua a situação no SIAFI como APROVAR é necessário alterar a situação para INADIMPLÊNCIA SUSPensa até o cumprimento dos pagamentos em sua totalidade, então, essa mudança será cobrada da setorial contábil. Nº do Processo de TCE – 54360.000434/2007 – 24; IV. CRT/AL Nº 10.000/2003 - Situação no SIAFI: INADIMPLÊNCIA EFETIVA; AÇÃO DO GT/ASSEGURADOR/RESPONSÁVEL– Reativado o processo de TCE. Nº do Processo de TCE – 54360.000438/2007 – 11; V. CRT/AL Nº 6.000/2004 - Situação no SIAFI: INADIMPLÊNCIA EFETIVA; AÇÃO DO GT/ASSEGURADOR/RESPONSÁVEL Reativado o processo de TCE. Nº do Processo de TCE – 54360.000430/2007 – 46; VI. CRT/AL Nº 6.000/2005 - Situação no SIAFI: INADIMPLÊNCIA EFETIVA E APROVAR; AÇÃO – A entidade e a pessoa responsável foram notificadas por não prestação de conta. Porém, não compareceram. Então, processo foi tramitado para CP-TCE para tomar as providências legais. AÇÃO DO GT/ASSEGURADOR/RESPONSÁVEL– foi aberto o processo de TCE. Nº do Processo de TCE – 54360.001927/2010 – 87; VII. CRT/AL Nº 1.000/2005 - Situação no SIAFI: Situação no SIAFI: INADIMPLÊNCIA SUSPensa, AÇÃO – A entidade foi notificada por irregularidades na área técnica e contábil (não prestou conta). O ex-prefeito compareceu e solicitou um prazo para apresentar sua defesa, fato descrito na ATA DO GT nº 27/2010. O ex-contador da Prefeitura compareceu e informou que entregou a prestação de contas final no setor de contabilidade, alegando que provavelmente a setorial contábil anexou no processo original. Porém, não foi encontrado o comprovante de entrega. O processo original não foi encontrado, entretanto, estamos em busca do processo original, ou seja, foram enviados vários memorandos, cobrando o processo, fato descrito na ATA DO GT nº 34/2010. O Prefeito atual compareceu e descreveu os procedimentos apontados por ele contra o antigo gestor (Ex-Prefeito), solicitando que não incluísse a entidade no SIAFI na situação INADIMPLÊNCIA EFETIVA e sim para INADIMPLÊNCIA SUSPensa até sanar as irregularidades apontadas no convênio. Assim, o GT enviou o memo nº 47/2010/INCRA/SER-22/GRUPO DE TRABALHO REGIONAL que solicitou a inclusão da entidade como INADIMPLÊNCIA SUSPensa até resolver suas pendências. Porém, até o exato momento não foi localizado o processo original. Portanto, a solução que o GT propõe é abertura de um processo administrativo para apurar responsabilidade pelo desaparecimento do processo original.. AÇÃO DO GT/ASSEGURADOR/RESPONSÁVEL– até o exato momento não foi localizado o processo. Então, o que ficou acordado pelos participantes: buscar através do SISPROT (provas) onde foi a última tramitação e enviar para o Superintendente o fato para que ele tome as	

devidas providências. Nº do Processo de TCE – 54360.000418/2007 – 31.			
VIII. CRT/AL Nº 13.000/2005 - Situação no SIAFI: INADIMPLÊNCIA EFETIVA; AÇÃO – Processo tramitado para CP-TCE para tomar as providências legais. AÇÃO DO GT/ASSEGURADOR/RESPONSÁVEL– processo tramitado pela CP-TCE já com o relatório do tomador e foi enviado para o gabinete para tomar ciência e enviar ao Controle Interno do INCRA. Processo encontra-se na CGU. Nº do Processo de TCE – 54360.000426/2007 – 88;			
IX. CRT/AL Nº 10.000/2004 - Situação no SIAFI: INADIMPLÊNCIA EFETIVA; AÇÃO – Processo tramitado para CP-TCE para tomar as providências legais. AÇÃO DO GT/ASSEGURADOR/RESPONSÁVEL– processo tramitado pela CP-TCE já com o relatório do tomador e foi enviado para o gabinete para tomar ciência e enviar ao Controle Interno do INCRA. Processo encontra-se na CGU. Nº do Processo de TCE – 54360.000424/2007 – 99.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Positivo: a criação do GT regional. Ponto negativo: faltando mão-de-obra (concurso público).			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	Relatório de Auditoria nº 246643	3.1.2.1	Certificado de Auditoria Nº 246643
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Abster-se de formalizar convênios sem prévio planejamento.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			
Síntese da providência adotada:			
Não foi assinado nenhum convênio no exercício de 2010. Nos próximos, adotaremos prévio planejamento antes da formalização dos convênios.			
Síntese dos resultados obtidos:			
Oferecerá maior eficiência na gestão dos convênios.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada consta.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
003	Relatório de Auditoria nº 246643	5.1.1.1	Certificado de Auditoria Nº 246643
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Procure adequar a força de trabalho do setor contábil, seja remanejando pessoal, seja solicitando a contratação mediante concurso público, de forma a garantir que o setor desempenhe a contento suas funções.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			
Síntese da providência adotada:			
Criado um Grupo de Trabalho com a finalidade de analisar os processos e documentos e elaborar pareceres conclusivos relativos aos convênios vencidos, pendentes de comprovação e aprovação.			
Síntese dos resultados obtidos:			

O Grupo de Trabalho ajudou a Setorial Contábil em sua função de análise de convênios.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Um ponto negativo que prejudica bastante a adoção dessa providência é a falta de mão-de-obra, acentuada pela ausência de concurso público.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Relatório de Auditoria nº 246643	6.1.1.1	Certificado de Auditoria Nº 246643
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Adequar o uso da frota de veículos de modo que não seja mais necessária a locação da Mitsubishi/Pajero Sport, aditando o Contrato CRT/AL nº 2.000/2009, para excluir a locação do referido veículo. Caso fique demonstrado, inclusive para esta CGU-R/AL, a necessidade da locação, aditar o contrato de modo a substituir o utilitário esportivo por outro mais simples, com redução das despesas com locação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			
Síntese da providência adotada:			
O contrato de locação foi encerrado em 31/12/2010 e não foi mais aditado.			
Síntese dos resultados obtidos:			
Redução das despesas com locação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada consta.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Relatório de Auditoria nº 246643	6.1.2.1	Certificado de Auditoria Nº 246643
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Abster-se, nas próximas contratações, de exigir simultaneamente capital (ou patrimônio líquido) mínimo e garantia de execução contratual, devendo essa Superintendência verificar, em cada contratação, qual das exigências é mais apropriada para garantir a execução do contrato.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			
Síntese da providência adotada:			
Não exigimos mais simultaneamente capital (ou patrimônio líquido) mínimo e garantia de execução contratual em nossas contratações. Exigimos apenas a garantia contratual.			
Síntese dos resultados obtidos:			
Maior garantia da ampla concorrência.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada consta.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Relatório de Auditoria nº 246643	6.2.1.1	Certificado de Auditoria Nº 246643
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Conforme acordado na Reunião de Busca Conjunto de Soluções, realizada em 11/05/2010 e considerando que a apólice do referido seguro se venceria em 20/05/2010 e a não renovação da mesma sujeitaria a SR-22 aos riscos de prejuízos decorrentes de eventuais sinistros que deixariam de ser cobertos, recomendamos a SR-22 do INCRA, até o dia 19/05/2010:			
a) Avaliar a necessidade de se contratar as coberturas de vidros, espelhos e mármore e de anúncios luminosos na renovação do referido seguro;			
b) Cotar o seguro junto aos representantes das seguradoras no Estado de Alagoas;			
c) Caso as propostas das referidas seguradoras sejam desvantajosas em relação à melhor proposta apresentada pela corretora Mercante e/ou haja dificuldade em se renovar o seguro dentro do prazo de vencimento da apólice, contratar novamente com a Mercante, somente para este ano, justificando tal contratação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			
Síntese da providência adotada:			
O seguro foi contratado junto à Seguradora Porto Seguro. A Administração avalia como necessária a contratação de coberturas de vidros, espelhos e mármore. Desnecessária é a contratação de anúncios luminosos.			
Síntese dos resultados obtidos:			
Economia na Administração pública.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada consta.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
003	Relatório de Auditoria nº 246643	6.3.1.2	Certificado de Auditoria Nº 246643
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Acompanhar a inscrição dos convenientes em débito na conta "Diversos Responsáveis" e no Cadin.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			
Síntese da providência adotada:			
O acompanhamento tem sido feito pela Setorial Contábil.			
Síntese dos resultados obtidos:			
Eficiência na administração pública.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada consta.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
004	Relatório de Auditoria nº 246643	6.3.1.2	Certificado de Auditoria N° 246643
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Dotar os setores de contabilidade e de infraestrutura dos recursos humanos necessários ao bom desempenho de suas funções, seja através do remanejamento de pessoal, seja através da solicitação à presidência do INCRA para a contratação via concurso público.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			
Síntese da providência adotada:			
Criado um Grupo de Trabalho com a finalidade de analisar os processos e documentos e elaborar pareceres conclusivos relativos aos convênios vencidos, pendentes de comprovação e aprovação. Mais um engenheiro somou-se ao quadro de engenheiros desta SR-22, que ainda é muito reduzido.			
Síntese dos resultados obtidos:			
O Grupo de Trabalho ajudou a Setorial Contábil em sua função de análise de convênios.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Um ponto negativo que prejudica bastante a adoção dessa providência é a falta de mão-de-obra, acentuada pela ausência de concurso público.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Relatório de Auditoria nº 246643	7.1.2.1	Certificado de Auditoria N° 246643
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Somente interromper as férias dos servidores após comunicação à Divisão de Administração, setor de recursos humanos para a atualização do SIAPE ou a publicação do documento de interrupção no Boletim de Serviço do INCRA.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			
Síntese da providência adotada:			
A Administração adota essa medida como exigência para interrupção de férias de servidores.			
Síntese dos resultados obtidos:			
Eficiência no serviço público e respeito ao princípio da legalidade.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada consta.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

001	Relatório de Auditoria nº 246643	7.1.2.2	Certificado de Auditoria N° 246643
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Conforme acordado na Reunião de Busca Conjunta de Soluções, exigir a aposição, nas notas de abastecimento de combustível, da quilometragem dos veículos abastecidos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			
Síntese da providência adotada:			
É exigida a aposição da quilometragem dos veículos abastecidos em todas as notas de abastecimento de combustível.			
Síntese dos resultados obtidos:			
Maior controle de gastos de combustíveis.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada consta.			

15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Tabela 106 – Situação das recomendações do OCI pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Relatório de Auditoria nº 246643	5.1.1.1	Certificado de Auditoria N° 246643
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Conforme acordado na Reunião de Busca Conjunta de Soluções, encaminhar Ofício às grandes redes de postos de combustíveis no interior do Estado de Alagoas, demonstrando as vantagens que os mesmos teriam ao regularizar suas respectivas situações cadastrais e ficarem aptos a contratar com a administração pública não apenas federal, como também estadual e municipal.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Os próprios postos estão se mostrando interessados nas licitações, entrando em contato com a Administração e se mostrando regulares para participarem dos certames.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A justificativa apresentada acima fez com que a Administração não sentisse necessidade de adotar a providência recomendada.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	Relatório de Auditoria nº 246643	5.1.1.1	Certificado de Auditoria N° 246643
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Verificar, no início de cada exercício financeiro, se algum posto no interior do Estado já se encontra apto a ser cadastrado no SICAF e participar de licitações.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Desenvolvimento			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Os próprios postos estão se mostrando interessados nas licitações, entrando em contato com a Administração e se mostrando regulares para participarem dos certames.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A justificativa apresentada acima fez com que a Administração não sentisse necessidade de adotar a providência recomendada.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	Relatório de Auditoria nº 246643	6.1.1.1	Certificado de Auditoria N° 246643
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Submeter todos os veículos, sem exceção, aos controles usuais de entrada, saída e consumo, realizados para toda a frota dessa Superintendência.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Desenvolvimento			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A Divisão de Administração está tentando implementar essa medida, mas sente dificuldades devido a falta de pessoal para realizar o controle adequado. A previsão de implantação de GPS em toda frota desta SR-22 ainda no primeiro semestre de 2011 ajudará bastante nesse controle.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Fatores negativos: falta de pessoal; fatores positivos: previsão de implantação de GPS ainda no 1º semestre de 2011.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	Relatório de Auditoria nº 246643	6.2.1.1	Certificado de Auditoria N° 246643
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Para as próximas contratações de seguro patrimonial, abster-se de realizá-las junto a corretoras, cotando diretamente com os representantes das seguradoras no Estado de Alagoas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A falta de pessoal impossibilita a adoção dessa medida, forçando a Administração a entrar em contato com corretores.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A falta de pessoal prejudica a adoção desta medida.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Relatório de Auditoria nº 246643	7.1.2.3	Certificado de Auditoria N° 246643
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			4144
Descrição da Recomendação:			
Conforme acordado na Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizar reuniões periódicas não só com o Comitê de Decisão Regional (chefes de divisão, procurador-chefe e superintendente) mas, também, com todos os responsáveis pelas atividades meio e fim dentro da SR-22.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete da SR-22			

Justificativa para o seu não cumprimento:
Nada consta.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Nada consta.

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Nada consta.

17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

A SR-22/AL nos últimos quatro anos vem avançando no desenvolvimento de suas ações. Para atender a demanda nos últimos oito anos, ampliamos a execução física e orçamentária em todas as áreas em mais de 100%. Com isto foram acrescentadas novas ações/atividades ao cotidiano do órgão, exigindo cada vez mais novos técnicos, com qualificação e especialização.

Estamos a lidar com o maior e mais antigo déficit social do país, por isto, quanto mais avançamos na obtenção de terras e, por conseguinte, na criação de assentamentos, maiores são as necessidades de qualificação na área de habitação, educação, saneamento, assistência técnica, crédito, infra-estrutura de produção, comercialização, etc.

Identificamos na instituição como áreas de maior fragilidade para execução técnica e orçamentária as de: desenvolvimento e qualificação dos assentamentos e técnico-administrativa.

A SR-22/AL precisa ampliar tanto sua equipe técnica de trabalho de campo como sua equipe de suporte interno de gestão. Precisamos ampliar o quadro dos setores de contabilidade, de recursos humanos, de administração, de gestão de finanças, direito administrativo; de engenheiros agrônomos, civis, ambientais, técnicos em edificação, arquitetos. Enfim, será necessário reforçar com concurso público todo corpo técnico da SR-22/AL para atendimento da demanda existente.

Apesar do quadro de escassez de pessoal especializado e da morosidade imposta pela legislação ao desenvolvimento da política da reforma agrária, há um esforço crescente e continuado em quase todos os setores com superação de metas em várias áreas, e em algumas ações não fomos contemplados com o orçamento e/ou os recursos financeiros suficientes para o cumprimento das metas inicialmente previstas.

Outro fator limitante neste exercício foi a indisponibilidade orçamentária e financeira para despesas de custeio, em especial combustível, suprimento de fundos e pagamento de diárias para o deslocamento de nossas equipes técnicas, que passou o exercício de 2010 executando a fiscalização de ações sem o devido recebimento das

diárias, dificultando o deslocamento em campo, visto que a maioria das áreas são de difícil acesso.

Da mesma forma, as instalações da SR-22/AL são inadequadas, não há espaço suficiente para as equipes, e para o próprio atendimento ao público, as equipes estão divididas em dois prédios, dois ambientes em endereços distintos que distanciam nossos setores e prejudicam sensivelmente a evolução de nossas atividades, sem contar que o controle e a finalização de algumas ações, por vezes se perdem ou requerem um custo temporal maior para sua concretização. Há muitos anos, esta Superintendência vem solicitando recursos para aquisição e/ou a construção de uma sede única em Alagoas. Resolver essa importante questão é um passo importante para o exercício de 2011.

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

18. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

A Declaração encontra-se no Anexo deste Relatório (Declaração II - Do contador responsável atestando que os demonstrativos contábeis refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial).

19. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

As demonstrações contábeis encontram-se no Anexo deste Relatório.

**Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório
de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA**

20. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/75, identificando o imóvel, matrícula e área do imóvel, município de localização, proprietário, ou cópia da(s) declaração(ões) do Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a inexistência de imóveis na situação descrita;
- b) Informações sobre quais medidas administrativas e judiciais foram adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, ou apresentação das razões para a sua ausência caso não haja quaisquer das informações indicadas no subitem anterior;
- c) Relação das situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis, detalhando o número de casos apurados, a existência de requerimento ao Corregedor-Geral de Justiça de realização de inspeção ou correição e de promoção da correspondente representação ao Ministério Público, devendo conter na relação, no mínimo, a identificação do cartório e comarca, a irregularidade identificada e as medidas adotadas;
- d) Relação de imóveis que tiveram ou venham a ter o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR cancelado pelo Incra, contendo: cadastro e área, município de localização, proprietário e motivo do cancelamento;
- e) Relação dos processos irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, indicando, no mínimo: número do processo, nome e/ou identificação do imóvel, cadastro e área do imóvel, proprietário e a(s) irregularidade(s) apurada(s).

A Divisão de Ordenamento Fundiário informou que, devido aos problemas de pessoal relatados nos tópicos 2.2.1 e 2.3.3.2 deste Relatório, não consegue atender à Portaria/Incra/nº 12/2006, não podendo, assim, apresentar o cronograma supracitado. O quadro abaixo ilustra, de forma sintética, o problema de pessoal no Setor de Cadastro, responsável por gerir a ação 2105 (Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural).

Tabela 107 – Diagnóstico de pessoal no Setor de Cadastro de imóveis

Quadro-diagnóstico do Setor de Cadastro de imóveis rurais	Quantidade de servidores
Número de servidores da Fiscalização em 2009	1 (um)
Número de processos da Fiscalização abertos em 2009	0 (zero)

Número de processos da Fiscalização encerrados e arquivados em 2009	0 (zero)
Número de servidores que acumulam o trabalho da Fiscalização com outras atividades do Cadastro Rural em 2010.	1 (um)
Número de servidores que atuam só na Fiscalização em 2010.	0 (zero)
Número de processos de fiscalização não encerrados para 2010.	2 (dois)

A fiscalização cadastral na SR-22 inexistiu por absoluta falta de pessoal. Em 2010 tivemos uma fase do ano (julho a setembro) em que o Cadastro funcionou apenas com um servidor e um estagiário com função específica de digitar. Foram expedidos dois memorandos (65/10 e 142/10) solicitando providências, no entanto a situação perdurou.

Mal conseguimos dar conta de processos de atualização cadastral. Portanto, é impossível cumprir qualquer cronograma. A perdurar essa situação em 2011 também não avançaremos nada em termos de fiscalização dos imóveis enquadrados na Portaria P/12 de 2006.

Ou a Autarquia providencia mais servidores para o Serviço de Cadastro ou não cumprimos nosso papel institucional. Aposentaram-se três servidores no Cadastro (em junho) e a força de trabalho não foi repostada. Uma servidora entrou de licença, por estar em estado de gravidez de risco, desfalcando o setor até setembro. Assim sendo, a Chefia de Divisão de Ordenamento diz que nada tem a relatar quanto ao cronograma de fiscalização dos imóveis enquadrados na P/12.

21. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

Reiteramos as dificuldades expostas no item 17 do presente relatório. Além disso, apresentamos como ações de mitigação:

- a) Quanto às metas estabelecidas em relação às áreas de obtenção, cartografia, custeio e crédito instalação, é necessária, no mínimo, a manutenção dos valores orçamentários e financeiros do exercício 2010, sem cortes, para o exercício de 2011;
- b) Quanto às ações de infra-estrutura, é necessária a ampliação de recursos especialmente para fornecimento de água potável e saneamento rural, com vistas ao consumo humano – saúde e proteção ambiental, bem como a complementação de obras para mitigar os efeitos da calamidade pública de enxurradas e enchentes de junho de 2010 e prevenir novos danos;
- c) A efetivação de concurso público para o INCRA onde as demandas funcionais da SR-22/AL possam ser atendidas;
- d) Ampliação dos recursos de custeio para contratação de pessoal temporário especializado;
- e) Ampliação dos valores orçamentários e financeiros para custeio de diárias e suprimento de fundos;
- f) Disponibilização orçamentária específica para aquisição de equipamentos e de uma Sede única;
- g) Ampliação de créditos e recursos para o Programa Terra Sol para fomentar a infraestrutura produtiva e projetos de desenvolvimento sustentáveis.

ANEXOS

Tabela I – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	OBJETIVO
Matas do Gajuru	São Miguel dos Campos	410,4873	AQUISIÇÃO
Campo verde	Branquinha	130,6974	AQUISIÇÃO
São Félix	Major Isidoro	502,6691	AQUISIÇÃO
Lagoa do Junço	Igaci	434,6810	AQUISIÇÃO
Novo Horizonte	Joaquim Gomes	265,7261	AQUISIÇÃO
Vera Cruz	Craíbas	280,4426	AQUISIÇÃO
Sítio Dallas	Maragogi	155,0046	AQUISIÇÃO
Barão de Traipu I e II	Craíbas	650,0000	AQUISIÇÃO
Sítio do Meio	Atalaia	260,6241	AQUISIÇÃO
Santa Quitéria	Paripueira	350,0000	AQUISIÇÃO
Padre cícero e anexos	Joaquim Gomes	480,0000	AQUISIÇÃO
Sussuarana	Girau do Ponciano	217,5750	AQUISIÇÃO
Ribeira	Girau do Ponciano	33,0579	AQUISIÇÃO
Flor do Bosque	Messias	440,1800	AQUISIÇÃO
Las Vegas	Canapi	121,0300	AQUISIÇÃO
Bela Vista	Canapi	158,0000	AQUISIÇÃO
Lagoa dos Patos	Piranhas	1091,8527	AQUISIÇÃO
São Sebastião	Atalia	329,3493	AQUISIÇÃO
São Lourenço	São Luis do Quitunde	765,4898	AQUISIÇÃO
Fazenda Nova	Craíbas	446,9600	AQUISIÇÃO
Lagoa da pia	Delmiro Gouveia	606,0000	AQUISIÇÃO
Engenho São Francisco	Jacuípe	700,0000	DESAPROPRIAÇÃO
Engenho Bom Destino	São Miguel dos Milagres	350,0000	DESAPROPRIAÇÃO
TOTAL		9179,8269	

Tabela II – Assentamentos com LIO em vigor

PA / IMÓVEL	MUNICÍPIO	DATA DE EMISSÃO	DATA FINAL DE VIGÊNCIA
Ouricuri	Atalaia	6/2/2009	7/8/2013
Ouricuri II	Atalaia	6/2/2009	7/8/2013
Jubileu 2000	São Miguel dos Milagres	28/9/2009	7/8/2013
Belo Horizonte	Novo Lino	6/2/2009	7/8/2013
Costa	Olho D'Água do Casado	28/9/2009	7/8/2013
Olho D'Água	Olho D'Água do Casado	28/9/2009	7/8/2013
São Pedro	Maragogi	6/2/2009	7/8/2013
Samba	Maragogi	6/2/2009	7/8/2013
Santa Maria	Cacimbinhas	6/2/2009	7/8/2013
Junco	Maragogi	28/9/2009	7/8/2013
Itabaiana	Maragogi	28/9/2009	7/8/2013
Lemos	Maragogi	28/9/2009	7/8/2013
Massangana	Maragogi	28/9/2009	7/8/2013
Riachão	Traipu	2/9/2010	15/1/2013
Padre Cícero	Traipu	2/9/2010	15/1/2013
Nova Paz	Girau do Ponciano	9/9/2010	15/1/2013
Sete Coqueiros	Girau do Ponciano	9/9/2010	15/1/2013
Roseli Nunes	Girau do Ponciano	9/9/2010	15/1/2013
Santa Maria II/ Quilombo dos Palmares	União dos Palmares	16/1/2009	15/1/2013
Limão/Santa Maria Madalena	União dos Palmares	16/1/2009	15/1/2013
Camaçari	Joaquim Gomes	9/9/2010	15/1/2013
São Frutuoso	São Luis do Quitunde	9/9/2010	15/1/2013
João Pedro Teixeira/Parariz	Feixeiras	9/9/2010	15/1/2013
Amor/Amor ou Piedade	São Luis do Quitunde	9/9/2010	15/1/2013
Sebastião Gomes	São Luis do Quitunde	9/9/2010	15/1/2013
Poço de Antas	São Luis do Quitunde	9/9/2010	15/1/2013
Feixeiras	São Luis do Quitunde	9/9/2010	15/1/2013

Caldeirões	Fleixeiras		9/9/2010	15/1/2013
Brioso/Cabocó	São Luis do Quitunde		9/9/2010	15/1/2013
Bom Conselho	São Luis do Quitunde		9/9/2010	15/1/2013
Guanabara	São Luis do Quitunde		9/9/2010	15/1/2013
Santa Luzia	São Luis do Quitunde		9/9/2010	15/1/2013
Catucá	São Luis do Quitunde		9/9/2010	15/1/2013
Duas Barras I	São Luis do Quitunde		9/9/2010	15/1/2013
São João do Bom Conselho I	São Luis do Quitunde		9/9/2010	15/1/2013
São João do Bom Conselho II	São Luis do Quitunde		9/9/2010	15/1/2013
Silvio Viana	São Luis do Quitunde		9/9/2010	15/1/2013
Oziel Alves/Aquidaban	Maragogi		2/9/2010	15/1/2013
Espírito Santo	Maragogi		2/9/2010	15/1/2013
Caramuru/Margarida Alves II	Maragogi		2/9/2010	15/1/2013
Serra Preta	União dos Palmares		2/9/2010	15/1/2013
ESPIRITO SANTO (Joaquim Gomes)	Joaquim Gomes		18/8/2009	15/1/2013
PAULO FREIRE	União dos Palmares		18/8/2009	15/1/2013
CHICO MENDES	União dos Palmares		18/8/2009	15/1/2013
PADRE EMILIO APRIL	União dos Palmares		9/9/2010	15/1/2013
CAVACO	União dos Palmares		9/9/2010	15/1/2013
PINDOBA II	União dos Palmares		9/9/2010	15/1/2013
BOM JESUS	Maragogi		2/9/2010	15/1/2013
COSTA DOURADA	Maragogi		2/9/2010	15/1/2013
PAU AMARELO	Maragogi		2/9/2010	15/1/2013
ÁGUA FRIA	Maragogi		2/9/2010	15/1/2013
MANGEBURA	Maragogi		2/9/2010	15/1/2013
MELOS	Maragogi		2/9/2010	15/1/2013
JAVARI	Maragogi		2/9/2010	15/1/2013
NOVA JERUSALÉM	Maragogi		2/9/2010	15/1/2013
DUAS BARRAS II	Fleixeiras		18/8/2009	15/1/2013
PEDRA CRISTALINA	Maceió		18/8/2009	15/1/2013
LAGOA AZUL	São Luis do Quitunde		18/8/2009	15/1/2013
SÃO JOSÉ DOS MILAGRES/SÃO JOSÉ DO	Fleixeiras		18/8/2009	15/1/2013

CAPRICHIO				
AMOLAR I		Fl Teixeiras	18/8/2009	15/1/2013
AMOLAR II		Fl Teixeiras	18/8/2009	15/1/2013
FIDEL CASTRO		Joaquim Gomes	18/8/2009	15/1/2013
PEDRA TALHADA		Joaquim Gomes	18/8/2009	15/1/2013
RIACHÃO		São Luis do Quitunde	18/8/2009	15/1/2013
ELDORADO DOS CARAJÁS		Branquinha	9/9/2010	15/1/2013
FLOR DO MUNDAÚ		Branquinha	9/9/2010	15/1/2013
NOVA ESPERANÇA		Branquinha	9/9/2010	15/1/2013
SANTO ANTONIO DA BOA VISTA		Branquinha	9/9/2010	15/1/2013
ZUMBI DOS PALMARES		Branquinha	9/9/2010	15/1/2013
SÃO PEDRO II		Atalaia	9/9/2010	15/1/2013
BOA FÉ		Atalaia	9/9/2010	15/1/2013
FLOR DO BOSQUE		Messias	18/8/2009	15/1/2013
NOVA ESPERANÇA II		Olho D'Água do Casado	9/9/2010	15/1/2013
PARANÁ		Girau do Ponciano	9/9/2010	15/1/2013
RENDEIRA		Girau do Ponciano	9/9/2010	15/1/2013
SANTA ISABEL		Girau do Ponciano	9/9/2010	15/1/2013
SANTA LUZIA DO RIACHÃO		São Luis do Quitunde	9/9/2010	15/1/2013
PRIMAVERA		Maceió	17/9/2009	15/1/2013
SÍTIO NOVO		Traipu	16/1/2009	15/1/2013
MARCAÇÃO		Traipu	16/1/2009	15/1/2013
SAMAMBAIA		Piranhas	9/9/2010	15/1/2013
LAGOA DAS PEDRAS		Piranhas	9/9/2010	15/1/2013
SÃO LUIS		Atalaia	18/8/2009	15/1/2013
PARAÍSO		Água Branca	9/9/2010	15/1/2013
COBRA		Água Branca	9/9/2010	15/1/2013
TODOS OS SANTOS/CHUEPETE		Água Branca	9/9/2010	15/1/2013
BRASILEIRO		Atalaia	9/9/2010	15/1/2013
IPÊ AMARELO		Atalaia	9/9/2010	15/1/2013
VARESE		Atalaia	9/9/2010	15/1/2013
VIDA PARA CRISTO/PROVISÃO		Maceió	28/9/2009	15/1/2013

CANAFÍSTULA	Jacuipe	9/9/2010	15/1/2013
FLORESTAN FERNANDES	Matriz de Camaragibe	9/9/2010	15/1/2013
PARAÍSO AGRÍCOLA	Matriz de Camaragibe	9/9/2010	15/1/2013
SANTA CRUZ DO RIACHÃO	Matriz de Camaragibe	9/9/2010	15/1/2013
DELMIRO GOUVEIA	Inhapi	18/8/2009	15/1/2013
LAGOA DA CACHOEIRA	Piranhas	28/9/2009	15/1/2013
DOIS IRMÃOS	Piranhas	9/9/2010	15/1/2013
BOA VISTA II	Porto de Pedras	9/9/2010	15/1/2013
IRMÃ DOROTY	Porto de Pedras	9/9/2010	15/1/2013
PADRE ALEXANDER CAUCHI	Porto de Pedras	9/9/2010	15/1/2013
CONCEIÇÃO	Porto Calvo	2/9/2010	15/1/2013
MACIAPE	Porto Calvo	2/9/2010	15/1/2013
BOA VISTA I	Jacuipe	2/9/2010	15/1/2013
JAPÃO I	Pão de Açúcar	9/9/2010	15/1/2013
NOVO GOSTO	Pão de Açúcar	9/9/2010	15/1/2013
RIACHO GRANDE	Pão de Açúcar	9/9/2010	15/1/2013
JUSSARA E LARANJEIRAS	Ibateguara	18/8/2009	15/1/2013
PACAS	Murici	9/9/2010	15/1/2013
DOM HÉLDER	Murici	9/9/2010	15/1/2013
COBRAS/VITORIA DA CONQUISTA	Fleixiras	18/8/2009	15/1/2013
PULGAS/NOVA CONQUISTA	Fleixiras	18/8/2009	15/1/2013
BOA UNIÃO	Porto Calvo	9/9/2010	15/1/2013
GRUTA D'ÁGUA	Colônia de Leopoldina	18/8/2009	15/1/2013
MANIVAS ROMUALDO	Quebrangulo	18/8/2009	15/1/2013
CABECEIRA DE PACAVIRA	Quebrangulo	9/9/2010	15/1/2013
MERENCIO	Chã Preta	9/9/2010	15/1/2013
SANTA FÉ	Chã Preta	9/9/2010	15/1/2013
DOURADA	Viçosa	9/9/2010	15/1/2013
LOANGO	Cajueiro	28/9/2009	15/1/2013
25 DE MARÇO	Anadia	9/9/2010	15/1/2013
BEZERROS	Delmiro Gouveia	9/9/2010	15/1/2013
GENIVALDO MOURA	Delmiro Gouveia	9/9/2010	15/1/2013

BOM JESUS/TALHADO	Delmiro Gouveia	9/9/2010	15/1/2013
JUREMA	Delmiro Gouveia	9/9/2010	15/1/2013
LAMEIRÃO	Delmiro Gouveia	9/9/2010	15/1/2013
PEBA	Delmiro Gouveia	9/9/2010	15/1/2013
XINGOZINHO	Delmiro Gouveia	9/9/2010	15/1/2013
MALHADA VERMELHA	Água Branca	9/9/2010	15/1/2013
SALGADINHO	Inhapi	18/8/2009	15/1/2013
VALE DO SURUBIM	Mata Grande	9/9/2010	15/1/2013
SERROTE AROEIRAS	Jacaré dos Homens	9/9/2010	15/1/2013
CHE GUEVARA	Traipu	8/2/2010	15/1/2013
JAPÃO II	Girau do Ponciano	9/9/2010	15/1/2013
GENIVALDO MOURA II	Craíbas	14/9/2009	15/1/2013
ALGODÃO	Palmeira dos Índios	9/9/2010	15/1/2013
NOVO HORIZONTE/PONTE DAS DIAS	Penedo	9/9/2010	15/1/2013

Fonte: Setorial de Meio Ambiente.

Tabela III – Obtenção de Terras – Decisões e acordos judiciais

SR/UF	Município	Imóvel	(R\$) TDAs	(R\$) Benf	(R\$) Sobre TDAs	(R\$) Total	Origem
SR-22/AL	FLEXEIRAS	AMOLAR, SÃO JOSÉ DO CAPRICHIO	1.445.850,00	-	64,04	1.445.914,04	ACORDO
SR-22/AL	MARIMBONDO	CAMARÃO	112.265,14	-	32,33	112.297,47	COMPLEMENTAÇÃO
SR-22/AL	FLEXEIRAS	DUAS BARRAS E OUTRAS	7.264.409,40	-	29,71	7.264.439,11	ACORDO
SR-22/AL	JOAQUIM GOMES	FAZENDA ESPÍRITO SANTO	543.180,60	41.341,82	73,51	584.595,93	ACORDO
SR-22/AL	JOAQUIM GOMES	FAZENDAS PIMENTAS, PEDRA TALHADA	6.247.999,80	-	14,31	6.248.014,11	ACORDO
SR-22/AL	FLEXEIRAS	FLEXEIRAS, PARARIZ E OUTRAS	18.263.242,80	-	92,85	18.263.335,65	ACORDO
SR-22/AL	Matriz de Camaragibe	MACAPÁ	49.366,88	1.166,20	50,75	50.583,83	JUDICIAL
SR-22/AL	ÁGUA BRANCA	PAU DE ARARA	283.008,42	1.737,67	95,38	284.841,47	ACORDO
SR-22/AL	ATALAIA	SÃO MACÁRIO	222.242,72	-	23,11	222.265,83	ACORDO
SR-22/AL	JAPARATINGA	TAUÁ	217.393,80	6.365,33	64,04	223.823,17	ACORDO
			34.648.959,56	50.611,02	540,03	34.700.110,61	

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras.

Tabela IV – Execução da ação 8396 em 2010

Nº PROCESSO	PA	MUNICÍPIO	EMPRESA	TIPO DE OBRA					
				Estrada implantada		Estrada Recuperada		Outras obras	
				Km	Família	Km	Família	Unidade	Família
54360.001349/2010-89	Serrana	U. dos Palmares	Mult Construtora					3 pontes	180
	Cavaco	U. dos Palmares						1 ponte	187
	Limão	U. dos Palmares						2 pontes	80
54360.001351/2010-58	serrana	U. dos Palmares	Mult Construtora			22	190		
	serra preta	U. dos Palmares				20	187		
	Chico Mendes	U. dos Palmares				7	80		
	limão	U. dos Palmares				12	80		
	cavaco	U. dos Palmares				20	180		
	gordo	U. dos Palmares				4,5	36		
54360.001525/2010-82	Loango	Cajueiro	Delphos Engenharia Ltda.			12	80		
	Milton Santos	Atalaia				6	30		
	Ouricuri	Atalaia				8	60		
	Miranda	Atalaia				4	30		
	São Luis	Atalaia				4,5	140		
	Quinta da Serra	Viçosa				12	140	3 pontes	140
	Milton Santos	Atalaia						2 pontes	30
	São Pedro	Atalaia				12	40	1 ponte	40
	Santa Maria	U. dos Palmares				7	140		
54360.001524/2010-38	Flor do Mundaú	Branquinha	Dias Correia Ltda.	18	150				
	Zumbi dos Palmares	Branquinha		10	150				
	manavas Romualdo	Quebrangulo		8,5	80				
54360.001352/2010-01	Brasileira	Atalaia	CML Const. Moreira Lima	18	300				
	Boa Fé	Atalaia						15.000 m² *	

* Pavimentação

Fonte: Setorial de Infraestrutura.

Tabela V – Execução da ação 4320 em 2010

Nº	PA	Conveniente	Famílias Atendidas	Tipo de Serviço realizado	Ano de publicação do convênio no DOU	Mês do fim cronograma de execução ou entrega do relatório técnico de conclusão
1	Pindoba II	Instituto Naturagro	127	Consolidação da Comercialização da Fábrica de Polpas de Frutas do Projeto de Assentamento Pindoba II	2008	Março de 2010
2	Serra Preta	Instituto Naturagro	116	Instalação e Implementação de Fábrica de Beneficiamento de Amendoim	2008	
3	Cavaco	Instituto Naturagro	143	Instalação e Implementação de Casa do Licor	2008	
4	Paraná	Instituto Naturagro	181	Instalação e Implementação de Fábrica de Fubá de Milho	2008	
5	Água Fria	Cooperativa Agrícola de Assistência Técnica e Serviços - COOATES	4	Realização de Feiras Territoriais da Agricultura Familiar	2008	Março de 2010
6	Boa Vista		6			Março de 2010
7	Boa Vista II		4			Março de 2010
8	Bom Jesus		6			Março de 2010
9	Canafistula		2			Março de 2010
10	Conceição		5			Março de 2010
11	Costa Dourada		2			Março de 2010
12	Espírito Santo		2			Março de 2010
13	Florestan Fernandes		2			Março de 2010
14	Itabaiana		3			Março de 2010
15	Javari		4			Março de 2010
16	Junco		2			Março de 2010
17	Jubileu 2000		2			Março de 2010
18	Lemos		2			Março de 2010
19	Maciape		2			Março de 2010
20	Mangebura		4			Março de 2010
21	Massangana		5			Março de 2010
22	Melos		3			Março de 2010
23	Pau Amarelo		3			Março de 2010
24	Riachão		2			Março de 2010
25	Samba		6			Março de 2010
26	Santa C. do Riachão		4			Março de 2010
27	Santa Luzia		2			Março de 2010
28	São Frutuoso		2			Março de 2010
29	São Pedro		2			Março de 2010
30	Silvio Viana		2			Março de 2010

31	Santa Isabel	Instituto Naturagro	349	Instalação e Implementação de Fábrica de Farinha de Mandioca	2009	
TOTAL			999			

Fonte: Equipe do Programa Terra Sol.

Tabela VI – Famílias beneficiadas com crédito instalação em 2010

MODALIDADE DE CRÉDITO	PA	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	VALOR EMPENHADO
Apoio inicial	OURICURI III	ATALAIA	12	R\$ 38.400,00
Aquis. de mat. de construção	OURICURI III	ATALAIA	12	R\$ 180.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	ELDORADO DOS CARAJÁS	BRANQUINHA	110	R\$ 330.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	FLOR DO MUNDAÚ	BRANQUINHA	91	R\$ 273.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	BOM JESUS	MARAGOGI	100	R\$ 300.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	VALE DO SURUBIM	MATA GRANDE	30	R\$ 90.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	VARESE	ATALAIA	29	R\$ 87.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	SANTO ANTONIO DA BOA VISTA	BRANQUINHA	83	R\$ 249.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	SANTA CRUZ DO RIACHÃO	PORTO CALVO	96	R\$ 288.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	ZUMBI DOS PALMARES	BRANQUINHA	90	R\$ 270.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	ÁGUA FRIA	MARAGOGI	38	R\$ 114.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	MACIAPE	PORTO CALVO	112	R\$ 336.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	PAULO FREIRE / SERRANA	UNIÃO DOS PALMARES	40	R\$ 200.000,00
Apoio inicial	NAVIO	ÁGUA BRANCA	50	R\$ 160.000,00
Aquis. de mat. de construção	NAVIO	ÁGUA BRANCA	50	R\$ 750.000,00
Adicional do semi-árido	NAVIO	ÁGUA BRANCA	50	R\$ 100.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	SAMAMBAIA	PIRANHAS	40	R\$ 120.000,00
Aquis. de mat. de construção	XINGOZINHO	DELMIRO GOUVEIA	30	R\$ 90.000,00

(recup.)					
Aquis. de mat. de construção (recup.)	BUENOS AIRES / SANTA RITA	MARAGOGI	161	R\$	483.000,00
Aquis. de mat. de construção	BELO HORIZONTE / ONÇA	NOVO LINO	200	R\$	1.646.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	LAGOA DAS PEDRAS	PIRANHAS	33	R\$	99.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	BEZERROS	DELMIRO GOUVEIA	80	R\$	240.000,00
Aquis. de mat. de construção	AREIAS	PORTO DE PEDRAS	43	R\$	344.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	PAULO FREIRE / SERRANA	UNIÃO DOS PALMARES	96	R\$	288.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	PA PRIMAVERA	MACEIÓ	60	R\$	180.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	PINDOBA II	UNIÃO DOS PALMARES	39	R\$	117.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	SANTA LUZIA DO RIACHÃO	SÃO LUIZ DO QUITUNDE	79	R\$	474.000,00
Aquis. de mat. de construção	CONCEIÇÃO	PORTO CALVO	132	R\$	396.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	DOM HELDER CÂMARA	GIRAU DO PONCIANO	92	R\$	276.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	DOM HELDER CÂMARA	GIRAU DO PONCIANO	90	R\$	270.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	DOM HELDER CÂMARA	GIRAU DO PONCIANO	90	R\$	270.000,00
Aquis. de mat. de construção	SANTA FÉ	BELO MONTE	22	R\$	110.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	JAVARI	MARAGOGI	52	R\$	156.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	NOVA JERUSALÉM	MARAGOGI	60	R\$	480.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	ITABAIANA	MARAGOGI	69	R\$	207.000,00
Aquis. de mat. de construção (recup.)	DOM HELDER CÂMARA	GIRAU DO PONCIANO	51	R\$	153.000,00
Aquis. de mat. de construção	SEBASTIÃO GOMES	SÃO LUIZ DO QUITUNDE	132	R\$	660.000,00
Aquis. de mat. de construção	SÃO FRUTUOSO	SÃO LUIZ DO QUITUNDE	156	R\$	468.000,00

(recup.)						
Aquis. de mat. de construção (recup.)	MANIVAS ROMUALDO	QUEBRANGULO	48	R\$	144.000,00	
Aquis. de mat. de construção (recup.)	NOVA ESPERANÇA II	OLHO D'ÁGUA DO CASADO	95	R\$	285.000,00	
Aquis. de mat. de construção (recup.)	NOVA ESPERANÇA II	OLHO D'ÁGUA DO CASADO	10	R\$	30.000,00	
Aquis. de mat. de construção (recup.)	ALGODÃO	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	33	R\$	99.000,00	
Aquis. de mat. de construção (recup.)	SERRA PRETA	UNIÃO DOS PALMARES	114	R\$	684.000,00	
Aquis. de mat. de construção (recup.)	PARANÁ	GIRAU DO PONCIANO	122	R\$	732.000,00	
Apoio inicial	SAMBA	MARAGOGI	17	R\$	54.400,00	
Apoio inicial	SANTA CRUZ DO RIACHÃO	MATRIZ DO CAMARABIBE	5	R\$	16.000,00	
Aquis. de mat. de construção (recup.)	FLOR DO MUNDAÚ	BRANQUINHA	91	R\$	159.250,00	
Aquis. de mat. de construção	PINDOBA III	UNIÃO DOS PALMARES	156	R\$	67.000,00	
Apoio inicial	PRIMAVERA	MACEIÓ	3	R\$	9.600,00	
Aquis. de mat. de construção (recup.)	PRIMAVERA	MACEIÓ	3	R\$	45.000,00	
Aquis. de mat. de construção (recup.)	PAULO FREIRE / SERRANA	UNIÃO DOS PALMARES	40	R\$	120.000,00	
Aquis. de mat. de construção (recup.)	SERRA PRETA	UNIÃO DOS PALMARES	114	R\$	114.000,00	
Aquis. de mat. de construção (recup.)	ESPÍRITO SANTO	MARAGOGI	49	R\$	294.000,00	
Aquis. de mat. de construção (recup.)	SÃO PEDRO	MARAGOGI	55	R\$	330.000,00	
Aquis. de mat. de construção (recup.)	COSTA DOURADA	MARAGOGI	60	R\$	360.000,00	

Tabela VII – Servidores capacitados em 2010

SERVIDOR	PERÍODO	CURSO REALIZADO	QUANTIDADE DE HORA/AULA
ARTUR EUGENIO DE ARAUJO SANTOS	01-05/02/10	III Fórum Nacional de Planejamento, Monitoramento e Avaliação	40
	25-29/10/2010	Treinamento Tomada de Contas Especial-TCE	40
	17-19/11/2010	SIAFI Gerencial	24
	4/8/2010	Reunião com o Presidente do MLST	8
CLAUDIA CSEKO NOLASCO DE CARVALHO	15-19/03/2010	Oficina de Capacitação para Asseguradores do Pronera	40
	02-06/08/2010	Capacitação Fiscalização do Componente de Função Social do Imóvel Rural.	40
CLAUDEMIRA SILVA DE OLIVEIRA	15-18/03/2010	V Congresso Brasileiro de Pregoeiros - Cenário de Mudanças: Legislações, regulamentações complementares e inovações tecnológicas.	26
	4/8/2010	Reunião com o Presidente do MLST	8
	19-20/08/2010	Oficina do Pronafer	16
	3/8/2010	Oficina de Convênio	8
SERGIO AUGUSTO CORREIA GOES	24-28/05/2010	Oficina sobre concessão de aposentadoria e pensão com ênfase no sistema SIAPE/SIAPECAD e SISAC	40
	06-09/04/2010	Encontro Nacional de Gestão de Pessoas	32
EDMILSON ANACLETO DOS SANTOS	06-09/04/2010	Encontro Nacional de Gestão de Pessoas	32
	24-28/05/2010	Oficina sobre concessão de aposentadoria e pensão com ênfase no sistema SIAPE/SIAPECAD e SISAC	40
JOSÉ MONTEIRO	10-14/05/2010	Capacitação de técnicos em Implementação de Agroindústria Familiares e Ação.	40
JOSÉ EVERALDO MORAES DE LIMA	10-14/05/2010	Capacitação de técnicos em Implementação de Agroindústria Familiares e Ação.	40
ANDERSON FREDERICO DA SILVA	25-29/10/2010	Treinamento Tomada de Contas Especial-TCE, Curso de Desapropriação-Teoria e Cálculos em Matéria Agrária, Formação para membros de Comissões.	40
	18-22/10/2010	PAD-Formação para Membros de Comissões	27
	05-09/04/2010	Curso de Desapropriação - Teoria e Cálculos em Matérias Agrárias.	40

ALESSANDRO JOSÉ BARROS DOS SANTOS	02/06/08/2010	Capacitação Fiscalização do Componente de Função Social do Imóvel Rural.	40
VIDAL PIRES RAMOS	02/06/08/2011	Capacitação Fiscalização do Componente de Função Social do Imóvel Rural.	40
NEIDER SILVEIRA JATOBÁ	02/06/08/2012	Capacitação Fiscalização do Componente de Função Social do Imóvel Rural.	40
KATIÚCIA MENDES SANTOS	4/8/2010	Reunião com o Presidente do MLST	8
ALESSANDRA MÁRCIA DA COSTA	4/8/2010	Reunião com o Presidente do MLST	8
	3/8/2010	Oficina de Convênio	8
	19-20/08/2010	Oficina do Pronafer	16
ANABELA FERNANDES FAGUNDES	19-20/08/2010	Oficina do Pronafer	16
MICHELINE DE SOUZA FERREIRA	02-06/08/2010	Capacitação Fiscalização do Componente de Função Social do Imóvel Rural.	40
	21-26/02/2010	Seminário Nacional de Manejo de Recursos Naturais	40
SERGIO ROBERTO DE MELO SOUTO	02-06/08/2010	Capacitação Fiscalização do Componente de Função Social do Imóvel Rural.	40
OSVALDO ROLEMBERG LIMA	02-06/08/2010	Capacitação Fiscalização do Componente de Função Social do Imóvel Rural.	40
JOÃO MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO	02-06/08/2010	Capacitação Fiscalização do Componente de Função Social do Imóvel Rural.	40
FERNANDO JOSÉ FALCÃO LACERDA FILHO	02-06/08/2010	Capacitação Fiscalização do Componente de Função Social do Imóvel Rural.	40
FABIO LEITE ARAÚJO	02-06/08/2010	Capacitação Fiscalização do Componente de Função Social do Imóvel Rural.	40
EDUARDO VASCONCELOS DE MEIDEIROS	02-06/08/2010	Capacitação Fiscalização do Componente de Função Social do Imóvel Rural.	40
DJAIR FERREIRA DA SAILVA	02-06/08/2010	Capacitação Fiscalização do Componente de Função Social do Imóvel Rural.	40
DENIS KLEBER DA SILVA	02-06/08/2010	Capacitação Fiscalização do Componente de Função Social do Imóvel Rural.	40
CLILTON CUSTODIO FREIRE	02-06/08/2010	Capacitação Fiscalização do Componente de Função Social do Imóvel Rural.	40
ALEXANDRE LUIS DE BULHÕES ROCHA	02-06/08/2010	Capacitação Fiscalização do Componente de Função Social do Imóvel Rural.	40
Total de horas-aula			1237
Total de servidores Capacitados			25

Total de oportunidades de capacitação	39
--	-----------

Fonte: Setorial de Recursos Humanos.

Tabela VIII – Famílias atendidas pela ATES, por prestadora

EMPRESA CENTRO DE CAPACITAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES			
Projeto de Assentamento	Município	Área(há)	Nº de Família
Amolar I	Flexeiras	69,8708	11
25 de Março/Fazenda de Criação	Anadia	163,4356	18
Bela Vista e Santa Tereza	Atalaia	122,4824	6
Bela Vista I	Atalaia	54,7051	6
Bezerros	Delmiro Gouveia	1.032,9830	70
Bom Jesus/Talhado(Maria Bonita)	Delmiro Gouveia	1.119,7780	80
Boqueirão	Atalaia	39,0944	6
Brasileiro	Atalaia	197,6245	30
Buenos Aires/Sta. Rita	Maragogi	1.651,4010	45
Cabeceira de Pacavira	Quebrângulo	292,9751	50
Caldeirões	Flexeiras	510,0000	50
Canafístula	Jacuípe	386,6110	45
Che Guevara/Ribeira I II/Sto.Ant	Traipú	190,6088	16
Chico Mendes/Bebidas PRONAF A	União dos Palmares	522,6269	PRONAF A
Costa	O. D'Água do Casado	524,2460	34
Dois Irmãos(Sta.Luzia do Assaré)	Piranhas	294,5100	24
Espírito Santo	Joaquim Gomes	232,1472	7
Fidel Castro/Pimentas	Joaquim Gomes	851,0023	90
Genivaldo Moura II/Dom Bosco	Craíbas	246,5600	22
Genivaldo Moura(Maxixe e Piçarra)	Delmiro Gouveia	1.948,7685	90
Ipê Amarelo	Atalaia	191,9927	30
Jacobina I	Belo Monte	184,8505	12
Jacobina II	Belo Monte	211,3552	13
Jacobina III	Belo Monte	207,0964	14
Jacobina IV	Belo Monte	208,2939	14
Jacobina V	Belo Monte	312,1440	17
João Pedro Teixeira/Parariz	Flexeiras	500,0198	40
Jurema	Delmiro Gouveia	985,8252	48
Lago Azul/Nova Reforma	São Luiz do Quitunde	875,9998	67
Lagoa Comprida	Piranhas	475,5000	20
Lagoa da Cachoeira	Piranhas	472,1832	19
Lagoa das Pedras	Piranhas	494,9570	35
Maciape	Porto Calvo	698,6348	112
Marcação	Traipú	1.412,3312	164
Nova Esperança II	Olho D'Água do Casado	1.570,8063	106
Nova Paz	G. Ponciano	318,0300	25
Novo Horizonte/Ponte dos Dias	Penedo	887,3020	65
Olho d'Água(Gastone Beltrão)	Olho D'Água do Casado	1.875,6032	105
Ouricuri II(Jaelson Melquiades)	Atalaia	982,0700	80
Ouricuri III	Atalaia	95,3461	12
Ouricuri(Milton Santos)	Atalaia	301,8317	PRONAF A
Oziel Alves/Aquidabam	Maragogi	1.304,0000	110
Padre Cícero	Traipú	368,7050	45
Paraíso Agrícola	Matriz de Camaragibe	578,5063	60
Paulo Freire/Serrana PRONAF A	União dos Palmares	1.740,6239	PRONAF A
Peba	Delmiro Gouveia	110,0000	9
Pedra Cristalina/Pedra Grande	Maceió	971,5267	65

Primavera	Paripueira	520,7300	60
Rendeira	Girau do Ponciano	4.493,2419	283
Riachão	Traipú	534,5197	46
Riacho Grande/Quixaba	Pão de Açúcar	283,4463	15
Roseli Nunes	G. Ponciano	444,5200	35
Salgadinho	Inhapi	424,3377	24
Samambaia	Piranhas	576,6400	40
Santa Maria II/Quilo.dos Palmares	União dos Palmares	2.525,0714	106
São Frutuoso	Matriz de Camaragibe	965,9413	162
São José dos Milagres/S.José do Capricho	São Luiz do Quitunde	314,9133	40
São Luiz	Atalaia	1.232,0619	20
São Pedro II(José Elenilson)	Atalaia	393,7690	34
Sete Coqueiros	G. Ponciano	65,7460	8
Sítio Novo	Traipú	566,2460	63
Varese	Atalaia	212,1435	30
Xingozinho(José Elenilson)	Delmiro Gouveia	495,4550	30
TOTAL		42.835,7485	2983
EMPRESA INSTITUTO NATURAGRO			
Projeto de Assentamento	Município	Área(há)	Nº de Família
Belo Horizonte/Onça	Novo Lino	1.841,4882	260
Boa União(Irmã Doroty Stang)	Porto Calvo	435,8675	80
Buenos Aires/Sta. Rita	Maragogi	1.651,4010	162
Loango	Cajueiro	756,6087	79
Merêncio	Chã Preta	72,8264	16
Sonho Meu/PostoAgropecuário	Passo de Camaragibe	58,5200	8
Boa Fé	Atalaia	556,8775	104
Cavaco	U. dos Palmares	616,6251	142
Japão II	G. Ponciano	545,0000	46
Pacas	Murici	715,5000	85
Paraná	Girau do Ponciano	1.413,6502	172
Pau Amarelo	Maragogi	465,9505	60
Pindoba II	U. dos Palmares	543,8176	141
Santa Isabel	Girau do Ponciano	304,4873	50
São Luiz	Atalaia	1.232,0619	102
Serra Preta	U. dos Palmares	713,9094	116
Vale do Surubim	Mata Grande	614,0585	25
Amor/Amor ou Piedade	São Luiz do Quitunde	735,9747	86
Bom Conselho	São Luiz Quitunde	516,4412	59
Catucá	São Luiz do Quitunde	524,6548	60
Duas Barras I	Flexeiras	677,8955	60
Duas Barras II	São Luiz do Quitunde	171,0056	23
Flexeiras	Flexeiras	413,9487	43
Guanabara	São Luiz do Quitunde	283,0371	29
Santa Luzia	São Luiz do Quitunde	268,0000	30
Santa Luzia do Riachão	São Luiz do Quitunde	617,3791	79
São João do Bom Conselho I	São Luiz do Quitunde	47,7843	6
São João do Bom Conselho II	São Luiz do Quitunde	60,9763	8
Reserva Extrat Jequiá da Praia	Jequiá da Praia	10.203,9000	1000
Quinta da Serra	Viçosa	424,3700	87
Silvio Viana PRONAF A	São Luiz do Quitunde	851,3840	62
TOTAL		28.335,4011	3280

EMPRESA COOPERATIVA COOATES			
Projeto de Assentamento	Município	Área(há)	Nº de Família
Água Fria	Maragogi	506,2741	42
Boa Vista	Jacuípe	1.391,3470	177
Bom Jesus	Maragogi	690,6980	105
Buenos Aires/Sta. Rita	Maragogi	1.651,4010	39
Chico Mendes/Bebidas PRONAF A	U. Palmares	522,6269	PRONAF A
Costa Dourada	Maragogi	560,8151	59
Itabaiana	Maragogi	571,2263	73
Javari	Maragogi	546,4079	55
Junco	Maragogi	293,0906	48
Jussara/Laranjeiras	Ibateguara	1.182,2170	30
Lemos	Maragogi	408,1610	47
Mangebura	Maragogi	1.251,7490	120
Massangana	Maragogi	958,0200	128
Melos	Maragogi	788,6980	90
Nova Jerusalém/Fazenda Sta.Luzia	Maragogi	467,7053	59
Paulo Freire/Serrana	União Palmares	1.740,6239	85
Samba	Maragogi	1.088,9912	138
Santa Cruz do Riachão	M.Camaragibe	996,9624	101
TOTAL		15.617,0147	1396
EMPRESA PASTORAL DA TERRA DE ALAGOAS-CPT			
Projeto de Assentamento	Município	Área(há)	Nº de Família
Alexsander Cauchi/Areias	Porto de Pedras	460,2253	43
Caramuru(Margarida Alves II)	Maragogi	453,2559	48
Cobra	Água Branca	476,8790	23
Flor do Bosque	Messias	350,8000	35
Irmã Doroty Stang/Lucena	Porto de Pedras	393,2284	40
Limão(Santa Maria Madalena)	União Palmares	673,2100	65
Todos os Santos/Chupete	Água Branca	1.707,9753	107
Delmiro Gouveia	Inhapi	985,8252	48
Dom Helder Câmara	Murici	324,4758	48
Jubileu 2000	São Miguel dos Milagres	464,8912	42
Triunfo	São Miguel dos Milagres	262,6298	30
Cobra II	Água Branca	195,2145	14
Santa Fé II	Belo Monte	169,9468	22
Paraíso	Água Branca	191,9425	31
TOTAL		7.232,0757	634
EMPRESA MOVIMENTO MINHA TERRA-MMT			
Projeto de Assentamento	Município	Área(há)	Nº de Família
Algodão	Palmeira dos Índios	77,4444	33
Espírito Santo	Maragogi	417,1227	48
Santa Maria	Cacimbinhas	1.460,8776	100
São Pedro	Maragogi	458,1259	55
TOTAL		2.413,5706	236

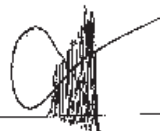
EMPRESA CEAPA			
Projeto de Assentamento	Município	Área(há)	Nº de Família
Cobras/Vitória da Conquista	Flexeiras	267,0000	17
Conceição	Porto Calvo	1.654,7792	213
Dourada	Viçosa	821,9577	223
Eldorado dos Carajás	Branquinha	746,4368	143
Flor do Mundaú	Branquinha	567,1501	100
Gruta D'Água	Colônia Leopoldina	114,0000	25
Lameirão	Delmiro Gouveia	1.633,0000	38
Malhada Vermelha	Água Branca	102,1390	20
Manivas Romualdo	Quebrângulo	329,7391	67
Nova Esperança	Branquinha	635,3601	100
Pulgas/ Nova Conquista	Flexeiras	134,2000	18
Santa Fé	Chã Preta	541,7823	75
Santo Antônio da Boa Vista	Branquinha	464,5350	87
Zumbi dos Palmares	Branquinha	891,5313	123
TOTAL		8.903,6106	1249

Declaração I - Da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no SIASG e no SICONV.

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de prestação de contas anual, que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Maceió-AL, 23 de fevereiro de 2011.



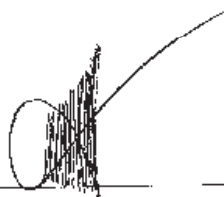
Pedro Feliciano Cordeiro
Responsável pelo Setor de Contabilidade / SR-22

Obs.: Temos a declarar que os Contratos de Repasse, Termos de Parceria e Convênios ainda não migraram para o sistema "SICONV" e na área de Contabilidade não tem servidor treinado e capacitado na referida modalidade.

Declaração II - Do contador responsável atestando que os demonstrativos contábeis refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial

DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL			
Denominação completa (UJ)			Código da UJ
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			37.30.51
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siasi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Maceió-AL	Data	23/02/2011
Responsável pelo Setor de Contabilidade	Pedro Feliciano Cordeiro	CRC nº	RO-000274/0-9



Pedro Feliciano Cordeiro
Responsável pelo Setor de Contabilidade / SR-22

Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS		EXERCICIO	MES
			2010	DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	373051/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-IN CRA/SR-22		EMISSAO	PAGINA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		28/03/2011	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
RECEITAS CORRENTES	198.332,81	95.815,60	DESPESAS CORRENTES	9.814.124,33	8.747.322,30
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	198.332,81	95.815,60	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.757,55	0,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	22.651.445,46	25.053.387,66	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.751.351,18	8.700.874,97
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	21.851.445,46	18.964.887,66	OUTRAS DESPESAS	9.751.351,18	8.700.874,97
SUB-REPASSE RECEBIDO	21.851.445,46	18.905.503,16	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	60.015,60	46.447,33
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	21.851.445,46	18.905.503,16	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	60.015,60	46.447,33
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	59.384,50	DESPESAS DE CAPITAL	46.326.982,16	61.524.992,65
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	800.000,00	6.088.500,00	INVESTIMENTOS	23.523.195,50	3.855.249,40
ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	800.000,00	6.077.000,00	INVERSOES FINANCEIRAS	22.803.786,66	57.669.743,25
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	800.000,00	6.077.000,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.187.632,81	13.730.961,41
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	0,00	11.500,00	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.187.632,81	13.730.961,41
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	198.855.458,61	156.454.224,86	ORDEN DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	989.300,00	13.623.645,81
VALORES EM CIRCULACAO	59.274.397,25	37.552.974,13	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	989.300,00	13.623.645,81
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	59.274.397,25	37.552.974,13	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	198.332,81	107.315,60
DEPOSITOS	169.347,19	131.695,20	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	164.376.497,58	97.600.151,76
CONSIGNACOES	41,33	41,33	VALORES EM CIRCULACAO	69.345.758,79	59.274.397,25
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	169.305,86	131.653,87	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	69.345.758,79	59.274.397,25
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	71.382.363,15	60.094.423,41	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	59.384,50
FORNECEDORES	349.695,00	516,16	VALORES DIFERIDOS	0,00	59.384,50
DO EXERCICIO	4.942,66	516,14	DEPOSITOS	131.695,20	131.641,34
DE EXERCICIOS ANTERIORES	344.752,34	0,02	CONSIGNACOES	41,33	41,33
RESTOS A PAGAR	70.987.850,00	59.607.652,70	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	131.653,87	131.600,01
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	69.535.954,57	59.428.711,72	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	59.915.482,43	38.134.728,67
CANCELADO	1.451.895,43	178.940,98	FORNECEDORES	516,16	90,02
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	0,00	460.000,00	DE EXERCICIOS ANTERIORES	516,16	90,02
EM CONTRATOS	0,00	460.000,00	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	59.428.711,72	36.873.738,92
VALORES EM TRANSITO	44.818,15	26.254,55	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	460.000,00	1.227.000,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	68.029.351,02	58.675.132,12	EM CONTRATOS	460.000,00	1.227.000,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	68.029.351,02	58.675.132,12	VALORES EM TRANSITO	26.254,55	33.899,73
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	68.029.351,02	58.675.132,12	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	34.983.561,16	0,00
			BAIXA DE DIREITOS	34.983.473,16	0,00
			CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	34.983.473,16	0,00
			AJUSTES DE OBRIGACOES	88,00	0,00
			AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	88,00	0,00
INGRESSOS	221.705.236,88	181.603.428,12	DISPENDIOS	221.705.236,88	181.603.428,12



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS			EXERCÍCIO	MES
				2010	DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	373051/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-INCRA/SR-22			EMISSÃO	PÁGINA
				28/03/2011	1
ORÇAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO				

ATIVO		PASSIVO		
TÍTULOS	2010	2009	TÍTULOS	2010
ATIVO FINANCEIRO	69.345.758,79	59.274.397,25	PASSIVO FINANCEIRO	70.099.814,91
CREDITOS EM CIRCULACAO	69.345.758,79	59.274.397,25	DEPOSITOS	169.347,19
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	1.316.407,77	599.255,13	CONSIGNACOES	41,33
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	68.029.351,02	58.675.132,12	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	169.305,86
ATIVO NAO FINANCEIRO	241.918.102,35	190.323.918,68	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	69.930.467,72
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-9.746.144,57	-27.629.437,74	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	349.695,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	-66.902.537,96	-58.624.005,82	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	4.942,66
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-68.029.351,02	-58.675.132,12	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	344.752,34
DIVERSOS RESPONSABILIS	1.115.964,45	125,64	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	69.535.954,57
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	10.848,61	51.000,66	A LIQUIDAR	69.535.954,57
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	57.156.393,39	30.994.568,08	CREDORES DIVERSOS	0,00
ESTOQUES	36.283,44	46.435,53	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	44.818,15
TITULOS E VALORES	57.120.109,95	30.948.132,55	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-69.535.954,57
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	229.505.071,82	208.324.346,82	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-69.535.954,57
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	229.505.071,82	208.324.346,82	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-69.535.954,57
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	134.585.710,68	113.404.985,68	PASSIVO REAL	618.465,91
CREDITOS A RECEBER	94.919.361,14	94.919.361,14	PATRIMONIO LIQUIDO	310.700.000,80
PERMANENTE	22.159.175,10	9.629.009,60	PATRIMONIO/CAPITAL	248.979.850,02
IMOBILIZADO	22.143.447,13	9.613.281,63	PATRIMONIO	248.979.850,02
BENS MOVEIS E IMOVEIS	22.165.122,60	9.613.281,63	RESULTADO DO PERIODO	61.720.150,78
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-21.675,47	0,00	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	311.263.861,14
INTANGIVEL	15.727,97	15.727,97	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-249.543.710,36
ATIVO REAL	311.263.861,14	249.598.315,93		
ATIVO COMPENSADO	88.270.316,21	77.318.479,54	PASSIVO COMPENSADO	88.270.316,21
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	88.270.316,21	77.318.479,54	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	88.270.316,21
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	14.848,62	75.560,50	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	14.848,62
GARANTIAS DE VALORES	444.300,80	427.459,94	VALORES EM GARANTIA	444.300,80
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	30.382.645,45	24.513.979,96	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	30.382.645,45
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	3.675.977,62	6.996.144,76	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	3.675.977,62
OUTRAS COMPENSACOES	53.752.543,72	45.305.334,38	COMPENSACOES DIVERSAS	53.752.543,72
ATIVO	399.534.177,35	326.916.795,47	PASSIVO	399.534.177,35
				326.916.795,47



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS			EXERCICIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	373051/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-IN CRA/SR-22			EMISSAO 28/03/2011	PAGINA 1
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO				

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
ORCAMENTARIAS			ORCAMENTARIAS		
RECEITAS CORRENTES	71.262.029,90	83.946.988,32	DESPESAS CORRENTES	56.211.192,25	70.369.955,08
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	198.332,81	95.815,60	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.814.124,33	8.747.322,30
INTERFERENCIAS ATIVAS			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.757,55	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	21.851.445,46	18.964.887,66	DESPA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	9.751.351,18	8.700.874,97
SUB-REPASSE RECEBIDO	21.851.445,46	18.964.887,66	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	60.015,60	46.447,33
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	21.851.445,46	18.905.503,16	DESPESAS DE CAPITAL	60.015,60	46.447,33
MUTACOES ATIVAS	0,00	59.384,50	INVESTIMENTOS	46.326.982,16	61.524.992,65
INCORPORACOES DE ATIVOS	49.212.251,63	64.886.285,06	INVERSOES FINANCEIRAS	23.523.195,50	3.855.249,40
AQUISICOES DE BENS	15.639.652,58	18.489.652,21	MUTACOES PASSIVAS	22.803.786,66	57.669.743,25
INCORPORACAO DE CREDITOS	7.594.823,16	3.498.617,05	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	70.085,76	97.640,13
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	8.044.829,42	14.991.035,16	LIQUIDACAO DE CREDITOS	70.085,76	97.640,13
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	33.572.599,05	46.396.632,85	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	132.705.908,51	99.995.266,19
INTERFERENCIAS ATIVAS	179.375.221,64	121.855.405,81	INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.187.632,81	13.730.961,41
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	27.337.645,40	6.181.641,60	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	989.300,00	13.623.645,81
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	26.537.645,40	93.141,60	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	198.332,81	107.315,60
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	800.000,00	6.077.000,00	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	131.518.275,70	86.264.304,78
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	0,00	11.500,00	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	108.031.156,03	62.422.644,73
INCORPORACOES DE ATIVOS	152.037.576,24	115.673.764,21	BAIXA DE BENS IMOVEIS	1.270.328,60	2.966.361,19
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	150.585.680,81	115.494.823,23	BAIXA DE BENS MOVEIS	378.541,05	583.133,60
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	6.170.568,42	1.735.289,41	BAIXA DE DIREITOS	106.382.286,38	58.873.149,94
INCORPORACAO DE DIREITOS	59.498,95	605.976,24	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	21.675,47	0,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	144.355.613,44	113.153.557,58	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	21.675,47	0,00
DEFICIT	1.451.895,43	178.940,98	INCORPORACAO DE PASSIVOS	23.465.356,20	23.841.660,05
			AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	88,00	0,00
			AJUSTES FINANCEIROS	88,00	0,00
			RESULTADO PATRIMONIAL	61.720.150,78	35.437.172,86
			SUPERAVIT	61.720.150,78	35.437.172,86
VARIACOES ATIVAS	250.637.251,54	205.802.394,13	VARIACOES PASSIVAS	250.637.251,54	205.802.394,13



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO	MES
		2010	DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO		EMISSÃO	
373051/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-INCRÁ/SR-22		PAGINA	
ORÇAO SUPERIOR		28/03/2011	1
49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO			

RECEITA						DESPESA			
TITULOS	PREVISA0 INICIAL	PREVISA0 ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	0,00	47.315.393,88	-47.315.393,88
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	9.687.911,72	-9.687.911,72
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	0,00	2.757,55	-2.757,55
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	9.685.154,17	-9.685.154,17
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	37.627.482,16	-37.627.482,16
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	14.823.695,50	-14.823.695,50
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	22.803.786,66	-22.803.786,66
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	0,00	8.699.500,00	-8.699.500,00
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	56.014.893,88	-56.014.893,88



TITULO		BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS				EXERCICIO 2010		MES DEZ(FECHADO)		
SUBTITULO		373051/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-INCRA/SR-22								
ORGAO SUPERIOR		49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO				EMISSAO 28/03/2011		PAGINA 2		
TITULOS		PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
						DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	8.699.500,00	-8.699.500,00
						INVESTIMENTOS	0,00	0,00	8.699.500,00	-8.699.500,00
						MOVIMENTACAO DE CREDITO				
						CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	68.043.871,88	126.212,61	67.917.659,27
						DESPESAS CORRENTES	0,00	10.333.452,52	126.212,61	10.207.239,91
						PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	2.757,55	0,00	2.757,55
						OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	10.330.694,97	126.212,61	10.204.482,36
						DESPESAS DE CAPITAL	0,00	57.710.419,36	0,00	57.710.419,36
						INVESTIMENTOS	0,00	32.988.834,41	0,00	32.988.834,41
						INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	24.721.584,95	0,00	24.721.584,95
SUBTOTAL II						SUBTOTAL II	0,00	76.866.838,18	126.212,61	76.740.625,57
MOVIMENTACAO FINANCEIRA						CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	8.822.966,30	0,00	8.822.966,30
SUB-REPASSE		76.815.849,74	76.815.849,74	21.851.445,46	54.964.404,28	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	8.822.966,30	0,00	8.822.966,30
						INVESTIMENTOS	0,00	8.822.966,30	0,00	8.822.966,30
TOTAL		76.815.849,74	76.815.849,74	21.851.445,46	54.964.404,28	TOTAL	0,00	76.866.838,18	56.141.106,49	20.725.731,69
DEFICIT TOTAL		0,00	0,00	34.289.661,03	-34.289.661,03	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL		76.815.849,74	76.815.849,74	56.141.106,49	20.674.743,25	TOTAL GERAL	0,00	76.866.838,18	56.141.106,49	20.725.731,69



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	373051/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-INCRA/SR-22		2010	DEZ(FECHADO)
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO		EMISSÃO	PÁGINA
			28/03/2011	1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-69.345.758,79	-59.274.397,25
			CREDITOS A RECEBER	-69.345.758,79	-59.274.397,25
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-69.345.758,79	-59.274.397,25
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-1.316.407,77	-599.265,13
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-68.029.351,02	-58.675.132,12
			DEPOSITOS	169.347,19	131.695,20
			CONSIGNACOES	41,33	41,33
			RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	169.305,86	131.653,87
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	69.930.467,72	59.915.482,43
			OBRIGACOES A PAGAR	69.885.649,57	59.429.227,88
			FORNECEDORES	349.695,00	516,16
			DO EXERCICIO	4.942,66	516,14
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	344.752,34	0,02
			RESTOS A PAGAR	69.535.954,57	59.428.711,72
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	69.535.954,57	59.428.711,72
			CREDORES DIVERSOS	0,00	460.000,00
			OUTROS CREDORES	0,00	460.000,00
			VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	44.818,15	26.254,55
			SAQUE POR CARTAO DE CREDITO CORPORATIVO	44.818,15	26.254,55
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	-754.056,12	-772.780,38
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	-68.783.407,14	-59.447.912,50
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	68.029.351,02	58.675.132,12
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	68.029.351,02	58.675.132,12
	0,00	0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DISPONIBILIDADE DA FONTE DE RECURSOS - TODOS OS ORCAMENTOS		EXERCICIO	MES
			2010	DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	373051/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-INCRA/SR-22		EMISSAO	PAGINA
			28/03/2011	1
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO			

	2010	2009
TITULOS		
DISPONIBILIDADE POR FR	-59.447.912,50	-59.447.912,50
DISPONIBILIDADE POR FR (SALDO INICIAL)	-59.447.912,50	-59.447.912,50
INGRESSOS	47.794.999,85	47.794.999,85
INGRESSOS EXERCICIO ANTERIOR	25.943.554,39	25.943.554,39
ORDEM TRANSFERENCIA RECEBIDA	800.000,00	800.000,00
CANCELAMENTO DE RP NAO PROCESSADO	1.451.895,43	1.451.895,43
RECURSO DE LIMITE DE RP RECEBIDO	23.691.658,96	23.691.658,96
INGRESSOS EXERCICIO ATUAL	21.851.445,46	21.851.445,46
SUBREPASSE RECEBIDO	21.851.445,46	21.851.445,46
DISPENDIOS	-57.130.494,49	-57.130.494,49
DISPENDIOS EXERCICIO ANTERIOR	-989.388,00	-989.388,00
ORDEM TRANSFERENCIAS CONCEDIDA	-989.300,00	0,00
AJUSTE DE EXERCICIO ANTERIOR	-88,00	0,00
DISPENDIOS EXERCICIO ATUAL	-56.141.106,49	-56.141.106,49
DESPESA EMPENHADA LIQUIDADADA	-56.141.106,49	-56.141.106,49
DISPONIBILIDADE POR FR	-68.783.407,14	0,00
DISPONIBILIDADE POR FR (SDO FINAL)	-68.783.407,14	0,00
TOTAL	0,00	0,00